



***RELATÓRIO E CONTAS 2022***

Cabo Verde Telecom, S.A.  
Matriculada na Conservatória  
do Registo Comercial da Praia sob o n.º. 415  
Número de Id. Fiscal 2001 064 81,  
Capital social de 1.000.000.000\$00  
(mil milhões de ECV.C.V.),  
Sede: Rua Cabo Verde Telecom,  
Caixa Postal 220, na Cidade da Praia,  
Ilha de Santiago, Cabo Verde



**Senhores Acionistas,**

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A. (CV Telecom), submeter aos Senhores Acionistas o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022.

**O Conselho de Administração,**

João Domingos de Barros Correia



Francisco Spencer Almeida



Isa Maria Santos Neves



## ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
PRINCIPAIS MARCOS E EVENTOS	8
INDICADORES CHAVE – CONSOLIDADOS <sup>1)</sup>	9
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	10
ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO	12
A EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA – CONSOLIDADO	13
RECURSOS HUMANOS	20
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	21
PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	24
ANÁLISE DOS RESULTADOS	26
ESTRUTURA ACIONISTA	32
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	33
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	34
I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS)	35
II - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	40
III - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADAS)	77
IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	82
V - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	121

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Exmos. Senhores Acionistas,

O ano de 2022 foi um ano de sucesso para as empresas do Grupo CVTelecom. Os Resultados e os indicadores de desempenho registaram melhorias significativas, num contexto bastante desafiante, quer a nível nacional quer internacional, caracterizado por uma tripla crise, a saber, a crise pandémica, a crise energética e a crise climática, cujos efeitos conjugados prenunciam uma crise económica, cujos sinais já se fazem sentir através da inflação e da estagflação.

O contexto económico internacional, ainda enfrentando os desafios decorrentes da COVID 19, viu-se agravado com a guerra na Ucrânia que, ao condicionar o fornecimento de petróleo, dos cereais e de fertilizantes, agravou e generalizou a pressão inflacionista, a nível mundial.

A conjugação desses eventos veio agravar o clima de incerteza e de imprevisibilidade, gerando um contexto pouco favorável à dinamização das atividades económicas. Segundo o Outlook Económico do Fundo Monetário Internacional, em data de janeiro de 2023, o crescimento da economia mundial deve situar-se nos 3,4%, registando uma desaceleração na ordem dos 2,8%, acompanhado de uma taxa de inflação de 8,8%. Nos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, com destaque para a Zona Euro, os Estados Unidos da América do Norte, o Reino Unido e a China, o crescimento económico situou-se nos 3,5%, 2%, 4,1% e 3%, respetivamente. A África subsaariana registou uma performance económica de 3,8%.

A economia Cabo-verdiana, severamente afetada pela pandemia da COVID 19, depois da histórica recessão de 2020, retomou o crescimento económico em 2021, mantendo essa tendência em 2022, mas com ligeira desaceleração, à semelhança do que ocorreu a nível mundial. Num contexto económico nacional marcado por uma taxa de inflação, essencialmente importada, a rondar os 8,1%<sup>1</sup>, o crescimento económico situou-se nos 5,2%<sup>2</sup>, acima da performance da Região Subsaariana que ficou nos 3,8%. É de se frisar que, com a retoma gradual das atividades económicas, de um modo geral, e do turismo, em especial, o Governo suspendeu as medidas de mitigação dos efeitos da pandemia. Do lado da procura, o Relatório do BCV não perspetiva uma redinamização, tendo em conta as incertezas sobre a evolução económica mundial, associadas à guerra na Ucrânia, situação mais propensa para incentivar a poupança.

A nível sectorial, nota digna de realce, tem que ver com a entrada em funcionamento da Autoridade da Concorrência, o que poderá vir a ser determinante para a melhoria do ambiente regulatório, particularmente para o setor das telecomunicações.

O ano de 2022 foi, novamente, um ano de sucesso na concretização da estratégia de crescimento sustentável de longo prazo, tendo a empresa superado a cifra dos cinco milhões de contos de receitas, limiar esse que a empresa atingira, pela última vez, em 2016.

O crescimento consistente dos resultados operacionais, não obstante um contexto nacional e internacional fortemente marcado por incertezas, imprevisibilidade e inflação generalizada, demonstra a qualidade e a robustez da estratégia delineada.

Em 2022, referindo-se aos principais indicadores de desempenho, ressalta-se que o volume de vendas cresceu 7%, o EBITDA consolidado cresceu em torno dos 5% e os Resultados Líquidos em 23%, aos quais correspondem valores absolutos de 5.252 milhares de contos, 2.110 milhares de contos e 349 milhares de contos, respetivamente.

A performance desses indicadores explica-se pelas dinâmicas registadas nos segmentos do negócio móvel e da internet de banda larga, resultantes do alargamento da cobertura da rede e da melhoria da qualidade dos serviços.

A dinâmica de crescimento dos negócios foi acompanhada de uma criteriosa e rigorosa realização dos gastos e investimentos. O OPEX atingiu um total de 3.142<sup>1</sup> mil contos, revelando um ligeiro crescimento de 8%, comparativamente ao período homólogo, atribuível a gastos comerciais, reparação e manutenção de infraestruturas e à alta de preço dos combustíveis e da energia.

O CAPEX, em 2022, regista um valor de 2.078 mil contos e foi prioritariamente orientado para as áreas que concorrem para a modernização das infraestruturas e inovação nos produtos e serviços, bem como para a internacionalização do negócio.

Dos investimentos realizados, com enfoque na componente infraestrutura da rede, as parcelas destinadas à rede móvel, à FTTH e ao Ecosistema EllaLink, representaram 24%, 21% e 20%, respetivamente, do total dos investimentos.

Resulta, das opções estratégicas feitas, uma evolução positiva sustentável do volume de negócios, conforme referido mais acima, impactando, no mesmo sentido, o valor Acrescentado Bruto que, comparativamente ao período homólogo, evoluiu em 9%, criando condições para a melhoria da remuneração dos trabalhadores e dos acionistas, correlativa e positivamente acompanhada pela melhoria da satisfação e da experiência dos nossos clientes.

Não obstante o contexto económico mundial, conjugado com a reduzida escala da economia nacional, o Conselho de Administração, que agora termina o mandato, esteve ciente de que é

---

<sup>1</sup> à semelhança de anos anteriores, não se considerou como sendo gasto operacional, entre outros, indemnizações de pré-reforma (92 milhares de contos), diferenças de câmbio desfavoráveis (17 milhares de contos)

imprescindível preparar a empresa para enfrentar os desafios da resiliência, da competitividade e do crescimento, sendo que para o cumprimento de tal desiderato, tornou-se necessário a adoção e implementação de medidas consubstanciadas em decisões estratégicas de investimentos que deverão catapultar a empresa para a internacionalização dos negócios, na senda de agregar mais valor aos stakeholders.

Para finalizar, é de justiça reconhecer a dedicação e o profissionalismo dos colaboradores, bem como a confiança dos clientes e acionistas da Empresa, permitindo um crescimento consistente dos negócios, ganhando a empresa, cada vez, mais performance, mais resiliência e a merecida confiança dos cabo-verdianos.

O Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized initial 'J' followed by several horizontal strokes and a long, sweeping underline.

João Domingos de Barros Correia

## PRINCIPAIS MARCOS E EVENTOS

<b>JANEIRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O Governo de Cabo Verde e a CVTelecom assinaram o novo Contrato de Concessão do Serviço Público de Comunicações Eletrónicas.</li> <li>▪ Após 25 anos de funcionamento, o Cabo submarino Atlantis II, primeiro cabo transatlântico em fibra ótica a ligar a América do Sul à Europa, foi descontinuado por decisão dos membros do consórcio do qual fazia parte a CVTelecom.</li> </ul>
<b>FEVEREIRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVTelecom, no âmbito do protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Santa Cruz, ofereceu à autarquia uma ambulância totalmente equipada para o transporte dos doentes desse município.</li> </ul>
<b>MARÇO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVMultimédia reforçou a sua grelha com mais dois canais televisivos, Canal 11, de cariz desportivo, e CMTV, canal generalista.</li> </ul>
<b>ABRIL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ No âmbito do seu programa de responsabilidade social, a CVTelecom ofereceu ao Município de São Salvador do Mundo uma viatura destinada ao transporte escolar dos alunos do município.</li> <li>▪ A CVMóvel foi Patrocinadora Oficial das Festas de Nhô São Filipe e do Centenário da Cidade.</li> </ul>
<b>MAIO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVTelecom e a Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar (FICASE) rubricaram um protocolo de parceria que visa financiar dez bolsas de estudo para formação universitária de alunos oriundos de famílias carenciadas.</li> </ul>
<b>JUNHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os Acionistas da Cabo Verde Telecom reuniram-se em Assembleia Geral para apreciação do relatório e contas do ano 2021 e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.</li> </ul>
<b>JULHO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVMóvel celebrou o 10º Aniversário do tarifário Powa Swag, com uma campanha especial de prémios para todos os clientes Powa Swag.</li> <li>▪ A Seleção Nacional de Andebol fez uma visita de cortesia à CVTelecom, após sagrar-se vice-campeã de África.</li> <li>▪ Realizou-se a Auditoria Externa de Acompanhamento do Sistema de Gestão de Qualidade e de Concessão do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho.</li> <li>▪ Os Acionistas da Cabo Verde Telecom reuniram-se em Assembleia Geral para a aprovação do Projeto de Fusão das empresas do Grupo e alteração dos estatutos.</li> </ul>
<b>AGOSTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVTelecom e a Câmara Municipal da Ribeira Brava reforçaram a parceria, com a entrega de duas viaturas Hiaces ao município, destinado ao transporte escolar.</li> </ul>
<b>SETEMBRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVMóvel foi Patrocinadora Oficial da 30ª edição do festival de Santa Maria.</li> <li>▪ A CVTelecom foi patrocinadora da 1ª Edição da Miss Cabo Verde Internacional.</li> </ul>
<b>OUTUBRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVTelecom patrocinou os prémios científicos, promovidos pelo Ministério da Educação, com o objetivo de fomentar a investigação académica por parte de cabo-verdianos.</li> <li>▪ A CVMóvel foi Patrocinadora Diamante dos Cabo Verde <i>Music Awards</i>.</li> </ul>
<b>NOVEMBRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVTelecom, Parceira Tecnológica da XXV edição da FIC, marcou presença nas bodas de prata da feira, com uma montra de produtos, serviços e soluções digitais de elevado valor acrescentado.</li> <li>▪ A CVTelecom lançou a 1ª Cloud Pública de Cabo Verde, um serviço 100% digital, destinado ao segmento B2B, que irá reforçar o posicionamento da empresa como Digital Service Provider.</li> </ul>
<b>DEZEMBRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A CVMóvel levou a Magia do Natal a todas as ilhas, com a campanha de Natal, proporcionando a todos os clientes que efetuassem a ativação de qualquer pacote de serviços a possibilidade de se habilitar a ganhar vários prémios.</li> </ul>



## INDICADORES CHAVE – CONSOLIDADOS<sup>1)</sup>

SÍNTESE DOS INDICADORES	2021	2022	Δ % 22 / 21
Receitas Consolidadas (mil cts)	4.919	5,252	7.0%
OPEX (mil cts)	2.893	3,142	8.6%
EBITDA (mil cts) <sup>2)</sup>	2.026	2,110	4.8%
Margem EBITDA (mil cts)	41,2%	40.2%	(0.9 pp)
Resultado Líquido (mil cts)	284,0	349	22.8%
CAPEX (mil cts)	2.464	2,078	(18.0%)
CAPEX em % das Receitas de exploração	50%	40%	(12.1 pp)
Ativo Líquido (mil cts)	17.517	16,391	0.1%
Capital Próprio (mil cts)	6.926	7,134	3.0%
Passivo (mil cts)	10.591	9,257	(2.0%)
Solvabilidade	65%	77%	4pp
Rácio Liquidez Geral	97%	86%	(8pp)
Clientes Telemóvel (un)	396.440	399,160	0.7%
Utilizadores de Internet Móvel (un) <sup>3)</sup>	264.810	291,493	10.1%
Clientes Telefone Fixo (un)	56.836	56,836	0.0%
Clientes Internet Fixa (un)	23.982	29,139	21.5%
Clientes TV (un)	6.280	5,965	(5.0%)
Pessoal ao Serviço GCVT (un)	418	415	(0.7%)

1- Informação agregada numa lógica de Reporte de Controlo de Gestão

2- Resultado antes de amortizações, depreciações, perdas/ganhos de financiamento e impostos (à semelhança de anos anteriores, não se considerou como sendo operacional, entre outros, indemnizações de pré-reforma (92 milhares de contos), diferenças de câmbio desfavoráveis (17 milhares de contos)

3- Representa o número de utilizadores efetivos de internet móvel dentro do universo total dos Clientes Móvel

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2022 foi um ano de sucesso para as empresas do Grupo CVTelecom. Os Resultados e os indicadores de desempenho registaram melhorias significativas, num contexto bastante desafiante, quer a nível nacional quer internacional, caracterizado por uma tripla crise, a saber, a crise pandémica, a crise energética e a crise climática, cujos efeitos conjugados prenunciam uma crise económica, cujos sinais já se fazem sentir através da inflação e da estagflação.

O contexto económico internacional, ainda enfrentando os desafios decorrentes da COVID 19, viu-se agravado com a guerra na Ucrânia que, ao condicionar o fornecimento de petróleo, dos cereais e de fertilizantes.

A conjugação desses eventos veio agravar o clima de incerteza e de imprevisibilidade, gerando um contexto pouco favorável à dinamização das atividades económicas.

Segundo o Outlook Económico do Fundo Monetário Internacional, em data de janeiro de 2023, o crescimento da economia mundial deve situar-se nos 3,4%, registando uma desaceleração na ordem dos 2,8%, acompanhado de uma taxa de inflação de 8,8%. Nos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, com destaque para a Zona Euro, os Estados Unidos da América do Norte, o Reino Unido e a China, o crescimento económico situou-se nos 3,5%, 2%, 4,1% e 3%, respetivamente. A África Subsaariana registou uma performance económica de 3,8%.

A economia Cabo-verdiana, severamente afetada pela pandemia da COVID 19, depois da histórica recessão de 2020, retomou o crescimento económico em 2021, mantendo essa tendência em 2022, mas com ligeira desaceleração, à semelhança do que ocorreu a nível mundial. Num contexto económico nacional marcado por uma taxa de inflação, essencialmente importada, a rondar os 8,1%<sup>1</sup>, o crescimento económico situou-se nos 5,2%<sup>2</sup>, acima da performance da Região Subsaariana que ficou nos 3,8%. É de se frisar que, com a retoma gradual das atividades económicas, de um modo geral, e do turismo, em especial, o Governo suspendeu as medidas de mitigação dos efeitos da pandemia. Do lado da procura, o Relatório do BCV não perspetiva uma redinamização, tendo em conta as incertezas sobre a evolução económica mundial, associadas à guerra na Ucrânia, situação mais propensa para incentivar a poupança.

A nível sectorial, nota digna de realce, tem que ver com a entrada em funcionamento da Autoridade da Concorrência, o que poderá vir a ser determinante para a melhoria do ambiente regulatório, particularmente para o setor das telecomunicações.

O ano de 2022 foi, novamente, um ano de sucesso na concretização da estratégia de crescimento sustentável de longo prazo, tendo a empresa superado a cifra dos cinco milhões de contos de receitas, limiar esse que a empresa atingira, pela última vez, em 2016.

O crescimento consistente dos resultados operacionais, não obstante um contexto nacional e internacional fortemente marcado por incertezas, imprevisibilidade e inflação generalizada, demonstra a qualidade e a robustez da estratégia delineada.

Em 2022, referindo-se aos principais indicadores de desempenho, ressalta-se que o volume de vendas cresceu 7%, o EBITDA consolidado cresceu em torno dos 6% e os Resultados Líquidos em 20%, aos quais correspondem valores absolutos de 5.270 milhares de contos, 2.110 milhares de contos e 349 milhares de contos, respetivamente.

A performance desses indicadores explica-se pelas dinâmicas registadas nos segmentos do negócio móvel e da internet de banda larga, resultantes do alargamento da cobertura da rede e da melhoria da qualidade dos serviços.

A dinâmica de crescimento dos negócios foi acompanhada de uma criteriosa e rigorosa realização dos gastos e investimentos. O OPEX atingiu um total de 3.142 mil contos, revelando um crescimento de 8%, comparativamente ao período homólogo, atribuível a gastos comerciais, reparação e manutenção de infraestruturas e à alta de preço dos combustíveis e da energia.

O CAPEX, em 2022, regista um valor de 2.078 mil contos e foi prioritariamente orientado para as áreas que concorrem para a modernização das infraestruturas e inovação nos produtos e serviços, bem como para a internacionalização do negócio.

Dos investimentos realizados, com enfoque na componente infraestrutura da rede, as parcelas destinadas à rede móvel, à FTTH e ao Ecosistema EllaLink, representaram 28%, 28% e 24%, respetivamente, do total dos investimentos.

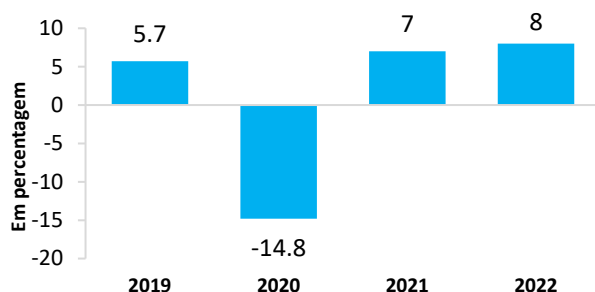
Resulta, das opções estratégicas feitas, uma evolução positiva sustentável do volume de negócios, conforme referido mais acima, impactando, no mesmo sentido, o valor Acrescentado Bruto que, comparativamente ao período homólogo, evoluiu em 9%, criando condições para a melhoria da remuneração dos trabalhadores e dos acionistas, correlativa e positivamente acompanhada pela melhoria da satisfação e da experiência dos nossos clientes.

Não obstante o contexto económico mundial, conjugado com a reduzida escala da economia nacional, o Conselho de Administração, que agora termina o mandato, esteve ciente de que é imprescindível preparar a empresa para enfrentar os desafios da resiliência, da competitividade e do crescimento, sendo que para o cumprimento de tal desiderato, tornou-se necessário a adoção e

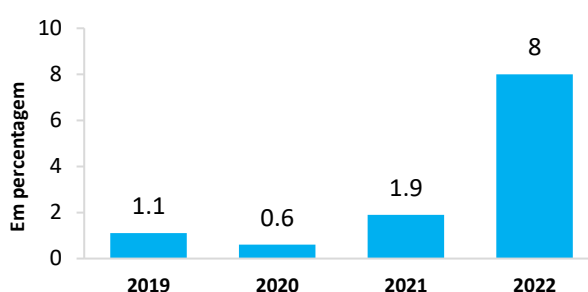
implementação de medidas consubstanciadas em decisões estratégicas de investimentos que deverão catapultar a empresa para a internacionalização dos negócios, na senda de agregar mais valor aos stakeholders.

Para finalizar, é de justiça reconhecer a dedicação e o profissionalismo dos colaboradores, bem como a confiança dos clientes e acionistas da Empresa, permitindo um crescimento consistentemente dos negócios, ganhando a empresa, cada vez, mais performance, mais resiliência e a merecida confiança dos cabo-verdianos.

Gráficos 1 – Crescimento do PIB – Cabo Verde\*



Gráficos 2 – Taxa de Inflação – Cabo Verde\*



Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatísticas

## ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

A estrutura regulatória do setor das comunicações eletrónicas sofreu uma alteração estrutural com a entrada em funcionamento da Autoridade da Concorrência que, juntamente com a ARME, constituem o colégio de gestão da atividade de regulação.

É expectável que esta transformação traga maior equilíbrio ao setor, com efeitos que contribuirão para um posicionamento menos intrusivo dos reguladores na atividade das empresas.

Este alinhamento configura-se como uma solução para que o setor possa melhorar a performance, num contexto pouco favorável e onde as dificuldades competitivas derivadas da escala e da insularidade vêm sendo agravadas pelos efeitos da pandemia e, mais recentemente, da guerra na Ucrânia, especificamente em aspetos que se prendem com a aquisição de bens e serviços essenciais para garantir o desenvolvimento e operação das redes de comunicações.

A formalização do Contrato de Concessão e a eminente conclusão do processo de consolidação das empresas do Grupo CVT numa única entidade são fatores que também irão contribuir para o fortalecimento da sustentabilidade do setor, pelos impactos positivos que estas medidas irão proporcionar, tanto do lado da oferta como da reconfiguração da estrutura empresarial, adequando-a para melhor satisfazer as necessidades do mercado e os desafios da digitalização do país.

De referir ainda a conclusão do processo de *Glide Path* que permitiu reduzir fortemente as taxas de terminação Voz entre os operadores nacionais, procurando resolver o efeito de rede e proporcionar condições para que o preço das chamadas *Off Net* se aproxime das chamadas *On Net*.

Mesmo assim, durante 2022, constataram-se algumas intervenções restritivas por parte do Regulador, que obrigaram ao não lançamento de algumas ofertas de pacotes da CVMóvel com preços mais acessíveis, com impactos evidentes na redução da procura, nomeadamente do serviço de dados.

Do lado do serviço fixo, mais especificamente na TV por assinatura, mesmo com a entrada em funcionamento do serviço TDT, prevaleceram os problemas das ofertas irregulares do serviço de televisão, não tendo sido dado a devida proteção aos clientes e às empresas por forma a se garantir a qualidade e a disponibilidade de conteúdos legalmente entregues.

Da mesma forma, a sustentabilidade de oferta de pacotes sem limites de Internet fixa começa a ser ameaçada com o surgimento de intermediários que, à margem de qualquer enquadramento legal, fazem a intermediação de ofertas residenciais para redistribuição em condomínios e outros.

## A EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DA EMPRESA – CONSOLIDADO

O ano de 2022 foi novamente um ano de sucesso na concretização da estratégia de crescimento sustentável de longo prazo. A empresa registou, pelo quarto ano consecutivo, um crescimento face ao período homólogo, permitindo alcançar o objetivo de longo prazo: ultrapassar os 5 milhões de contos em vendas.

O continuado crescimento de resultados operacionais demonstra a grande resiliência do negócio das telecomunicações num período marcado pelas incertezas do contexto internacional e, mais recentemente, pela crise inflacionista.

Efetivamente, o ano de 2022 viu agravar a inflação que atingiu valores recordes. Tal facto, naturalmente, colocou pressões na cadeia produtiva, uma vez que grande parte dos insumos

necessários à operacionalização da operação e investimento na rede registaram aumentos significativos. No entanto, o Grupo CVT optou por não transferir os referidos aumentos para o consumidor, apostando antes na procura de maior eficiência operacional, por forma a manter as margens do negócio, o que nem sempre foi fácil face a uma estrutura de custos, essencialmente, fixa.

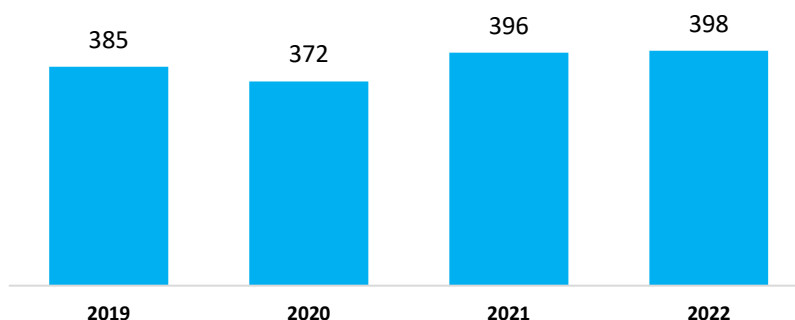
Neste contexto, mesmo operando num sector bastante competitivo e num contexto macroeconómico desafiante, o Grupo CVTelecom conseguiu aumentar a base de clientes ativos, praticamente, em toda a linha de serviços.

No Retalho Móvel, a base de clientes manteve-se relativamente estável, justificada pela maturidade do mercado, em que os elevados níveis de penetração fazem com que o crescimento tenha como driver principal o aumento da receita média por cliente. Neste contexto, em 2022, o nível de consumo, especificamente da internet móvel, registou um aumento de 15%, o que se traduziu num crescimento total da receita de retalho móvel em torno de 10%.

Em linha com o aumento dos níveis de utilização, constata-se, cada vez mais, uma maior concentração da utilização dos serviços móveis no contexto dos pacotes que combinam voz e dados, o que vem validar a estratégia de pacotização e simplificação da oferta, tendo como *enabler* o investimento na expansão e capacidade da rede móvel para fazer face às expectativas dos clientes mais exigentes em termos de qualidade de serviço.

Na verdade, a maioria dos clientes de telefonia móvel ajustou seus perfis de uso para os pacotes oferecidos pela CVMóvel, especialmente entre os jovens que, atualmente, representam cerca de 60% dos clientes e são responsáveis por cerca de 76% do consumo de dados móveis.

Gráficos 3 – Evolução dos Subscritores do Retalho Móvel (milhares)



Ainda no retalho móvel, no que diz respeito à Rede de Distribuição Comercial, nos últimos anos, a empresa optou por uma estratégia de maior proximidade aos parceiros, o que se tem traduzido em

ganhos significativos, quer no que diz respeito aos objetivos de venda, quer nos níveis de satisfação dos agentes e distribuidores.

Com efeito, nos últimos três anos, o Grupo CVT apostou numa maior presença no terreno, consubstanciado numa maior frequência de visitas aos agentes e na aposta na distribuição direta como forma de cobrir *gaps* no nosso *footprint* comercial, a nível Nacional.

De realçar que a melhoria da performance da Rede de Distribuição foi conseguida, mantendo o mesmo nível de comissionamento.

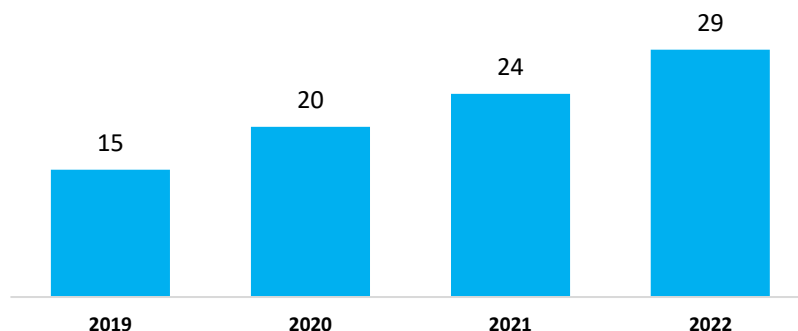
As apostas na digitalização dos processos, na colocação de ferramentas informáticas à disposição da rede, na comunicação atempada dos objetivos, bem como na realização de dinâmicas comerciais direcionadas às especificidades de cada região, foram fundamentais para o sucesso da gestão da rede comercial.

De igual forma, o Grupo CVT continuou apostado na estratégia de aproximação à diáspora, através das recargas internacionais que, nos últimos três anos, registaram um crescimento médio anual superior a 30%, representando cerca de 8% da receita pré-paga.

No retalho fixo, à semelhança dos últimos anos, registou-se um forte crescimento da internet fixa. Este crescimento é resultado do sucesso do Grupo no adequado endereçamento das necessidades do mercado, tanto em termos de qualidade e experiência de uso, como em termos de preços e simplificação da oferta. Na verdade, nos últimos dois anos, o Grupo vem implementando, gradualmente, uma estratégia de ajuste do *pricing* no retalho fixo, para níveis considerados mais adequados ao mercado cabo-verdiano.

A resposta do mercado às ofertas continua a superar as expetativas, o que exigirá ajustes ao modelo operacional para atender ao atual nível de procura. Pelo terceiro ano consecutivo, registámos um crescimento de cerca de 21% na internet fixa e terminámos o ano de 2022 com pouco mais de 29 mil clientes, o que representa um aumento superior a 90% da base de clientes nos últimos três anos.

Gráficos 4 – Evolução dos Subscritores Internet Fixa (milhares)



Ainda, na procura de melhor servir o mercado, o Grupo CVTelecom acelerou a execução do seu plano estratégico nos setores residencial e particular, com destaque para a expansão da cobertura da rede de fibra ótica (FTTH) e melhoria da rede 4G.

No entanto, o segmento de TV por assinatura registrou, pelo terceiro ano consecutivo, uma queda na base de clientes, devido à concorrência de prestadores não licenciados e à expansão da penetração da Televisão Digital Terrestre (TDT).

No que se refere à pirataria, o Grupo tem demonstrado sua insatisfação junto das autoridades competentes, mas, infelizmente, não se tem tomado medidas para pôr cobro à situação, à exceção da desativação de algumas antenas parabólicas municipais.

Apesar das dificuldades do mercado, o Grupo continua comprometido em trazer valor ao mercado, enriquecendo a grelha de conteúdos, através do lançamento de funcionalidades da TV interativa e empacotando o serviço com o restante portfólio dos serviços da empresa.

O serviço de telefonia fixa tradicional continuou a registar reduções nos níveis de consumo e no número de assinantes, principalmente no segmento particular. O Grupo planeia uma nova estratégia para revigorar o serviço, através da sua inclusão em pacotes convergentes fixo-móvel e da revisão tarifária. No entanto, em virtude do atraso no processo de fusão das empresas do Grupo CVTelecom, ainda não foi possível a implementação da estratégia delineada para o serviço.

No segmento Empresarial, o contexto competitivo do mercado nacional apresenta uma série de desafios de gestão que exigem um relacionamento bastante próximo com a nossa base de clientes e uma busca incessante por elementos inovadores na oferta. Por isso, o Grupo CVT continua investindo firmemente na introdução de produtos e serviços de valor acrescentado (soluções ICT), além de fortalecer a sua posição como parceira de referência para a transformação digital das empresas e instituições do país.



Após dois anos marcados pelo contexto pandémico, o ano 2022 fica marcado pelo retorno à normalidade em termos da atividade empresarial, designadamente nos sectores mais impactados pela pandemia e que constituem a espinha dorsal da economia nacional.

Neste contexto, durante 2022, assistiu-se à retoma de importantes contratos que, até agora, estavam suspensos devido à crise da COVID-19. Tal facto, mais do que permitir a recuperação das receitas no segmento empresarial, validou a postura que o Grupo teve ao estar sempre ao lado do sector empresarial, designadamente quando foi mais premente, reforçando o nosso posicionamento enquanto parceiro tecnológico de confiança para as empresas e as instituições nacionais.

Com efeito, no corrente ano regista-se um aumento superior a 60% na concretização de novos contratos face ao período homólogo, impulsionado, designadamente, pela procura de soluções ICT por parte das empresas do sector turístico. De igual forma, a procura, por parte das empresas, de soluções de conectividade e circuitos ponto-a-ponto, continua a ser um importante driver para o crescimento da receita no segmento B2B.

No que diz respeito ao *wholesale*, com a retoma do turismo, durante 2022 continuou-se a assistir à recuperação do roaming. No entanto, as receitas deste *stream* ainda se encontram bastante aquém do registado antes da eclosão da pandemia. No tocante à interligação, que já chegou a representar cerca de 20% das receitas do Grupo, continua-se a assistir à erosão neste subsegmento, em virtude da adoção massiva, por parte dos clientes, dos aplicativos das OTTs para a realização de comunicações, quer a nível interno, quer para o exterior.

Tal como sucedeu em outros segmentos do negócio, o sector empresarial foi negativamente impactado pelo contexto macroeconómico global, designadamente os constrangimentos nas cadeias logísticas, o que impactou o normal desenrolar de alguns projetos, mormente os que dependiam da importação de equipamentos.

O ano fica definitivamente marcado pelo lançamento, na FIC<sup>2</sup>, da primeira *Cloud* Pública de Cabo Verde e da Região Ocidental Africana, com um portfólio diversificado de serviços de computação em nuvem para empresas e instituições.

Trata-se de um serviço 100% digital, orientado ao segmento B2B, que irá reforçar o posicionamento da empresa como *Digital Service Provider* e vem reafirmar o papel que empresa almeja: ser o parceiro na transformação digital das empresas nacionais e contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia digital em Cabo Verde.

---

<sup>2</sup> Feira Internacional de Cabo Verde

A CVT Cloud é de fácil utilização, de baixa latência, estando acessível através do Portal de Self-Service disponibilizado ao cliente, para uma gestão autónoma dos recursos contratados e através do qual o cliente poderá aderir e ter as suas máquinas virtuais prontas para utilização, em questão de minutos.

Com a funcionalidade de gestão de ambientes *Multicloud*, a CVT Cloud apresenta ainda como grande vantagem a possibilidade de gestão de todo o ambiente e serviços contratados em *Clouds* públicas num contrato único, com faturação em moeda local, evitando, assim, as operações realizadas em moeda estrangeira.

## SISTEMA GESTÃO DA QUALIDADE (SGQ)

O ano de 2022 foi marcado pela auditoria de acompanhamento da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), pela norma NP EN ISO 9001:2015 e 1ª fase da auditoria para certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). A Entidade Certificadora, APCER, reiterou a sua confiança no Sistema de Gestão da Qualidade implementado na empresa. Relativamente ao SST, a empresa está na fase da sua implementação, cingindo-se, numa primeira fase, à região de Santiago-Sul.

No ano de 2022 foram realizados 3 ciclos de auditoria. O primeiro ciclo contemplou nove Auditorias Internas da Qualidade. O segundo consistiu numa Auditoria Interna ao SST. E, por último, realizou-se uma Auditoria Externa da Qualidade e Certificação do SST.

Todas as constatações resultantes das referidas auditorias encontram-se em tratamento. A redução do tempo de tratamento das ações tem sido um dos principais desafios da equipa do Sistema de Gestão Integrado (SGI), que tem como uma das principais metas imprimir maior celeridade e eficácia no tratamento das constatações. Neste contexto, há que assinalar com apreço a melhoria dos indicadores de desempenho.

Assim, ficou demonstrado que o Grupo CVTelecom continua a fortalecer o compromisso com os seus Clientes e Parceiros, acrescentando valor ao serviço prestado, sempre com o foco na satisfação das necessidades e expetativas do universo dos seus *Stakeholders*.

## GESTÃO DE RISCOS & OPORTUNIDADES

A gestão de riscos e de oportunidades desempenha um papel estratégico no processo de criação de valor, sendo parte integrante da cultura da empresa. Em 2022, em linha com os anos anteriores, seguiu-se a mesma metodologia, que passa, nomeadamente, pela análise, quantificação e monitoramento dos riscos e oportunidades a que a empresa está sujeita, constituindo-se, esta metodologia, um fio condutor para a implementação das decisões estratégicas da empresa.

A empresa está sujeita à regulamentações específicas definidas pelos reguladores e legisladores locais, cujas alterações ou surgimento de novos regulamentos ou legislação podem resultar no aumento da pressão competitiva ou mesmo afetar a sustentabilidade da empresa. A adoção iminente do regulamento da partilha de infraestrutura, bem como a aprovação do novo regulamento sobre as taxas e contribuições, às quais se associam a necessidade de se adaptar ao novo Contrato de Concessão, entre outros temas, podem ter um impacto significativo nas operações da empresa. Para lidar com os riscos apresentados pela regulação e legislação aplicável, a empresa tem buscado a ajuda de consultorias especializadas, para fornecer as melhores respostas aos riscos emergentes decorrentes das mudanças no contexto legal e regulatório.

Os impactos decorrentes do contexto internacional instável, a perda de poder compra das famílias em virtude da crise inflacionista, podem significar retrações nas nossas operações, quer por constrangimentos que condicionam a habilidade da empresa levar a cabo a sua política de investimentos, quer devido à redução na procura dos serviços em virtude da perda de poder de compra dos consumidores. A resposta ao contexto macroeconómico tem passado por uma maior articulação entre as diferentes áreas, nomeadamente no que diz respeito à política de investimento e na procura incessante por novas fontes de receitas, com o objetivo de diminuir os impactos da queda de receitas nos segmentos tradicionais.

A empresa tem avaliado suas políticas e práticas de monitorização e defesa adequadas para suas redes de comunicações eletrónicas e sistemas de informação, pois os recursos críticos podem estar, potencialmente, expostos a vulnerabilidades de segurança. Para dar respostas a esse risco, está em implementação um programa de Cyber Segurança e Gestão de Informação.

Outro risco crítico prende-se com a resiliência das redes de comunicação e de Sistemas de Informação, que está relacionado com a possibilidade das infraestruturas e plataformas poderem ficar indisponíveis ou não terem as capacidades de resiliência necessárias para resistir a um incidente, podendo ter impactos relevantes na continuidade do negócio. Para fazer face a este risco, o Grupo CVTelecom, nos últimos dois anos, tem direcionado grande parte do seu

investimento para a resiliência da rede e tem identificado, como riscos relevantes, a obsolescência em segmentos da rede de Cabo Submarinos Nacionais e de parte dos Sistemas de Informação. A resposta delineada para este perfil de risco, passa por um plano de investimentos que prevê intervenções profundas nestas duas componentes.

## RECURSOS HUMANOS

Em 31 dezembro de 2022, o Grupo CVTelecom tinha 410 trabalhadores diretos, sendo 373 do quadro efetivo e 37 contratados a termo certo. Relativamente ao ano anterior, há uma ligeira diminuição no número global de trabalhadores.

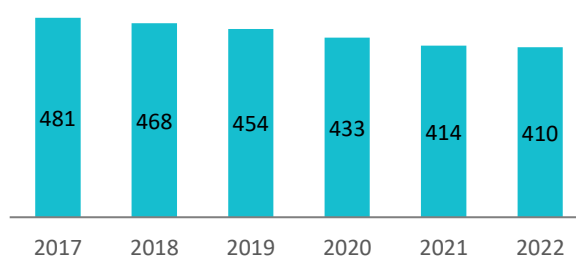
O Grupo continua empenhado no seu plano de otimização progressiva da sua força laboral, nomeadamente através da continuidade de programas de pré-reforma, mas também através do reforço e internalização de competências em áreas chave e de um amplo programa de Automatização e Robotização. Contudo, a empresa está ciente da necessidade de se apostar na renovação geracional da sua força laboral. Neste contexto, a empresa prevê, para os dois próximos anos, um aumento do número de trabalhadores ao serviço, devendo, a partir de 2025, se regressar à tendência da diminuição do número de colaboradores.

Em 2022, foram criados 30 postos de trabalho entre colaboradores diretos e em regime de prestação de serviços. Ao mesmo tempo, o número de saídas, incluindo as decorrentes de reforma ou pré-reforma, possibilitou a manutenção da estabilidade na estrutura de custos com pessoal.

Ao nível das habilitações literárias, os colaboradores com grau de Licenciatura continuam a ganhar representatividade. No final de 2022, cerca de 43% dos colaboradores tinha grau de licenciatura, o que se encontra alinhado com a estratégia de reforço das competências, num setor em rápida mudança e onde a digitalização trará, como em praticamente todos os sectores, mudanças significativas nas operações e no modo de encarar o mercado.

Gráficos 4: Evolução do Nº de Colaboradores Diretos

174	Quadros Superiores
12	Quadros Médios
194	Técnicos Operacionais
30	Profissionais Apoio



Em 2022 foram ministradas 260 ações de formação, sendo a maioria conduzida remotamente. Além disso, houve a promoção de uma variedade de eventos e workshops temáticos. No cômputo geral, o investimento em formação registou um aumento de 55% face ao período homólogo, representado cerca de 1,2% dos custos com o pessoal.

O esforço na valorização dos recursos humanos representa uma aposta estratégica da empresa e orienta-se por princípios como trabalho digno, igualdade de género e transparência. Esses fatores influenciam positivamente os indicadores como o baixo nível de rotatividade e de absentismo da força de trabalho, que apresentaram reduções significativas em comparação com o ano anterior. Este ambiente permite à empresa criar valor para todos os stakeholders e continuar a ser uma referência no mercado de trabalho em Cabo Verde, o que se traduz num ciclo virtuoso na atração e retenção de talentos.

## ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

Em linha com os anos anteriores, o Grupo CVTelecom mantém uma grande aposta no investimento, dando assim corpo às infraestruturas essenciais para uma sociedade cada vez mais desenvolvida e digitalizada.

Contudo, o contexto externo, caracterizado pelos constrangimentos nas cadeias logísticas e pela elevada inflação, exacerbados pela guerra na Ucrânia, impactaram fortemente a atividade de investimento da empresa, que em muitos casos acabou por ditar atrasos nos projetos e/ou aumento nos custos de implementação.

Não obstante os condicionalismos, a empresa foi capaz de alcançar níveis de execução superiores a 80%. Neste enquadramento, vale a pena ressaltar que, desde de 2017, a empresa deu início a um novo ciclo que tem como objetivo ultrapassar as dificuldades impostas pelo ciclo anterior, caracterizado por um sub-investimento em áreas críticas.

Em 2022, foi concluída uma das etapas da modernização da rede core, com a conclusão da reestruturação do core voz. Salienta-se que se trata de uma das etapas na transformação desta camada que trata da inteligência da rede e que irá promover uma maior eficiência operacional e robustecer a resiliência das redes de comunicação, constituindo-se num dos elementos-chave da estratégia de investimento da empresa.

Na Rede de Acesso Móvel foram concluídos cerca de 67 projetos, correspondendo a, aproximadamente, 80% do planeado para o ano, com destaque para o projeto de migração do serviço voz da rede 2G para 3G e o lançamento, ainda em fase piloto, da solução de cobertura para zonas rurais, com recurso à tecnologia Rural Stars. Igualmente, a destacar o lançamento, com

sucesso, da solução *Massive MIMO* desenhada para lidar com eventos com elevada aglomeração de pessoas. Além destes projetos, o ano também fica marcado por um considerável número de intervenções com o intuito de reforçar a cobertura e a capacidade 4G. Em virtude da aposta no 4G, assiste-se a um aumento substancial na utilização desta rede em detrimento do 3G, conforme é objetivo do Grupo.

Na rede de acesso fixo, há a destacar a prioridade que foi dada ao investimento na rede de FTTH, tendo o investimento resultado em 5.300 casas passadas, atingindo assim uma cobertura de mais de 32 mil residências e empresas. Os investimentos foram prioritariamente direcionados para os principais centros urbanos do país, com destaque para a Cidade Capital, Mindelo, Santa Maria, Espargos, Sal Rei e o início do *deployment* na Assomada. Além de oferecer serviços de alta qualidade para o mercado residencial, a expansão da FTTH também permitirá oferecer soluções de conectividade e acoplar serviços que, de outra forma, não seria possível. Essa expansão também traz benefícios em termos de eficiência operacional e níveis de investimento a médio e longo prazo.

Com a entrada em funcionamento, em 2022, do cabo internacional EllaLink, deu-se início a uma nova etapa para a Cabo Verde Telecom e para o país que doravante passa a ter uma verdadeira redundância das suas comunicações, com implicações, designadamente, na competitividade económica do país, criando condições para transformar Cabo Verde num hub digital e numa porta de entrada e saída para o continente africano.

A visão de tornar Cabo Verde num Hub Digital, tornou-se ainda mais evidente com a aterrissagem, no final de 2021, do cabo SHARE, que proporciona uma ligação direta entre a cidade da Praia e a capital senegalesa, Dakar. O início de funcionamento do cabo, que estava previsto para o primeiro semestre de 2022, não se concretizou devido a constrangimentos logísticos e foi adiado para o primeiro de trimestre de 2023.

Neste contexto, vale a pena ressaltar que em torno do ecossistema do Ellalink o Grupo CVT já investiu mais de 3 milhões de contos. Apesar dos riscos, a empresa está confiante na sua capacidade de monetizar o cabo e justificar o significativo investimento.

No domínio dos Sistemas de Informação, à semelhança dos últimos anos, a empresa continuou a investir de forma decisiva, com grande parte do esforço direcionado para a criação de bases sólidas que permitam à empresa estabelecer-se como um operador de serviços digitais integrados.

Assim, a empresa concentrou-se em atividades relacionadas ao desenvolvimento de projetos estruturantes, tais como a criação de ofertas convergentes e baseadas em cloud, além de acelerar o projeto de Transformação Digital, projeto que abarca um dos pilares da estratégia da empresa.

Efetivamente, as tendências que já se faziam sentir e foram exacerbadas de forma duradoura pela eclosão da pandemia, marcarão uma nova era na interação entre empresas e clientes, rompendo com os canais tradicionais e acelerando decisivamente as alterações nas expectativas e hábitos dos clientes. Para a Cabo Verde Telecom, o digital exponencia a oportunidade para continuar a reinventar a experiência do cliente e convergir, cada vez mais, para um modelo centrado no cliente. É, por isso, uma prioridade estratégica reforçar a aposta numa transformação digital profunda, em que os canais digitais têm um papel central.

Em suma, vale a pena reafirmar que todos os projetos referenciados envolvem um nível elevado de complexidade e de investimento, mas prevemos que, da implementação destes projetos, resulte uma empresa mais resiliente e com ativos capazes de aproveitar o melhor que a tecnologia tem a oferecer, com repercussão positiva na criação de valor para todos os stakeholders.

## PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

A Estratégia da CVTelecom é guiada pelo inabalável compromisso com o futuro do país e com a sua transformação digital, enquanto meio para a promoção de uma sociedade mais desenvolvida e inclusiva, aportando valor económico, tecnológico e social para os acionistas, os colaboradores, os clientes e a sociedade em geral.

É com este firme propósito que o Grupo CVTelecom tem pautado a sua atuação e, desde de 2018, com o lançamento do Plano Estratégico Visão 2020, a empresa levou a cabo um amplo programa de investimento nas infraestruturas que constituem os alicerces para a sua estratégia de desenvolvimento.

A CVTelecom vai entrar num novo capítulo da sua história com a fusão das Unidades de Negócio e a criação da Unidade de Wholesale para fazer face às exigências do Contrato de Concessão.

Com o novo contexto em vista, a conclusão do projeto de consolidação da empresa, em todas as suas vertentes, será uma das prioridades estratégicas e se baseará em elementos-chave como a proposta de valor diferenciada e a simplificação da oferta.

O Grupo CVTelecom está comprometido em prestar uma atenção especial a todos os pontos de contato com clientes. Nesse sentido, haverá um foco especial no cumprimento dos SLAs<sup>3</sup> e na melhoria dos níveis de satisfação dos clientes.

A fusão das empresas exigirá uma revisão abrangente dos processos internos e externos, com impacto na cadeia de valor e na experiência do cliente, devendo ser empreendidas medidas no sentido de manter altos padrões de qualidade.

Com a consolidação das empresas do Grupo, serão oferecidos pacotes que combinam serviços fixos e móveis, incluindo conteúdos e funcionalidades inovadoras, especialmente no serviço de TV por assinatura. Além disso, o Grupo CVTelecom mantém o propósito de melhoria contínua nas ofertas de soluções empresariais, alargando o leque de soluções e procurando excelência, com o foco nos setores chave da economia nacional.

No domínio da rede fixa, o Grupo CVTelecom pretende acelerar o processo de expansão da fibra ótica e conta chegar ao final do triénio com a maioria dos seus clientes de internet fixa ligados através do FTTH, possibilitando assim o aumento da velocidade de navegação e a melhoria da qualidade de serviço.

---

<sup>3</sup> Service Level Agreement



Para os próximos anos, de entre as prioridades estratégicas, se destaca a continuidade da expansão da rede FTTX nas principais zonas urbanas do país, bem como o *deployment* de soluções adaptadas a Zonas Rurais e periurbanas que permitem o acesso à banda larga de alta velocidade.

Igualmente, a empresa continuará a sua política de expansão da cobertura 4G nas zonas deficitárias e a conclusão dos projetos da rede *core*, bem como, uma forte aposta na resiliência das infraestruturas, quer em termos físicos quer em termos informáticos, reforçando assim os investimentos em áreas chave, designadamente na energia, requalificação da rede de transporte inter-ilhas e na cibersegurança.

A Cabo Verde Telecom tem como uma das suas principais estratégias a internacionalização dos negócios, com o objetivo de se tornar uma referência na prestação de serviços digitais na sub-região. Neste sentido, e complementarmente aos investimentos feitos na Conectividade Internacional, a empresa irá investir em infraestruturas de data centers de última geração, que permitirão oferecer soluções avançadas de conectividade e afins a clientes nacionais e internacionais.

A empresa está comprometida em criar um ecossistema, visando disponibilizar serviços de alto padrão de qualidade a todos os *players* do mercado e, ao mesmo tempo, agregar valor para todos os seus stakeholders. Neste sentido, o *deployment* da estratégia passa pelo estabelecimento de parcerias, por forma a criar sinergias que permitem a criação de novas oportunidades de negócio e a expansão das atividades no mercado nacional e internacional.

Em suma, a CVTelecom pretende criar um ecossistema que promove a cooperação e o desenvolvimento conjunto e que contribui para o crescimento sustentável do setor das TIC em Cabo Verde, gerando benefícios não só para a empresa e seus clientes, mas também para da economia do país como um todo.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise económica e financeira da Empresa, tendo por base as Demonstrações Financeiras consolidadas, sintetiza os resultados alcançados no exercício findo a 31 de dezembro de 2022, bem como a situação patrimonial e financeira àquela data. A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as Demonstrações Financeiras e Anexos Individuais.

Demonstração dos Resultados <sup>1)</sup>	2021	2022	Δ%
<b>Rendimentos Operacionais<sup>2)</sup></b>	<b>4.907</b>	<b>5.252</b>	<b>7,0%</b>
<b>Gastos Operacionais, Excluindo Amortizações</b>	<b>(2.893)</b>	<b>(3.142)</b>	8,6%
Gastos Comerciais	(466)	(497)	6,7%
Gastos Diretos	(199)	(189)	(5,1%)
Gastos com Pessoal	(1.023)	(1.029)	0,7%
Gastos Administrativos	(577)	(739)	28,1%
Gastos com Manutenção & Reparação	(266)	(252)	(5,4%)
Outros Gastos Operacionais	(362)	(435)	20,2%
<b>EBITDA</b>	<b>2.014</b>	<b>2.110</b>	<b>4,8%</b>
Amortizações e depreciações	(1.226)	(1.270)	3,5%
Resultado Operacional	788	840	6,7%
Outros Rendimentos e Ganhos	19	125	553,2%
Outros Gastos e Perdas	(369)	(514)	39,5%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>438</b>	<b>451</b>	<b>2,8%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	(154)	(102)	(33,9%)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>284</b>	<b>349</b>	<b>22,8%</b>

Notas:

- 1) Demonstração dos Resultados agregada numa perspetiva funcional;
- 2) Os rendimentos operacionais incluem, para além das receitas advenientes de vendas e prestação de serviços, rendimentos relacionados com trabalhos especializados e trabalhos para a própria empresa;

### Receita de Exploração

Em 2022 as Receitas de Exploração Consolidadas registaram um crescimento de 7% em relação ao ano de 2021, para 5.252 milhões de escudos, o que é verdadeiramente significativo, face ao cenário de incerteza que caracteriza o contexto atual, tratando-se de um desempenho que atesta, uma vez mais, a resiliência das operações do Grupo e a sustentabilidade do *turnaround* que se tem registado no negócio, em consequência das opções estratégicas levadas a cabo nos últimos anos.

Quando analisadas por segmento, as receitas do retalho móvel aumentaram 9%, para 2.749 milhões de escudos. O principal fator que contribuiu para esta performance foi o aumento no consumo médio de internet por utilizador, o que resulta da alteração nos hábitos dos consumidores, em que o estar constantemente conectado à internet faz parte de um novo modo de vida.

Naturalmente, os resultados alcançados são atribuídos, em grande parte, aos investimentos feitos pela empresa em termos de cobertura e capacidade, graças aos quais, tornou-se possível lidar com o aumento nos níveis de utilização atuais. Além disso, o Grupo tem dado prioridade a uma relação mais próxima com a rede de distribuição na frente comercial, o que tem aumentado a eficiência das operações e garantido que a rede de distribuição cubra todo o território nacional.

No que diz respeito ao retalho fixo, registou-se um crescimento 12%, para os 1.671 milhões de escudos, impulsionado pela contínua expansão da base de clientes da internet fixa, cujo número de utilizadores aumentou 21.5% em relação ao período homólogo, e pela preferência dos consumidores na contratualização de planos tarifários ilimitados, o que, por sua vez, contribui para o aumento do ARPU associado ao serviço de internet.

Em 2022, o segmento Wholesale, que engloba serviços como Circuitos Alugados, Interligação e Roaming, apresentou um crescimento de 4,7%, alcançando um total de 596 milhões de escudos. Esse desempenho é atribuível, principalmente, à recuperação do mercado de roaming que registou um aumento de 48%, atingindo 147 milhões de escudos. A performance do roaming foi impulsionada pela recuperação do mercado turístico, após uma queda histórica em 2020 que se prolongou no primeiro semestre do ano 2021.

No que diz respeito aos circuitos alugados, continua-se a assistir a uma forte procura por parte das empresas nacionais de soluções de conectividade e migração de serviços para circuitos alugados, o que resultou num crescimento de 10%, para os 320 milhões de escudos da receita associada ao segmento.

As receitas de terminação, que abrangem o tráfego de voz e SMS de entrada nacional e internacional, registaram um decréscimo de 28% e continuam a experienciar a forte canibalização resultante do uso dos aplicativos OTTs para a realização das comunicações.

## **Gastos operacionais, excluindo gastos de depreciação e de amortização**

Os Gastos Operacionais consolidados cresceram 8,6%, para os 3.142 milhões de escudos, um aumento relativo ligeiramente superior ao das Receitas. O crescimento dos custos, como se explica mais detalhadamente, mais abaixo, resulta, em grande parte, da maior dinâmica da atividade comercial, mas também de impactos relacionados com o aumento expressivo nos custos da energia. O peso dos gastos operacionais sobre os rendimentos operacionais, manteve-se relativamente estável em torno dos 60%.

Os Gastos com Pessoal aumentaram 0,7%, para 1.029 milhões de ECV (ver <sup>1</sup> na página 9), apesar de haver uma redução no número de trabalhadores. Essa evolução foi ditada pelo aumento das ajudas de custo relacionadas com viagens que, em 2021, ainda estavam impactadas pela COVID-19, e pelo maior investimento em formação. É importante destacar que a contenção nos custos com pessoal, nos últimos anos, é resultado da política de contratação cuidadosa seguida pelo Grupo e do ambicioso programa de formação e qualificação dos colaboradores. Além disso, a aposta na automatização e robotização de processos permitirá economias significativas, nesta que é a principal rubrica de custos da empresa.

Em 2022, os Gastos Comerciais, que incluem despesas com mercadorias vendidas, marketing e publicidade, bem como comissões, tiveram um aumento de 6,3%, para 495 milhões de ECV. Em termos relativos, o aumento nos custos comerciais, foi responsável por 39% do aumento dos custos recorrentes. A evolução nos gastos comerciais reflete a crescente dinâmica na atividade comercial, o que, por seu turno, afeta as comissões pagas à rede de distribuição e os custos com mercadorias vendidas. Em face da evolução dos gastos comerciais, em 2022, esta rubrica representou o equivalente de cerca de 9,4% dos rendimentos operacionais do Grupo, em linha com os anos anteriores à pandemia.

Os gastos diretos, em 2022, diminuíram 5%, totalizando 189 milhões de ECV, seguindo a tendência dos anos recentes. Essa redução se deve principalmente à diminuição dos custos de terminação de tráfego nas redes internacionais, além do efeito da adoção da Glide Path para a redução das taxas de terminação nacional. Enquanto isso, os gastos com conteúdos televisivos aumentaram 9%, para 109 milhões de escudos, indicando o esforço da empresa em tornar a oferta televisiva mais competitiva.

Os Gastos Administrativos, que incluem despesas com fornecimentos e serviços externos, energia e serviços especializados, aumentaram em 28% em relação ao ano anterior, totalizando 739 milhões de CVE. A evolução desta rubrica resulta do aumento dos custos com energia que impactaram, em mais de 60 mil contos, os gastos recorrentes, bem como, pela contratação de

trabalhos especializados para dar suporte ao momento de transformação que a organização atravessa.

Os Gastos com Manutenção e Reparação registaram uma redução de 5%, fixando-se nos 250 milhões de escudos, em resultado da revisão de alguns contratos de manutenção. Nesta rubrica, constituída maioritariamente por contratos de manutenção com fornecedores estrangeiros, o Grupo tem procurado a renegociação de contratos para reduzir o peso crescente deste item no OPEX da empresa.

As Amortizações e Depreciações ascenderam a 1.270 milhões de Escudos, o que representa um acréscimo de 3,5% face ao período anterior, refletindo o perfil de investimento que a empresa tem tido nos últimos anos, e que resulta na entrada para o balanço de ativos com maior vida útil, designadamente o Cabo EllaLink que passou para ativo firme em 2022.

Na rubrica relativa a Outros rendimentos e ganhos, onde se incluem, essencialmente, a incorporação, pelo método de equivalência patrimonial, da participação Directel, os dividendos de participações financeiras e ganhos extraordinários, registou-se um aumento de cerca de 89 mil contos que se explica, designadamente pelo, aumento no justo valor resultante de reavaliação dos terrenos, bem como do reconhecimento de dividendos da participada SISP, o que não aconteceu em 2021.

Outros Gastos e Perdas – onde se inclui os custos com financiamentos, gastos considerados não operacionais, bem como gastos extraordinários, registou-se uma redução de 40% face ao ano de 2021, explicado em grande parte pelo reconhecimento de gastos com indemnizações com processos de pré-reforma.

### **Resultado líquido do exercício**

O Resultado Líquido Consolidado registou um crescimento anual de 23%, ascendendo a 349 milhões de escudos, em 2022, explicado em grande medida pelo bom desempenho operacional da CVMóvel e CVMultimédia.

### **CAPEX**

Em 2022, o investimento realizado pelo Grupo CVTelecom registou um decréscimo de 16%, para os 2078 milhões de CVE, correspondendo a cerca de 38% das receitas de exploração. O decréscimo do CAPEX espelha a conclusão do projeto do Cabo Submarino EllaLink, com a conseqüente redução de valores alocados ao projeto.

No ano agora em revista, o Grupo CVTelecom alocou cerca de 350 mil contos no ecossistema internacional, que compreende o IRU no Cabo EllaLink, o novo edifício localizado na Achada Grande, o *backhaul* que conecta o EllaLink ao WACS, bem como equipamentos para a estação. Globalmente, somando-se os investimentos realizados em anos anteriores, o Grupo já alocou cerca de 3,3 milhões na conectividade internacional.

Apesar da redução global de investimentos, o CAPEX recorrente, excluindo o ecossistema internacional, manteve-se ao mesmo nível do período homólogo, com cerca de 24% desse investimento destinado a projetos da rede móvel para lidar com o aumento de tráfego e a modernização do núcleo da rede. Além disso, em 2022, a empresa continuou a expandir a rede de fibra ótica, em linha com a estratégia de aumento da capilaridade do FTTH, em que os investimentos feitos representam 24% do total do CAPEX recorrente do Grupo.

Na senda da transformação digital, o Grupo reforçou os investimentos nos Sistemas de Informação, que registou um aumento de 61% face ao período homólogo. Como resultado, os investimentos nos Sistemas de Informação representaram cerca de 14% do investimento total do Grupo. Já, os outros investimentos, direcionados principalmente para o setor de energia, renovação da frota operacional, manutenção de edifícios e CAPEX comercial, representaram cerca de 14% do CAPEX.

Investimentos CVT (Milhões ECV)	2021	2022	Δ %
Infraestruturas de Rede	2.230	1.368	-39%
Sistemas de Informação	177	433	144,7%
Outros Investimentos	56	276	393%
<b>Total</b>	<b>2.464</b>	<b>2.078</b>	<b>-15,7%</b>

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balço e Estrutura Patrimonial (Milhões ECV)	2021	2022	$\Delta\%$
Ativo não corrente	11.831	12.448	5,2%
Ativo corrente	4.541	3.943	(13,2%)
Outros Ativos correntes	4.281	3.674	(14,0%)
Caixa e depósitos bancários	260	269	3,4%
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.372</b>	<b>16.391</b>	<b>0,1%</b>
Capital próprio	6.927	7.134	3,0%
Resultado Líquido do período	284	349	22,8%
Capital social, reservas e Resultados transitados	6.643	6.785	2,1%
Passivo não corrente	4.635	4.677	0,9%
Passivo corrente	4.809	4.580	(4,8%)
<b>Total do Capital próprio e do Passivo</b>	<b>16.372</b>	<b>16.391</b>	<b>0,1%</b>

O total do ativo, em 31 de dezembro de 2022, situa-se em torno dos 16,4 mil milhões de CVE, valor em linha com período homólogo, havendo a registar, por um lado o um aumento do ativo não corrente, derivado essencialmente dos investimentos efetuados no ecossistema EllaLink e em infraestruturas de rede, e por outro lado a redução do saldo com clientes.

Os capitais próprios situaram-se nos 7,1 mil milhões de CVE, aumentando em 2,9% face ao ano anterior, explicado, basicamente, pelo aumento dos resultados líquidos consolidados.

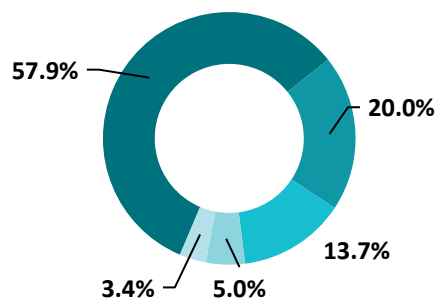
No final de 2022, a dívida a longo prazo do Grupo CVTelecom era de 4,5 milhões de contos, representando valor em linha com o ano anterior. Em termos Globais os empréstimos de longo prazo que totalizaram cerca de 5,5 milhões de contos, incluindo a componente de curto prazo. É importante ressaltar que, aproximadamente, 42% da dívida total do Grupo está relacionada ao financiamento do sistema EllaLink que apresenta vantagens significativas em termos de prazo e taxas de juros.

No final de 2022, a maturidade média da dívida financeira do Grupo era de 6,7 anos, e o custo médio da dívida era de cerca de 3,13%. Nesse contexto, a estrutura de endividamento do Grupo CVTelecom permitirá continuar com a estratégia de investimento delineada, designadamente em áreas chave para o negócio. O total do passivo corrente ascendeu a 4,6 milhões de contos, e

## ESTRUTURA ACIONISTA

A estrutura acionista da Empresa tem a seguinte composição:

57,9%	Instituto Nacional de Previdência Social
20,0%	ASA, Aeroportos e Segurança Área
13,7%	Privados Nacionais
5,0%	Sonangol CV
3,4%	Estado de Cabo Verde





## PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras da Empresa ascendem a 875 Milhões de CVE, com a seguinte composição:

- Directel, Lda. - A Empresa detém uma participação de 40% do capital social da Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda. - empresa que edita as Listas Telefónicas, de Fax e E-mail em Cabo Verde. A essa quota no capital social corresponde um investimento de 6.700 mil CVE. Face à evolução dos capitais próprios, esta participação, valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial, com base nas contas provisórias, apresenta um saldo nulo em 2022.
- SISP, S.A. – A Empresa detém 10% do capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A., que tem como missão a gestão da rede interbancária nacional “Rede Vinti4” e a emissão, gestão e controlo de cartões de crédito e débito - correspondente a 10 milhões de CVE.
- Tudo Directo, S.A. – A Empresa detém uma participação de 45,36% do capital social da Tudo Directo, S.A. – Sistema de Informação e Comércio Eletrónico, S.A., que tem por objeto a criação de um sistema de informação, de negócios e de consultoria empresarial, bem como o desenvolvimento de plataformas de comércio eletrónico de bens e serviços. O valor da participação encontra-se totalmente ajustado em 31 de dezembro de 2016 face à perspectiva de encerramento da Empresa.
- RASCOM – Regional African Satellite *Communications Organization*, cuja participação é de 0,28% do capital social (65.000 ações), correspondente a 5,9 milhões de CVE.
- CV Móvel - tendo por objeto a exploração do Serviço Móvel Terrestre, foi constituída em dezembro de 2005, tem um capital social de 200 milhões CVE, sendo participada na totalidade pela CVTelecom. Face à evolução dos Capitais Próprios, esta participação está valorizada, pelo Método de Equivalência Patrimonial, em 548 milhões de CVE.
- CV Multimédia - cujo objeto principal é a distribuição de sinais de televisão e a prestação de serviços de Internet, foi constituída em dezembro de 2005, tem um capital social de 160 milhões CVE, sendo participada na totalidade pela CVTelecom. Visando o reforço de capitais próprios da CV Multimédia, a CVTelecom converteu, no exercício de 2008, 100 milhões de CVE de empréstimos em prestações acessórias. Face à evolução dos capitais próprios, esta participação está valorizada, pelo método de equivalência patrimonial, em 311 milhões de CVE, excluindo as prestações acessórias acima referidas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Cabo Verde Telecom, S.A., de acordo com o estabelecido na Lei e nos Estatutos da Empresa, visando atender as necessidades em termos de investimentos e procurando alinhar a política de remuneração acionista ao contexto atual, propõe à Assembleia Geral de Accionistas a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2022, no valor de **348.782. 803,00 ECV:**

- Reserva para Investimentos 174.391.402,00 ECV 50%
- Dividendos 174.391.402,00 ECV 50%

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Domingos de Barros Correia



Isa Maria dos Santos Neves



Francisco José Spencer Lima Almeida



## I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (INDIVIDUAIS)

- Balanços (Individual) em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
- Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Exercício Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
- Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercício Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3	600 166	483 809
Propriedades de investimento	4	319 181	294 188
Ativos intangíveis	5	6 122 842	5 746 758
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	6	859 036	1 013 019
Participações financeiras - outros métodos	6	15 942	15 942
Outros Ativos financeiros	7	100 000	100 000
Outras contas a receber	8	75 888	107 590
Clientes	10	16 437	59 809
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>8 109 492</b>	<b>7 821 114</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	9	367 852	274 178
Clientes	10	956 144	829 231
Adiantamentos a fornecedores	11	217 308	225 729
Estado e outros entes públicos	18	5 129	13 368
Outras contas a receber	8	4 259 723	4 590 929
Diferimentos		23 555	7 189
Caixa e depósitos bancários	12	183 416	188 121
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>6 013 127</b>	<b>6 128 746</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>14 122 619</b>	<b>13 949 860</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	13	1 000 000	1 000 000
Reserva legal		324 651	324 651
Outras reservas		2 412 933	2 270 933
Resultados transitados		3 047 682	3 047 682
Resultado líquido do exercício		348 783	284 000
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7 134 049</b>	<b>6 927 266</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	14	60 417	26 069
Financiamentos obtidos	15	4 325 637	4 228 313
Passivos por impostos diferidos	16	37 304	36 018
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>4 423 358</b>	<b>4 290 400</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	17	554 932	508 442
Adiantamentos de clientes	10	4 821	4 851
Estado e outros entes públicos	18	237 911	207 929
Accionistas	19	210 343	174 358
Financiamentos obtidos	15	976 174	911 304
Outras contas a pagar	20	143 781	490 395
Provisões	14	36 618	34 433
Diferimentos	21	400 632	400 481
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>2 565 212</b>	<b>2 732 193</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>6 988 570</b>	<b>7 022 594</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>14 122 619</b>	<b>13 949 860</b>

A DIREÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
Vendas e prestações de serviços	22	2 073 825	1 672 248
Ganhos imputados de subsidiárias e associadas	6	341 875	476 736
Trabalhos para a própria entidade		-	6 062
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	( 34 284)	( 27 777)
Resultado operacional bruto		2 381 416	2 127 270
Fornecimentos e serviços externos	23	( 850 975)	( 759 599)
Valor acrescentado bruto		1 530 441	1 367 671
Gastos com o pessoal	24	( 977 849)	( 893 053)
Imparidade de inventários ((perdas) / reversões)	9	( 6 126)	( 10 283)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	10	( 79 154)	( 60 822)
Provisões	14	5 352	-
Aumentos/reduções de justo valor	7	24 993	-
Outros rendimentos e ganhos	25	562 855	628 136
Outros gastos e perdas	26	( 94 474)	( 136 800)
Resultado antes de depreciações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		966 038	894 848
Gastos de depreciação e de amortização	27	( 571 708)	( 563 072)
Resultado operacional (antes de perdas / ganhos de financiamento e impostos)		394 330	331 776
Juros e gastos similares suportados	28	( 33 674)	( 38 573)
Resultado antes de impostos		360 656	293 204
Imposto sobre o rendimento do exercício	18	( 11 873)	( 9 203)
Resultado líquido do exercício		348 783	284 000
Resultado por ação básico	29	0.35	0.28

**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Período		
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
<b>Método Directo</b>			
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes	10	1 911 250	1 432 202
Pagamentos a fornecedores	17	( 949 514)	( 659 721)
Pagamentos ao pessoal		( 976 373)	( 852 525)
Caixa gerada pelas operações		( 14 637)	( 80 044)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		( 9 203)	( 4 947)
Outros recebimentos / pagamentos	8	1 110 507	1 126 929
Fluxos das atividades operacionais [1]		1 086 666	1 041 939
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		( 85 048)	( 56 088)
Ativos intangíveis		(1 026 966)	(1 366 340)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		870	532
Fluxos das atividades de investimento (2)		(1 111 143)	(1 421 896)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	15	1 151 031	1 843 937
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	15	( 988 838)	(1 353 034)
Juros e gastos similares		( 29 851)	( 35 513)
Dividendos	13	( 106 015)	( 99 073)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		26 327	356 318
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			
		1 850	( 23 638)
Efeito das diferenças de câmbio			
		( 6 556)	( 21 048)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício			
		188 121	232 808
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício			
		183 416	188 121

A DIRECÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CABO VERDE TELECOM, S.A.

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	<b>1</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 167 293</b>	<b>3 047 682</b>	<b>207 280</b>	<b>6 746 906</b>	<b>6 746 906</b>
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	284 000	284 000	284 000
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>284 000</b>	<b>284 000</b>	<b>284 000</b>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	( 103 640)	( 103 640)	( 103 640)
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 103 640)</b>	<b>( 103 640)</b>	<b>( 103 640)</b>
Outras variações no capital próprio		-	-	103 640	-	( 103 640)	-	-
	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103 640</b>	<b>-</b>	<b>( 103 640)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	<b>1+2+3+4</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 270 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>284 000</b>	<b>6 927 266</b>	<b>6 927 266</b>
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	<b>1</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 270 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>284 000</b>	<b>6 927 266</b>	<b>6 927 266</b>
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	348 783	348 783	348 783
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>348 783</b>	<b>348 783</b>	<b>348 783</b>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	( 142 000)	( 142 000)	( 142 000)
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 142 000)</b>	<b>( 142 000)</b>	<b>( 142 000)</b>
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	142 000	-	-	142 000	142 000
	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>142 000</b>	<b>-</b>	<b>( 142 000)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2022</b>	<b>1+2+3</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 412 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>348 782</b>	<b>7 134 049</b>	<b>7 134 049</b>

A DIREÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CABO VERDE TELECOM, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

## II - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022



NOTA INTRODUTÓRIA

A Cabo Verde Telecom, S.A. (“Empresa” ou “CVT”) foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95, de 16 de fevereiro, que determinou, enquadrado no então Programa de Reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas atividades principais: Telecomunicações, fundamento para constituição da CVT, e Correios, atividade afeta à sociedade Correios de Cabo Verde, SA.

O capital social da Empresa, no valor de mCVE 1 000 000 (ver Nota 13), é detido por entidades públicas e privadas.

O objeto social da CVT, definido pelos seus atuais Estatutos, consiste (i) na prestação de serviços de telecomunicações no território nacional, (ii) assegurar as telecomunicações internacionais de Cabo Verde, bem como a execução das convenções, acordos e regulamentos internacionais ligados à área das telecomunicações, (iii) em exercer também a atividade de operador de rede de distribuição por assinaturas, no território nacional e o exercício de outras atividades que se incluam no âmbito do objeto das concessões de que for titular e (iv) na importação de bens e equipamentos necessários ao exercício da sua atividade.

A Empresa exerce a sua atividade ao abrigo do Contrato de Concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo 75/2021, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

- (i) O contrato tem por objeto (a) o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, (b) a prestação serviços, na modalidade de Serviço Universal, conforme estabelecido no Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas, nomeadamente, ligação à rede telefónica pública num local fixo e acesso aos serviços telefónicos acessíveis ao público num local fixo, disponibilização de Internet em banda larga independentemente do tipo de tecnologia de acesso, a prestação do Serviço de Circuitos Alugados e a prestação do Serviço de Acesso e Capacidade;
- (ii) A Concessionária exerce a sua atividade no território nacional, bem como as ligações internacionais, incluindo as ligações em trânsito por Cabo Verde;
- (iii) Os serviços concessionados são prestados em regime concorrencial, nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas;
- (iv) À Concessionária é conferida a posse das infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, para a prestação dos serviços concessionados, abrangendo: a) Os meios que integram o sistema fixo de acesso de utilizador final; b) Os meios que integram a rede de transmissão; c) Os nós de concentração, comutação ou processamento afetos à prestação do serviço fixo de telefone;
- (v) Consideram-se ainda afetos à concessão, os bens imóveis ou parte deles, onde se implantam as infraestruturas da concessão, outros bens imóveis ou partes destes onde se encontrem instalados serviços da Concessionária para o desenvolvimento das atividades concessionadas e os bens móveis utilizados para a exploração das atividades concessionadas;
- (vi) Os bens próprios da Concessionária essenciais ao desenvolvimento das atividades concedidas só podem ser alienados ou onerados mediante comunicação prévia ao Concedente e desde que a

- Concessionária garante a existência de bens funcionalmente aptos e adequados à prossecução daquelas atividades;
- (vii) Prazo de concessão de 20 anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado sucessivamente por períodos de 15 anos;
  - (viii) A Concessionária é obrigada a dispor de um sistema de contabilidade analítica;
  - (ix) A Concessionária é obrigada a manter atualizado um inventário do património afeto à concessão, devendo o mesmo contemplar, nomeadamente, a perfeita distinção entre os Bens do Domínio Público e os demais bens afetos à concessão;
  - (x) Por forma a permitir ao Concedente a verificação da perfeita adequação entre os desenvolvimentos das infraestruturas e dos serviços e os níveis de evolução tecnológica e de qualidade dos serviços fixados no presente Contrato, bem como das subseqüentes alterações que venham a ser fixadas, a Concessionária obriga-se a elaborar e a disponibilizar, até ao final do terceiro trimestre de cada ano civil, um plano de desenvolvimento para os 3 (três) anos subseqüentes, a estabelecer os objetivos a prosseguir no domínio da melhoria da qualidade, extensão das redes e das infraestruturas sob sua gestão e exploração, bem como dos serviços objeto da presente concessão;
  - (xi) A renda anual da concessão é fixada em mCVE 41 000 (até 2020 a renda correspondia a 2,5% das receitas líquidas obtidas nos serviços concessionados);
  - (xii) Carece de autorização do Concedente (a) a alteração do objeto da sociedade, (b) transformação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, (c) redução do capital social e (d) suspensão ou cessação, temporária ou definitiva, total ou parcial, de qualquer dos serviços concessionados ou que esteja obrigada a prestar.
  - (xiii) O Concedente atribuirá à Concessionária, nos termos e condições a definir por acordo, uma indemnização compensatória quando, excepcionalmente, por razões de interesse público devidamente justificadas e fora do contexto do presente contrato, sejam impostas a esta obrigações que impliquem a prestação de serviços em condições incompatíveis com uma exploração rentável.
  - (xiv) A Concessionária terá de estabelecer uma divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores, operacionalmente independente para gerir e explorar a Rede Backbone inter-ilhas e o Hub Internacional e disponibilizar a todos os operadores produtos e serviços de acesso nos mesmos termos e condições em que os disponibiliza às suas divisões internas de retalho;
  - (xv) A concessão extingue-se por acordo entre o Concedente e a Concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do respetivo prazo;
  - (xvi) Em caso de rescisão, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão reverte a favor do Estado, sem qualquer indemnização e sem prejuízo da responsabilidade civil em que incorre a Concessionária e das sanções previstas na lei ou no presente Contrato;
  - (xvii) O Concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, mediante notificação à Concessionária com a antecedência mínima de um ano, decorridos que sejam pelo menos 12 anos a contar da data do início do respetivo prazo;
  - (xviii) No termo da concessão, reverte gratuita e automaticamente para o Concedente, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão, obrigando-se a Concessionária a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste resultante da sua utilização e livres de quaisquer ónus ou encargos, não podendo a Concessionária invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção.

Até ao final de 2005, exercia a sua atividade em regime de concessão exclusiva, tendo o Decreto Legislativo nº 7/2005, de 24 de novembro alterado unilateralmente o contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, ao impor (i) a liberalização dos serviços de telecomunicações entre Cabo Verde e outros países e a prestação de serviço fixo de circuitos alugados, a partir de 1 de Janeiro de 2006, e (ii) a prestação de serviço fixo de telefone e a instalação, estabelecimento e exploração de redes de telecomunicações que o suportam, a partir de 1 de Janeiro de 2007. Adicionalmente, de acordo com o Decreto-Lei nº 21/2005, de 14 de março, foi decretada a obrigatoriedade de autonomização dos serviços de telecomunicações então prestados pela Empresa e licenciados ao abrigo da lei das telecomunicações de Cabo Verde, tendo sido definida a data de 1 de janeiro de 2006 para início de atividade da nova sociedade detida pela Empresa para explorar o serviço móvel.

Assim, no final de 2005, a Empresa efetuou uma cisão do seu património, pelo que os serviços de telecomunicações Móvel, Internet e distribuição de Televisão por Cabo foram prestados, a partir de janeiro de 2006, por duas entidades juridicamente separadas e totalmente detidas pela Empresa (CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. – “CV Móvel” e CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A. – “CV Multimédia”).

Refira-se, entretanto, a publicação do Decreto Legislativo nº36/2021, de 14 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo 75/2021, de 2 de novembro, o qual permite a convergência dos serviços, bem como a atribuição de uma autorização geral a qualquer operadora de comunicações eletrónicas e põe termo à obrigatoriedade de separação entre os serviços concessionados e os demais serviços de valor acrescentado, obriga a estabelecer divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores de telecomunicações, operacionalmente independente para gerir e explorar a rede Backbone inter-ilhas e o Hub internacional, deu-se início ao processo de fusão das três empresas, por incorporação na Cabo Verde Telecom, S.A. Prevê-se que a fusão ocorra no ano de 2023.

## 1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas no Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

O SNCRF visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 05 de abril de 2023 pelo Conselho de Administração da CVT.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

### 2.1. Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Segundo este método, o investimento é inicialmente registado pelo seu custo e, posteriormente, ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor no capital próprio da participada. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, deduzidos das perdas de imparidade estimadas, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor.

### 2.2. Reconhecimento do rédit

O rendimento proveniente da venda de bens, nomeadamente equipamentos terminais, é reconhecido no período em que ocorre, quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes da prestação de serviços, essencialmente referentes a tráfego telefónico, são reconhecidos no período em que o tráfego telefónico é efetuado. Adicionalmente, os rendimentos com tráfego de interligação são reconhecidos no mês em que as chamadas são efetuadas.

Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativos, são registados no período subsequente.

### 2.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações, exceto nas situações em que existem contratos de fixação de taxas de câmbio, em que é utilizada a taxa definida nos mesmos. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apurados nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para escudos Cabo-Verdianos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2022	2021
Dólar americano	103,380	97,356
Euro	110,265	110,265

#### 2.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,4%. Havendo, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2018 a 2022 podem vir a ser corrigidos, sendo, no entanto, convicção da Administração que em caso de fiscalização não surgirão correções significativas.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos são classificados como Não correntes.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

**2.5. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 2.8 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção e/ou instalação.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As taxas de depreciação praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	25 - 50
Equipamento básico	4 - 10
Equipamentos de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As taxas de depreciação utilizadas na Empresa estão em alinhamento com a portaria nº 42/2015, de 24 de Agosto, podendo a vida útil variar entre a mínima e a máxima que corresponde ao dobro da vida mínima, conforme o artigo 4º, nº 2 da referida portaria e da vida útil esperada para o ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, é reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

**2.6. Propriedades de Investimento**

Compreendem terrenos detidos para valorização do capital a longo prazo. Inicialmente valorizados ao custo de aquisição, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnico independente e especializado, a última efetuada em 2022.

**2.7. Ativos intangíveis e amortizações**

Os ativos intangíveis compreendem, nomeadamente, as infraestruturas concessionadas e os programas de computador, entre outros.

Conforme referido na Nota Introdutória, a Empresa exerce a sua atividade ao abrigo do Contrato de Concessão, pelo que as infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 5). Sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standard (IAS)/ International Financial Reporting Standard (IFRS)*) subsidiárias do SNCRF, e não havendo no SNCRF normativo relativo ao tratamento das concessões, é aplicado aos ativos da concessão o definido no *International Financial Report Interpretation Committee 12 (IFRIC 12)*. Com base neste IFRIC, os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo, e os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pela CVT, os quais no final da concessão reverterem para o Estado de Cabo Verde, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 5) pelo valor do investimento efetuado. Não é reconhecida qualquer margem correspondente aos serviços de intermediação e controlo de empreitada relativamente à construção dos bens afetos à concessão.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela CVT. Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da CVT até ao final da concessão.

As amortizações são calculadas de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015. Nos casos em que a vida ultrapassa o período da concessão é reduzido o período de amortização para coincidir com a data limite da concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Empresa durante o período do contrato de concessão.

Relativamente aos programas de computador e outros ativos intangíveis, são registados ao custo de aquisição. As taxas de amortização utilizadas pela Empresa estão em alinhamento com o artigo 6º da Portaria nº 42/2015, de 24 de agosto.

## **2.8. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indício de que possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que o valor contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

## **2.9. Inventários e ajustamentos**

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva, sendo valorizadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização esperado. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

Os consumos são apurados segundo o método do custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 9).

## 2.10. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um derivado.

### *Clientes e outras contas a receber e imparidade*

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 9 e 10). Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.



#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### *Empréstimos Obtidos*

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Quando são diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são capitalizados enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

#### 2.12. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo acionista.

#### 2.13. Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

##### (i) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as compras ao estrangeiro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

##### (ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos, a grosso modo, vencem juros a taxas fixas. Apenas um empréstimo em sindicato bancário está a taxas variáveis, com um risco muito reduzido de variação da taxa de juro.

(iii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações.

Este risco é monitorizado numa base regular pela Empresa, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade das contas a receber, acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

(iv) Risco de liquidez

A Empresa apresenta um fundo de maneo positivo na ordem dos mCVE 2 400 000 (2021: cerca de mCVE 3 500 000). Contudo, anualmente recorre a financiamentos para suprir as suas necessidades de investimentos (CAPEX).

2.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.15. Classificação de balanço

São classificados como correntes os ativos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações da Empresa, ou que são detidos com a intenção de transação em prazo inferior a um ano e os passivos cuja exigibilidade a Empresa não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)2.16. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.17. Regime de acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime de acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são faturados.

2.18. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas.

3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos decompõem-se como segue (em mCVE):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	13 666	874 772	1 081 072	312 360	746 839	164 589	757	3 194 053
Depreciação acumulada	-	(744 984)	(867 709)	(254 980)	(718 263)	(162 715)	-	(2 748 651)
<b>Valor líquido</b>	<b>13 666</b>	<b>129 787</b>	<b>213 363</b>	<b>57 380</b>	<b>28 576</b>	<b>1 874</b>	<b>757</b>	<b>445 402</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>								
Valor líquido inicial	13 666	129 787	213 363	57 380	28 576	1 874	757	445 402
Aquisições	-	-	244	24 117	15 194	729	15 804	56 088
Transferências	-	2 944	77 662	-	1 335	-	(1 632)	80 309
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(4 080)	-	-	-	(4 080)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	-	-	4 080	-	-	-	4 080
Depreciação do exercício	-	(12 486)	(59 393)	(15 341)	(9 981)	(790)	-	(97 991)
<b>Valor líquido</b>	<b>13 666</b>	<b>120 245</b>	<b>231 876</b>	<b>66 155</b>	<b>35 124</b>	<b>1 813</b>	<b>14 929</b>	<b>483 809</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	13 666	877 716	1 158 978	332 396	763 368	165 318	14 929	3 326 371
Depreciação acumulada	-	(757 470)	(927 102)	(266 241)	(728 244)	(163 505)	-	(2 842 562)
<b>Valor líquido</b>	<b>13 666</b>	<b>120 245</b>	<b>231 876</b>	<b>66 155</b>	<b>35 124</b>	<b>1 813</b>	<b>14 929</b>	<b>483 809</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2022</b>								
Valor líquido inicial	13 666	120 245	231 876	66 155	35 124	1 813	14 929	483 809
Aquisições	2 940	-	26	54 014	14 106	978	12 983	85 048
Transferências	-	20 064	90 186	-	89 166	607	(27 815)	172 208
Regularização	-	-	-	-	-	(122)	-	(122)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(48 143)	(2 304)	(96 764)	-	-	(147 211)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	-	401	2 304	96 764	-	-	99 470
Depreciação do exercício	-	(11 750)	(51 390)	(17 116)	(11 887)	(891)	-	(93 034)
<b>Valor líquido</b>	<b>16 606</b>	<b>128 560</b>	<b>222 956</b>	<b>103 053</b>	<b>126 510</b>	<b>2 384</b>	<b>97</b>	<b>600 166</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	16 606	897 780	1 201 047	384 106	769 877	166 780	97	3 436 293
Depreciação acumulada	-	(769 220)	(978 091)	(281 053)	(643 367)	(164 396)	-	(2 836 126)
<b>Valor líquido</b>	<b>16 606</b>	<b>128 560</b>	<b>222 956</b>	<b>103 053</b>	<b>126 510</b>	<b>2 384</b>	<b>97</b>	<b>600 166</b>

As transferências no valor de mCVE 172 208 relacionam-se essencialmente com a descentralização do Data Center e reposição do sistema de energia do Edifício Sede, antes registados em Ativos intangíveis em curso (ver Nota 5).

**4. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS**

O detalhe dos valores escriturados em Propriedades de Investimento é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2022	2021
Achada Grande – Palha Sé 15 lotes com 52.613 m2	205 168	188 736
Várzea da Companhia – Barraca Costa 1 lote com 3.870 m2	104 495	96 667
Achada Fátima – Redonda 1 lote com 2.115 m2	9 518	8 785
	<b>319 181</b>	<b>294 188</b>

Inicialmente registados pelo custo de aquisição, no valor total de mCVE 152 941, os terrenos listados abaixo, detidos para valorização do capital a longo prazo, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnico independente e especializado

Em 2022 os referidos terrenos foram reavaliados, tendo originado um aumento de justo valor de mESC 24 993. Para determinação do justo valor foi utilizado o Método de Comparação de Mercado.

**5. ATIVOS INTANGÍVEIS**

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	Direitos de exploração - infraestruturas concessionadas	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	15 385 998	3 674 549	123 929	140 186	2 102 167	21 426 829
Amortização acumulada	(12 935 556)	(3 377 772)	(123 929)	(69 827)	-	(16 507 083)
<b>Valor líquido</b>	<b>2 450 442</b>	<b>296 777</b>	<b>-</b>	<b>70 359</b>	<b>2 102 167</b>	<b>4 919 745</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>						
Valor líquido inicial	2 450 442	296 777	-	70 359	2 102 167	4 919 745
Aquisições	61 516	-	-	-	1 310 886	1 372 402
Transferências	77 170	126 471	-	17 379	(301 328)	(80 309)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	-	-	-
Abates/alienações - amortização acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	(257 679)	(180 711)	-	(26 691)	-	(465 081)
<b>Valor líquido</b>	<b>2 331 449</b>	<b>242 536</b>	<b>-</b>	<b>61 047</b>	<b>3 111 725</b>	<b>5 746 758</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	15 524 684	3 801 020	123 929	157 565	3 111 725	22 718 922
Amortização acumulada	(13 193 235)	(3 558 483)	(123 929)	(96 518)	-	(16 972 165)
<b>Valor líquido</b>	<b>2 331 449</b>	<b>242 536</b>	<b>-</b>	<b>61 047</b>	<b>3 111 725</b>	<b>5 746 758</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2022</b>						
Valor líquido inicial	2 331 449	242 536	-	61 047	3 111 725	5 746 758
Aquisições	-	-	-	-	1 026 966	1 026 966
Transferências	2 922 924	201 093	-	17 538	(3 313 763)	(172 208)
Amortização do exercício	(324 487)	(128 665)	-	(25 522)	-	(478 674)
<b>Valor líquido</b>	<b>4 929 886</b>	<b>314 965</b>	<b>-</b>	<b>53 063</b>	<b>824 928</b>	<b>6 122 842</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	18 447 608	4 002 113	123 929	175 103	824 928	23 573 680
Amortização acumulada	(13 517 722)	(3 687 148)	(123 929)	(122 040)	-	(17 450 839)
<b>Valor líquido</b>	<b>4 929 886</b>	<b>314 965</b>	<b>-</b>	<b>53 063</b>	<b>824 928</b>	<b>6 122 842</b>

A Empresa goza do direito de exploração dos investimentos efetuados nas infraestruturas concessionadas que

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais no final da concessão revertem para o Estado de Cabo Verde, sendo, por isso, registados como Ativos Intangíveis.

As transferências relacionam-se com a conclusão dos investimentos que se encontravam em curso, tendo destaque para o projeto da Conectividade Optica Ellalink, no montante de mCVE 2 569 028, e incluem ainda mCVE 172 208 reclassificados para Ativos fixos tangíveis (ver Nota 3).

Os ativos afetos às infraestruturas concessionadas são amortizados de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015, em função do número de anos que restam do período de concessão, quando aquele não for inferior ao seu período mínimo de vida útil.

O EllaLink é um avançado sistema de cabos submarinos que oferece conectividade segura de alta capacidade numa única rota transatlântica de baixa latência que atende às crescentes necessidades dos mercados latino-americano e europeu. A rede EllaLink liga diretamente o Brasil e a Europa, unindo os principais centros de São Paulo e Fortaleza a Lisboa, Madrid e Marselha. Entrou em funcionamento em julho de 2022.

O saldo de infraestruturas concessionadas compreende ainda o cabo submarino internacional WACS (West Africa Cable System), cujo saldo líquido contabilístico ascende a mCVE 543 392 (2021: mCVE 601 613), resultante de um investimento de mCVE 1.934.218, o que equivale a uma participação da empresa no Consórcio de 3,1685%.

Os Ativos Intangíveis em curso decompõem-se como segue:

Ativos intangíveis em curso	mCVE	
	2022	2021
Construção de Estação Terminal Ellalink	411 398	321 998
Eficiência Energética	266 138	-
Fusão & Unidade Wholesale	38 022	-
Rebranding Grupo CVT	31 865	7 579
Backhaul Dinâmico Wacs-Ellalink	31 351	-
Participação Proc. Up.Grade 4 Sist.Wacs	12 235	-
Upgrade Capacidade Ellalink 200G para 400 GBPS	10 333	-
Cabos Fibra Optica Terrestre e Submarino	6 295	-
Conectividade Optica Ellalink	-	2 569 028
Beneficiação de Edifícios	-	91 264
Descentralização de Data Center	-	81 519
Modernização da Rede NGN	-	22 837
Serviços Definição Estratégia Digital	-	9 289
Beneficiação Rede da Rede de Acesso	-	4 264
Evolução ITSM	-	933
Outros activos intangíveis em curso	17 290	3 014
	<b>824 928</b>	<b>3 111 725</b>

## 6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo o (i) Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) custo de aquisição:

**Participações valorizadas segundo o MEP**

	<u>Movimentos em 2021</u>			<u>Movimentos em 2022</u>			<u>Saldo em 31.12.2022</u>	<u>% de participação</u>	<u>Sede</u>
	<u>Saldo em 31.12.2020</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Quota parte nos resultados</u>	<u>Saldo em 31.12.2021</u>	<u>Dividendos recebidos</u>	<u>Quota parte nos resultados</u>			
CV Móvel, SA	480 816	( 240 816)	452 101	692 101	( 452 101)	307 873	547 873	100,00%	Praia
CV Multimédia, SA	298 272	( 24 446)	43 758	317 584	( 43 758)	37 336	311 163	100,00%	Praia
Directel Cabo Verde, Lda	22 456	-	( 19 122)	3 334	-	( 3 334)	-	40,00%	Praia
	<u>801 544</u>	<u>( 265 262)</u>	<u>476 736</u>	<u>1 013 019</u>	<u>( 495 858)</u>	<u>341 874</u>	<u>859 036</u>		

Estes investimentos foram valorizados segundo o MEP porque a Empresa detém controlo ou exerce influência significativa, por via de participação no Conselho de Administração destas participadas.

As demonstrações financeiras da Directel, SA relativas ao ano de 2022 são provisórias, por não estarem ainda aprovadas.

**Participações valorizadas ao custo de aquisição**

Resumem-se como segue (em mCVE):

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Imparidade acumulada</u>	<u>Saldo em</u>		<u>Participação</u>	<u>Sede</u>
			<u>31.12.21</u>	<u>31.12.22</u>		
SISP	10 000	-	10 000	10 000	10,00%	Praia
Tudo Directo	11 303	(11 303)	-	-	45,36%	Praia
RASCOM	5 942	-	5 942	5 942	0,28%	Praia
	<u>27 245</u>	<u>(11 303)</u>	<u>15 942</u>	<u>15 942</u>		

**Tudo Directo** apresentava um capital próprio negativo de mCVE 18 413 em 2007, últimas demonstrações financeiras disponíveis, pelo que a participação financeira no valor de mCVE 11 303 encontra-se ajustado por imparidade.

Em 2022 a **SISP** distribuiu dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de mCVE 9 980 (ver Nota 25).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2022 resumem-se como segue (em mESC):

	<b>Saldos 2022</b>				
	<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>Capital próprio</b>	<b>Rendimentos</b>	<b>Resultado líquido</b>
CV Móvel, SA	5 163 060	4 615 090	547 971	3 230 379	307 873
CV Multimédia, SA	4 240 896	3 829 527	411 369	1 639 653	37 336
Directel Cabo Verde, Lda	159 312	165 274	( 5 962)	147 591	( 20 319)
SISP	1 943 315	566 944	1 376 371	1 349 447	292 208
Tudo direto					a)
Raskon					a)
	<b>11 506 583</b>	<b>9 176 834</b>	<b>2 329 748</b>	<b>6 367 070</b>	<b>617 098</b>

a) Demonstrações financeiras não disponíveis

## 7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O saldo de mCVE 100 000 corresponde a suprimentos concedidos à subsidiária CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, SA. Não são remunerados e nem têm data de reembolso definida.

## 8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo decompõe-se como segue:

		<b>mCVE</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Corrente</b>			
Partes relacionadas (ver Nota 31)			
CV Multimédia	(i)	3 335 571	3 148 426
CV Móvel	(i)	268 224	619 345
Ministério das Finanças	(ii)	247 542	206 542
RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana	(iii)	176 396	176 396
Pessoal	(iv)	28 507	31 657
ARME	(v)	18 070	16 137
ESTADO - CCI		16 000	16 000
Correios de Cabo Verde		10 472	6 569
Huawei Marine Networks Co. Ltd	(vi)	1 410	174 034
Telefónica Argentina		-	31 070
Outros, inferiores a mCVE 5 000		157 530	164 754
		<b>4 259 722</b>	<b>4 590 929</b>
<b>Não corrente</b>			
Ministério das Finanças	(ii)	67 641	99 964
Pessoal	(iv)	8 247	7 626
		<b>75 888</b>	<b>107 590</b>
		<b>4 335 611</b>	<b>4 698 520</b>

**(i) Partes relacionadas – CV Multimédia e CV Móvel**

Os saldos da CV Multimédia e CV Móvel resultam de prestações de serviços e pagamentos por conta dessas subsidiárias, líquidos de encontros de contas efetuados.

**(ii) Ministério das Finanças**

O saldo resulta dos pagamentos efetuados ao fornecedor Huawei no âmbito do projeto “Cidade Segura”, no montante de mCVE 427 306, com recurso ao empréstimo contraído para o efeito junto do Banco BAI (ver Nota 15 (C)), deduzido de encontros de contas efetuados com o Estado (mCVE 190 254), acrescido de juros vencidos do referido empréstimo, no montante de mCVE 78 131.

Nos termos da carta conforto do Estado de Cabo Verde, o saldo será regularizado por encontro de contas com as dívidas relativas à renda de concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 ascende a mCVE 206 542 (ver Nota 18), sendo a renda anual de mCVE 41 000.

**(iii) Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A.**

O saldo corresponde aos juros de mora debitados pela Empresa, registados por contrapartida de Diferimentos passivos (ver Nota 21), atendendo à incerteza de cobrança dos mesmos.

**(iv) Pessoal.**

O saldo corresponde essencialmente aos empréstimos, não remunerados, concedidos aos colaboradores, no âmbito da responsabilidade social da Empresa, os quais podem assumir três vertentes:

- Empréstimo para habitação: tem limite máximo de mCVE 360, reembolsáveis em 36 prestações mensais fixas e sucessivas;
- Empréstimo para encargos extraordinários: tem como limite máximo dois salários brutos, podendo ser reembolsado em 12 prestações mensais fixas e sucessivas;
- Empréstimo para doença: tem limite máximo de mCVE 480, reembolsáveis em 40 prestações mensais fixas e sucessivas.

São elegíveis os colaboradores com vínculo contratual sem termo ou com contrato a prazo há mais de dois anos e apresentam pelo menos um fiador que seja igualmente colaborador da Empresa.

**(v) ARME**

O saldo corresponde a adiantamentos efetuados à ARME relativos a taxas de regulação e de utilização do espetro radioelétrico e contribuições.

**(vi) Huawei Marine Networks Co. Ltd**

O saldo resulta da venda de capacidade (IRU) no cabo submarino Ellalink, 100 Gbps entre CVTelecom e Sines à Huawei pelo valor de mCVE 214 409, no âmbito do novo projeto de cabo submarino denominado Cabo Share que liga Cabo Verde a Senegal, cuja disponibilização da referida capacidade ocorrerá uma vez concluído o projeto Ellalink, razão pela qual foi registado por contrapartida de Diferimentos passivo (ver Nota 21), deduzido de mCVE 40 372 e mCVE 172 624 referentes a dívidas para com a Huawei, na sequência dos encontros de contas celebrados entre as partes em 2021 e 2022, respetivamente.



Não se considera necessário reconhecer qualquer perda por imparidade em Outras contas a receber, por referência a critérios de avaliação técnico-comercial.

#### 9. INVENTÁRIOS E GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Mercadorias	11 756	6 004
Perdas por imparidade acumuladas em mercadorias	( 2 469)	( 519)
	<u>9 287</u>	<u>5 485</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	373 845	279 797
Perdas por imparidade acumuladas em matérias primas	( 15 280)	( 11 104)
	<u>358 565</u>	<u>268 693</u>
	<u><u>367 852</u></u>	<u><u>274 178</u></u>

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são referentes, essencialmente, a cabos de fibra para expansão da rede.

As perdas por imparidade em inventários foram, no exercício de 2022, reforçadas em mCVE 6 126 (2021: mCVE 10 283). O saldo assim resultante é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

#### Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Decompõem-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Existências iniciais	285 801	295 188
Compras	264 463	136 409
Regularizações	( 130 380)	( 118 020)
Existências finais	( 385 601)	( 285 801)
	<u><b>34 284</b></u>	<u><b>27 777</b></u>

As regularizações referem-se, essencialmente, à incorporação de matérias-primas, subsidiárias e de consumo em trabalhos efetuados para a própria Empresa, relacionados, nomeadamente, com ampliação e substituição da rede de telecomunicações.

**10. CLIENTES**

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

		<b>mCVE</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Corrente</b>			
Partes relacionadas			
CV Móvel	(i)	346 836	177 303
CV Multimédia	(i)	145 751	110 259
ASA		591	2 635
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.		11	-
RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana	(ii)	161 562	140 049
Unitel T+	(iii)	88 769	99 232
Outras empresas e particulares		1 042 652	1 050 655
		<b>1 786 173</b>	<b>1 580 132</b>
Perdas por imparidade acumuladas	(vi)	( 830 029)	( 750 902)
		<b>956 144</b>	<b>829 231</b>
<b>Não corrente</b>			
RTC	(ii)	16 437	59 809
<b>RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana</b>		<b>972 581</b>	<b>889 040</b>
Adiantamentos		4 821	4 851

**(i) Partes relacionadas – CV Móvel e CV Multimédia**

Os saldos a receber resultam da prestação de serviços relacionados com o aluguer de circuitos, comunicações fixas, lacetes, arrendamento de espaços e serviços de suporte. Em 2022, foram efetuados encontro de contas entre as entidades, facto que justifica a diminuição do saldo face ao ano anterior.

**(ii) RTC - Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A.**

O saldo a receber resulta de serviços de telecomunicações, cedência de espaço e energia.

Em 2017, o Grupo CVTelecom acordou com a RTC um plano de regularização da dívida em prestações anuais de mCVE 36 000 até 2024, o qual não vem sendo cumprido na íntegra. Entretanto, a diminuição do saldo em mCVE 21 859 corresponde ao encontro de contas efetuado em março e dezembro de dezembro de 2022. A parcela de mCVE 16 437 relativa ao ano 2024 foi classificada como Não corrente.

**(iii) Unitel T+**

O saldo a receber da Unitel T+ resulta, essencialmente, de serviços de interligação, circuitos e instalação de WACS. São efetuados encontros de contas trimestralmente entre as partes.

**(iv) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade acumuladas registaram os seguintes movimentos:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo inicial	750 902	690 242
Reforço	79 154	60 822
Utilização	( 27)	( 163)
<b>Saldo final</b>	<b>830 029</b>	<b>750 902</b>

O saldo resultante é considerado adequado, por referência a critérios de avaliação comercial.

**11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

		<b>mCVE</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fornecedores nacionais:</b>			
Armando Cunha S.A.	(i)	114 989	4 360
FUSI	(ii)	4 200	30 000
Logoprint Ltda		5 528	-
Deco Design Ltda		5 482	-
Electra Sul	(iii)	-	133 000
Outros		26 804	21 818
		<b>157 002</b>	<b>189 178</b>
<b>Fornecedores estrangeiros:</b>			
ETCP	(iv)	37 491	-
Worktel		7 803	5 799
B2GTrading		6 061	-
ELOSPARE		696	12 016
Outros		8 255	18 736
		<b>60 306</b>	<b>36 551</b>
		<b>217 308</b>	<b>225 729</b>

**(i) Armando Cunha S.A.**

O saldo desta rubrica consiste em adiantamentos para trabalhos na estrutura das instalações do cabo Ellalink, deduzidos das faturas emitidas.

**(ii) FUSI - Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação**

O saldo corresponde ao adiantamento de mCVE 4 200 a título de contribuição para o referido fundo, nos termos acordados em 2020. Em 2021, os adiantamentos de mCVE 30 000 compreendiam 85% (mCVE 25 500) e 1% (mCVE 300) por conta da CV Móvel e da CV Multimédia, respetivamente, os quais foram em 2022 reclassificados para outras contas a receber (Ver Nota 8).

**(iii) Electra Sul**

Nos termos acordados, mensalmente é feito adiantamento de mCVE 15 000 (mCVE 19 000 até julho de 2022) à Electra Sul por conta do consumo de energia. O saldo em 2021 representava os adiantamentos de junho a dezembro de 2021, entretanto regularizados com as faturas entretanto emitidas.

**(iv) ETCP**

Esta rubrica consiste num adiantamento efetuado para compra de equipamentos de manutenção da rede básica de telecomunicação.

**12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Caixa	2 041	119
Depósitos à ordem	181 375	188 002
	<b>183 416</b>	<b>188 121</b>

**13. CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos registados em 2022 e em 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

**(a) Capital realizado**

De acordo com o artigo 5º dos estatutos da Empresa, o capital social, no montante mCVE 1 000 000, representado por 1.000.000 de ações com o valor nominal unitário de mCVE 1 000, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	<u>%</u>	<u>mCVE</u>
Instituto Nacional de Previdência Social	57,9	579 000
ASA, S.A	20,0	200 000
Privados nacionais	13,7	137 000
Sonangol CV	5,0	50 000
Estado de Cabo Verde	3,4	34 000
	<u>100,0</u>	<u>1 000 000</u>

**(b) Reservas Legais**

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

**(d) Outras Reservas**

Compreendem (i) Reservas livres, no montante de mCVE 1 619 128 (2021: mCVE 1 477 128), disponíveis para distribuição aos acionistas, (ii) Reservas para investimentos (mCVE 611 320), correspondentes à parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhes forem destinadas; se reinvestidas nos 3 anos seguintes ao da sua constituição, em instalações ou equipamentos novos, de interesse para o fomento da economia nacional, poderão ser deduzidos dos lucros tributáveis, mediante despacho favorável do Ministério das Finanças, (iii) Reservas gerais (mCVE 133 943) previstas no anterior normativo contabilístico (Plano Nacional de Contabilidade), para as quais não se encontravam definidas regras de constituição e/ou utilização, e (iv) Reservas para fins sociais (mCVE 48 543), destinadas exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva e de serviços coletivos aos trabalhadores, bem como a bonificações de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente dos trabalhadores; não se encontram definidas regras de utilização para esta reserva.

Os movimentos de mCVE 142 000 em 2022 e de mCVE 103 460 em 2021 registados em Reservas livres resultam da aplicação dos resultados dos exercícios de 2021 e de 2020, respetivamente, aprovada em Assembleia Geral, como segue:

	<u>mCVE</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Distribuição de dividendos	142 000	103 640
Reservas livres	142 000	103 640
	<u>284 000</u>	<u>207 280</u>

Os dividendos foram distribuídos aos seguintes acionistas:

	Número de ações	Percentagem de participação	mCVE	
			2022	2021
Estado de Cabo Verde	33 695	3%	4 260	3 492
Instituto Nacional de Previdencial Social	579 220	58%	82 360	60 030
ASA, SA	200 000	20%	28 400	20 728
Outros accionistas (privados e trabalhadores CVT)	187 085	19%	26 980	19 390
	<u>1 000 000</u>	<u>100%</u>	<u>142 000</u>	<u>103 640</u>

#### (e) Resultados transitados

O saldo desta rubrica resulta da aplicação dos resultados líquidos dos exercícios anteriores, no montante de mCVE 2 151 764, e do excedente de revalorização em decorrência do processo de inventariação e avaliação do património da Empresa efetuado em 1997 (mCVE 895 918).

## 14. PROVISÕES

	mCVE	
	2022	2021
<b>Corrente</b>		
Plano de Reforma Antecipada	<u>36 618</u>	<u>34 433</u>
<b>Não Corrente</b>		
Plano de Reforma Antecipada	57 417	6 293
Processos judiciais e riscos e encargos diversos	3 000	11 424
Investimentos financeiros	-	8 352
	<u>60 417</u>	<u>26 069</u>
	<u>97 035</u>	<u>60 502</u>

A provisão para o Plano de Reforma Antecipada representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 23 trabalhadores, 1 em 2017, 4 em 2019, 10 em 2020, 4 em 2021 e 4 em 2022. A taxa de desconto utilizada foi de 12,91%. Desses trabalhadores, 21 já passaram à reforma.

A parcela não corrente será regularizada até 2029.

A provisão para processos judiciais e riscos e encargos diversos representa a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Empresa poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

Os movimentos ocorridos na rubrica Provisões foram os seguintes (em mCVE):

	<b>Processos Judiciais em curso</b>	<b>Plano de Reforma Antecipada</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>TOTAL</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>				
Saldo inicial	11 424	77 741	8 352	97 517
Reforço	-	11 813	-	11 813
Utilização	-	( 48 828)	-	( 48 828)
<b>Valor escriturado</b>	<b>11 424</b>	<b>40 726</b>	<b>8 352</b>	<b>60 502</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>				
Saldo inicial	11 424	40 726	8 352	60 502
Reforço	3 000	92 187	-	95 187
Reversão	( 11 424)	-	( 8 352)	( 19 776)
Utilização	-	( 38 878)	-	( 38 878)
<b>Valor escriturado</b>	<b>3 000</b>	<b>94 035</b>	<b>-</b>	<b>97 035</b>

Os reforços de provisões para o Plano de Reforma antecipada são registados por contrapartida de Despesas com o pessoal (ver Nota 24).

**15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição (em mCVE):

		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Caixa Económica de Cabo Verde</b>	<b>A</b>						
Financiamento mCVE 500 000		71 429	285 714	357 143	71 429	357 143	428 571
Financiamento mCVE 400 000		57 143	57 142	114 285	57 143	114 285	171 428
Financiamento mCVE 200 000		28 571	57 143	85 714	28 571	85 714	114 286
<b>Banco Caboverdiano de Negócios</b>	<b>B</b>						
Financiamento mCVE 500 000		71 429	428 571	500 000	-	490 000	490 000
Financiamento mCVE 200 000 jun17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
Financiamento mCVE 200 000 out17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
<b>Banco BAI Cabo Verde</b>	<b>C</b>						
Financiamento mCVE 620 000		-	-	-	88 571	-	88 571
Financiamento mCVE 550 000		74 599	74 599	149 199	74 599	149 199	223 798
Financiamento mCVE 200 000 abr17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
Financiamento mCVE 200 000 out22		166 667	-	166 667	-	-	-
<b>Ecobank</b>	<b>D</b>						
Financiamento mCVE 250 000		-	-	-	229 536	-	229 536
Financiamento mCVE 500 000		71 429	428 571	500 000	-	-	-
<b>International Investment Bank - Financiamento mCVE 250 000</b>	<b>E</b>						
		-	-	-	35 714	-	35 714
<b>Sindicato BCA/BI</b>	<b>F</b>						
Financiamento - mCVE 500 000 - 2021		71 429	357 143	428 571	71 429	428 571	500 000
Financiamento - mCVE 500 000 - 2019		71 429	214 286	285 714	71 429	285 714	357 143
<b>Banco Europeu de Investimento</b>	<b>G</b>						
1ª Tranche - mCVE 968 196		71 718	788 900	860 618	71 718	860 618	932 336
2ª Tranche - mCVE 687 153		50 900	585 353	636 253	25 450	661 703	687 153
3ª Tranche - mCVE 623 937		46 218	577 720	623 937	-	623 937	623 937
4ª Tranche - mCVE 141 031		-	141 031	141 031	-	-	-
<b>Empréstimo Obrigacionista</b>	<b>H</b>						
INPS - mCVE 300 0000		37 500	243 750	281 250	-	-	-
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>976 174</b>	<b>4 325 637</b>	<b>5 301 811</b>	<b>911 304</b>	<b>4 228 313</b>	<b>5 139 617</b>

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	CECV	BCN	BAI	Sindicato BCA/BI	BEI	ECOBANK	Total
2024-2025	332 142	200 000	103 171	285 714	359 369	142 857	1 423 253
2026-2027	217 857	142 857	-	214 286	359 369	142 857	1 077 226
Após 2027	93 750	142 857	-	71 429	1 374 265	142 857	1 825 158
	643 749	485 714	103 171	571 429	2 093 003	428 571	4 325 637



### **(A) Caixa Económica de Cabo Verde**

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Respetivamente, (i) foram obtidos em janeiro de 2020, novembro de 2017 e outubro de 2018, (ii) vencem juros à taxa anual de 5%, 5,8% e 5,75% e (iii) são reembolsáveis em 7 prestações anuais de mCVE 71 429, mCVE 57 143 e mCVE 28 571.

### **(B) Banco Caboverdiano de Negócios**

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por livranças em branco.

O financiamento de mCVE 500 000, sob forma de linha de crédito, foi obtido em junho de 2021, com um prazo de utilização de 6 (seis) meses e é reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429, com início em janeiro de 2023. Vence juros à taxa anual fixa de 4,5%.

Os outros dois financiamentos, obtidos em junho e novembro de 2017, vencem juros à taxa anual fixa de a 5,8%, sendo reembolsáveis em prestações anuais de mCVE 28 571.

### **(C) Banco BAI Cabo Verde**

O financiamento de mCVE 620 000, obtido em 2015, em duas tranches de mCVE 105 000 e mCVE 515 000, ambas com a maturidade de 7 anos, tendo ficado totalmente amortizado em 2022. Vencia juros à taxa anual de 5% e 5,3%, respetivamente.

O financiamento de mCVE 550.000, sob a forma de linha de crédito, obtido em agosto de 2017, vence juros à taxa variável indexada à taxa de cedência de liquidez do BCV acrescida de um spread de 1,0%, com um floor de 5,0%, a qual ascendeu a 5,5% em 2021 (2020: 5%). É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 74 599. Encontra-se garantido por (i) livrança em branco, (ii) domiciliação de receitas, provenientes do contrato de concessão com o Estado de Cabo Verde, referente ao projeto cidade segura, (iii) domiciliação das receitas provenientes do fundo do turismo no âmbito do projeto cidade segura, (iv) carta de conforto emitido pelo Estado de Cabo Verde e (v) incremento de domiciliação geral receitas no valor de mCVE 50.000.

O financiamento de mCVE 200.000, obtido em abril de 2017, vence juros à taxa anual de 5,3%, taxa de juro alterada em 2020 (a taxa anterior era de 5,5%). O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita pela Empresa, pela domiciliação de receitas no valor mensal de mCVE 75.000 milhares e de receitas de dois (2) "Point of Sale" adicionais.

O financiamento de mCVE 200 000, sob forma de conta corrente caucionada, obtido em outubro de 2022, vence juros à taxa anual de 3,1%, reembolsável no prazo máximo de 12 meses, em prestações mensais de mCVE 16 667. Tem como garantia livrança em branco subscrita pela empresa.

### **(D) Ecobank**

O financiamento de m CVE 250 000, obtido em novembro de 2021, foi totalmente amortizado em 2022. Tinha um prazo de 12 meses e vencia juros à taxa anual fixa de 3,95%.

O financiamento de mCVE 500 000, sob a forma de linha de crédito, obtido em março de 2022, vence juros à taxa fixa de 4,0%. É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429. O empréstimo encontra-se garantido

por uma livrança em branco subscrita pela empresa e pela domiciliação mensal de receitas no valor mínimo de mCVE 50 000.

#### **(E) International Investment Bank**

O empréstimo obtido em dezembro de 2015, ficou totalmente amortizado em 2022. Tinha um período de maturidade de 7 anos e era remunerado à taxa anual de 5%.

#### **(F) Sindicato Banco Comercial Atlântico e Banco Interatlântico**

O financiamento de mCVE 500 000, obtido em abril de 2021, vence juros à taxa de juros variável indexada sobre o BCA Index 6 meses, deduzido de um spread de 2,2%, a qual ascendeu a 3,8%. É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429 e encontra-se garantido por duas livranças em branco subscritas pela Empresa.

O Financiamento de mCVE 500 000, obtido em agosto de de 2019, vence juros à taxa de juros variável indexada sobre o BCA Index 6 meses, deduzido de um spread de 2%, a qual ascendeu a 4%. É reembolsável em 14 prestações semestrais mCVE 35 714 e encontra-se garantido por duas livranças em branco subscritas pela Empresa.

#### **(G) Banco Europeu de Investimento**

Em abril de 2019 foi celebrado um contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, no montante de 21,950 milhões de Euros (equivalente a mCVE 2 420 317), destinado a financiar o projeto do cabo de fibra ótica Ellalink. O financiamento foi desembolsado em quatro tranches, como segue:

- (i) Novembro de 2019, no montante de 8,78 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 968 196), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 35 859. Vence juros à taxa anual de 1,28%.
- (ii) Julho de 2020, no montante de 6,232 milhões de Euros (equivalentes a mCVE mCVE 687 153), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 25 450. Vence juros à taxa anual de 1,192%.
- (iii) Novembro de 2021, no montante de 5,659 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 623 937), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 23 109. Vence juros à taxa anual de 1,493%.
- (iv) Março de 2022, no montante de 1,410 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 141 031), reembolsável em 26 prestações semestrais de mCVE 5 424. Vence juros à taxa anual de 2,03%.

O Empréstimo é garantido através do contrato de fiança assinado entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento, datado de 14 junho de 2019, em que o Estado garante o cumprimento das obrigações inerentes ao financiamento em caso de impossibilidade da CVT não poder honrar com os compromissos de financiamento.

#### **(H) Empréstimo obrigacionista (INPS)**

Corresponde à parcela remanescente de um financiamento contratado em 2022 através de uma Oferta Particular de Subscrição de Obrigações, no montante de mCVE 300 000.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como se segue:

- (i) - Maturidade de 8 anos a contar da data de subscrição, com amortização semestral e em iguais prestações de capital a partir do 1º cupão, inclusive, e no montante de 1/16 do valor emitido, correspondente a mCVE 18 750.
- (ii) - Taxa de juro fixa de 3,2% ao ano, devidos semestral e postecipadamente;

- (iii) - O empréstimo tem como garantia a consignação de uma parte das receitas através de um contrato com um banco liquidatário;
- (iv) A emissão das obrigações destina-se ao co-financiamento do *Business Plan* do Grupo.

## 16. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os passivos por impostos diferidos relacionam-se com ganhos de justo valor, no montante de mCVE 166 240, resultantes da avaliação das propriedades de investimento (ver Nota 4).

## 17. FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

	<u>mCVE</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fornecedores, conta corrente:</b>		
Partes relacionadas (ver Nota 31)		
CV Multimédia	(i) -	7 216
CV Móvel	(i) -	14 922
DIRECTEL	(i) 38 648	38 903
Outras entidades	1 932	2 202
Huawei Internatonal Co. Limited	(iii) 220 921	29 275
Outras entidades	124 813	201 627
	<u>386 315</u>	<u>294 145</u>
<b>Fornecedores - faturas em recepção e conferência</b>	73 452	135 445
<b>Fornecedores por acréscimos de gastos</b>	95 165	78 852
	<u>554 932</u>	<u>508 442</u>

### (i) **Partes relacionadas**

Os saldos em conta corrente relacionam-se com serviços de comunicações, internet e IPTV prestados pela CV Multimédia, serviços de tráfego de interligação, comunicações móveis, utilização da plataforma GIN e outros serviços de suporte prestados pela CV Móvel, os quais foram regularizados através de encontro de contas em dezembro de 2022, e serviços de cedência de pessoal de back e front office pela Directel.

### (ii) **Huawei International**

O saldo relaciona-se com aquisição de equipamentos de tecnologias e infraestruturas de telecomunicações.

**18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O saldo decompõe-se como segue (em mCVE):

	2022		2021	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Renda de concessão	-	206 542	-	165 542
Imposto Rendimento Pessoas Colectivas				
Estimativa de imposto	-	-	-	6 858
Imposto a recuperar	5 129	-	13 368	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	7 762	-	9 754
Contribuições para ao Instituto da Previdência Social	-	13 633	-	13 599
Imposto Rendimento Pessoas Singulares (IRPS)	-	9 879	-	10 110
Outros	-	95	-	2 066
	<u>5 129</u>	<u>237 911</u>	<u>13 368</u>	<u>207 929</u>

**Estado de Cabo Verde – renda de concessão**

Compreende as rendas relativas aos anos de 2018 a 2022, pendentes de pagamento, dos quais mCVE 41 000 referentes ao exercício de 2022 (2021: mCVE 41 000). Conforme referido na Nota Introdutória, com as alterações introduzidas no contrato de concessão, a renda anual da concessão foi fixada em mCVE 41 000 (até 2020 correspondia a 2,5% das receitas líquidas obtidas nos serviços concessionados).

**Imposto a recuperar**

O saldo líquido de mCVE 5 129 corresponde à tributação autónoma do exercício no montante de mCVE 10 587, deduzidos de créditos fiscais e pagamentos por conta de anos anteriores, no montante de mCVE 15 715.

**Estimativa do imposto**

O saldo de mCVE 11 873 evidenciado na Demonstração de resultados inclui mCVE 10 587 acima referidos e o efeito do imposto diferido passivo do exercício no montante de mCVE 1 286.

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Resultado antes de impostos	360 960	293 204
A deduzir:		
Efeitos da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	( 352 160)	( 476 736)
Incentivos Fiscais aquisição de Água e Electricidade(Art 48º LOE 2022)	( 57 040)	-
Benefícios fiscais - mecenato	( 6 221)	( 6 046)
A adicionar:		
Imposto Único sobre o Património	3 042	1 900
Gastos não especificados, multas e outras perdas	13 878	4 075
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>( 37 541)</b>	<b>( 183 603)</b>
Taxa do imposto aplicável	22,44%	22,44%
<b>Imposto diferido ativo</b>	<b>( 8 424)</b>	<b>( 41 201)</b>
Tributação Autónoma / Imposto sobre o rendimento	10 587	9 203
<b>Imposto a pagar</b>	<b>10 587</b>	<b>9 203</b>

Os prejuízos fiscais apurados em 2022 e 2021 evidenciados no quadro acima, acrescidos dos prejuízos relativos aos exercícios de 2016 a 2020, que ascendem ao valor total de mCVE 1 329 105, geram impostos diferidos ativos de cerca de mCVE 325 399, os quais não foram contabilizados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

## 19. ACIONISTAS

O saldo desta rubrica respeita a dividendos por pagar aos acionistas.

## 20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Partes relacionadas		
CV Móvel	162	232 749
CV Multimédia	6 115	122 203
Outros credores		
Outros	33 490	55 274
Pessoal	8 179	13 046
Fornecedores de investimentos	38 184	9 401
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	57 652	57 721
	<b>143 781</b>	<b>490 395</b>

Os saldos evidenciados em partes relacionadas relacionam-se com cobranças de faturas das subsidiárias efetuadas nas lojas da CVT. A diminuição do saldo face ao ano anterior justifica-se pelo encontro de contas efetuado com referência a 31 de dezembro de 2022.

## 21. DIFERIMENTOS

O saldo compreende (i) mCVE 214 406 referentes à venda de capacidade (IRU) no cabo submarino Ellalink à Huawei Marine Networks Co. Ltd (ver Nota 8), cuja utilização ocorre após a ativação do Cabo Share prevista para 2023, por um período de 15 anos, (ii) mCVE 176 396 correspondentes aos juros de mora debitados à RTC, registados nesta rubrica dada a incerteza de cobrança dos mesmos (ver Nota 8), e (iii) mCVE 9 859 (2021: m CVE 9 709) referentes a saldos de Cartões Telefácil não consumidos.

## 22. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	<u>mCVE</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>6 171</b>	<b>2 593</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Telefone Fixo	378 564	440 632
Lacete Local - ORALL	261 444	128 833
Interligação	34 722	64 210
Circuitos alugados	1 462 871	1 102 697
	<u><b>2 137 601</b></u>	<u><b>1 736 372</b></u>
<b>Descontos e abatimentos</b>		
Telefone Fixo	( 10 773)	( 11 983)
Circuitos alugados	( 59 175)	( 54 733)
	<u><b>( 69 948)</b></u>	<u><b>( 66 716)</b></u>
<b>Total de vendas e prestação de serviços</b>	<u><u><b>2 073 825</b></u></u>	<u><u><b>1 672 248</b></u></u>

As prestações de serviços incluem transações com partes relacionadas nos montantes de mCVE 1 402 550 (2021: mCVE 968 537) (ver Nota 31).

**23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

	mCVE	
	2022	2021
Eletricidade	185 439	138 995
Conservação e reparação	174 080	186 146
Subcontratos	84 590	108 342
Trabalhos especializados	75 621	60 517
Vigilância e segurança	58 696	45 558
Comunicação	50 023	41 787
Rendas e alugueres	41 298	32 634
Renda de concessão	41 000	41 000
Publicidade e propaganda	36 292	19 157
Combustível e outros fluídos	21 139	14 561
Limpeza, higiene e conforto	19 199	18 964
Deslocações e Estadas	10 553	4 511
Seguros	9 599	8 745
Outros fornecimentos e serviços	43 445	38 683
	<u>850 975</u>	<u>759 599</u>

Os subcontratos representam gastos de prestações de serviços de telecomunicações, essencialmente de interligação e de aluguer de circuitos, por outros operadores de telecomunicações nacionais e internacionais.

As transações com as entidades relacionadas, ascenderam a mCVE 153 527 (2021: mCVE 167 232) (Nota 31).

**24. GASTOS COM O PESSOAL**

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Remunerações do pessoal	729 873	727 635
Encargos sobre remunerações	115 133	115 185
Indemnizações	92 407	16 912
Remunerações dos órgãos sociais	15 023	15 031
Outros gastos com o pessoal	25 413	18 290
	<u>977 849</u>	<u>893 053</u>
Número médio de empregados	<u>365</u>	<u>365</u>

As indemnizações compreendem, essencialmente mCVE 92 187 referente à provisão para reforma antecipada de colaboradores, sendo mCVE 43 359 referentes a 4 trabalhadores que entraram para o programa em 2022 (ver Nota 14) e mCVE 48 828 relativos a à correção do compromisso de pré-reforma dos 4 quatro colaboradores que assinaram o contrato em 2021.

Outros gastos com pessoal compreendem, essencialmente, mCVE 8 979 (2021: mCVE 8 032) referentes a gastos com ações sociais, ajudas de custos, no montante de mCVE 4 693 (2021: mCVE 2 866) e outros benefícios como formação e fardamentos.

**25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outros Rendimentos e Ganhos:		
Partes relacionadas (ver Nota 31)		
CV Móvel	259 547	267 778
CV Multimédia	187 096	170 726
Diretel	820	879
ASA	-	1 606
Diferenças de câmbio favoráveis	21 272	22 147
Outros Rendimentos	94 120	165 000
	<u>562 855</u>	<u>628 136</u>

Os Rendimentos associados às partes relacionadas relacionam-se, essencialmente, com serviços de suporte (cedência de pessoal e espaços nos Edifícios da CVT), nos termos do contrato celebrado entre as partes.



**26. OUTROS GASTOS E PERDAS**

	mCVE	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Partes relacionadas (ver Nota 31)		
CV Multimédia	-	57 225
Taxas e impostos	16 534	19 154
Donativos	44 624	31 062
Diferenças de câmbio desfavoráveis	13 557	21 526
Perdas em inventários	8 437	99
Outras perdas	11 321	7 735
	<u>94 474</u>	<u>136 800</u>

Em 2021, os gastos associados com às partes relacionadas relacionavam-se, essencialmente, com serviços prestados, até 2021, à Cabo Verde Telecom, no âmbito do projeto Cidade Segura.

**27. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO**

	mCVE	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depreciações dos ativos fixos tangíveis (Nota 3)	93 034	97 991
Amortizações dos ativos intangíveis (Nota 5)	478 674	465 081
	<u>571 708</u>	<u>563 072</u>

**28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS**

Compreendem o seguinte:

	mCVE	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros de financiamentos suportados:		
Banco Caboverdiano de Negócios	11 262	10 154
Caixa Económica de Cabo Verde	9 207	9 679
Banco BAI Cabo Verde	3 523	8 664
Outros Bancos	6 021	7 016
Atualização de empréstimos a colaboradores	3 662	3 060
	<u>33 674</u>	<u>38 573</u>

Os Juros referem-se aos gastos de financiamento de projetos já concluídos.

**29. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO**

O resultado por ação básico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado líquido do exercício (mCVE)	350 470	284 000
Número de ações (Nota 12)	<u>1 000 000</u>	<u>1 000 000</u>
Resultado por ação básico (mCVE)	<u>0,35</u>	<u>0,28</u>

**30. GARANTIAS**

À presente data, as garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com os financiamentos obtidos, conforme se descreve na Nota 15.

**31. PARTES RELACIONADAS**

(i) Os saldos com partes relacionadas resumem-se como segue (em mCVE):

	<u>2022</u>			
	Clientes (Nota 10)	Outras contas a receber (Nota 8)	Fornecedores (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 20)
CV Móvel	346 836	268 224	-	162
CV Multimédia	145 751	3 335 571	-	6 115
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	11	-	38 648	-
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	591	-	1 932	-
INPS	-	-	-	-
	<u>493 190</u>	<u>3 603 795</u>	<u>40 580</u>	<u>6 277</u>
	<u>2021</u>			
	Clientes (Nota 10)	Outras contas a receber (Nota 8)	Fornecedores (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 20)
CV Móvel	177 303	619 345	14 922	234 593
CV Multimédia	110 259	3 148 426	7 216	122 203
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	-	-	38 903	-
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	2 635	-	2 202	-
INPS	-	-	-	-
	<u>290 197</u>	<u>3 767 771</u>	<u>63 243</u>	<u>356 796</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

(ii) As transações com as partes relacionadas resumem-se como segue (em mCVE):

	2022			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)	Outros gastos e perdas (Nota 26)	Prestações de serviços (Nota 22)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)
CV Móvel	70 867	-	600 315	259 547
CV Multimédia	31 887	-	791 016	187 096
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	48 931	-	126	820
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	1 842	-	9 574	-
INPS	-	-	1 519	-
	<b>153 527</b>	<b>-</b>	<b>1 402 550</b>	<b>447 463</b>

	2021			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 23)	Outros gastos e perdas (Nota 26)	Prestações de serviços (Nota 22)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)
CV Móvel	87 429	-	274 628	267 778
CV Multimédia	29 947	57 225	682 470	170 726
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	48 277	-	80	879
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	1 579	-	10 003	1 606
INPS	-	-	1 356	-
	<b>167 232</b>	<b>57 225</b>	<b>968 537</b>	<b>440 989</b>

(iii) Não existem transações com os Administradores.

(iv) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de despesas com o pessoal ascendem a mCVE 15 023 (2021: mCVE 15 031).

**32. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS**

Não existem passivos contingentes de valor significativo e cujo exfluxos de caixa são considerados prováveis, nem ou compromissos contratuais não reconhecidos que mereçam divulgação.

**33. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

As remunerações dos auditores externos e do Conselho Fiscal ascenderam a mCVE 3 050 e mCVE 2 016 (2021: mCVE 2 254 e mCVE 2 016), respetivamente.

Não existem outras divulgações exigidas por diplomas legais.

**34. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Na sequência das últimas alterações ao Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas, removendo a obrigatoriedade de segregar e autonomizar, juridicamente, os serviços concessionados dos demais serviços prestados pela CVTelecom, encontra-se em curso, o processo de fusão, pela integração da CVMóvel e CVMultimédia na CVTelecom, processo que deverá ficar concluído no decorrer de 2023, mas sem implicações na continuidade dos negócios, atualmente realizados pelas três empresas do Grupo CVTelecom.

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A DIRECÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



### III - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADAS)

- Balanços em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
- Demonstrações dos Resultados por Naturezas dos Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
- Demonstrações das Alterações no Capital Próprio dos Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3	4 624 410	4 563 736
Propriedades de investimento	4	319 181	294 188
Ativos intangíveis	5	7 391 444	6 773 162
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	6	-	3 334
Participações financeiras - outros métodos	6	15 942	15 942
Outras contas a receber	7	77 263	108 574
Clientes	9	20 169	72 000
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>12 448 408</b>	<b>11 830 936</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Inventários	8	1 111 391	1 349 302
Clientes	9	1 226 745	1 383 014
Adiantamentos a fornecedores	10	400 164	532 230
Estado e outros entes públicos	17	77 517	25 161
Outras contas a receber	7	830 909	981 853
Diferimentos	20	26 858	9 214
Caixa e depósitos bancários	11	269 483	260 357
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>3 943 065</b>	<b>4 541 130</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>16 391 473</b>	<b>16 372 066</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Reserva legal	12	1 000 000	1 000 000
Outras reservas		324 651	324 651
Prestações Suplementares		2 412 933	2 270 933
Resultados transitados		3 047 682	3 047 682
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>6 785 266</b>	<b>6 643 266</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>7 134 049</b>	<b>6 927 266</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	13	109 276	72 582
Financiamentos obtidos	14	4 482 780	4 464 028
Passivos por impostos diferidos	15	37 304	36 018
Outras contas a pagar	19	47 921	62 847
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>4 677 282</b>	<b>4 635 474</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	16	2 063 083	2 541 904
Adiantamentos de clientes	9	6 222	6 110
Estado e outros entes públicos	17	267 050	289 253
Acionistas	18	210 343	174 358
Financiamentos obtidos	14	1 054 745	989 875
Outras contas a pagar	19	202 811	181 400
Provisões	13	36 618	34 433
Diferimentos	20	739 270	591 993
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>4 580 143</b>	<b>4 809 326</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>9 257 425</b>	<b>9 444 800</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>16 391 473</b>	<b>16 372 066</b>

A DIRECÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADOS**

**PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

**E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
Vendas e prestações de serviços	21	5 270 087	4 759 351
Ganhos e perdas imputados de subsidiárias e associadas	6	( 3 334)	( 19 123)
Trabalhos para a própria entidade		-	6 062
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	( 336 071)	( 246 054)
Resultado operacional bruto		4 930 681	4 500 237
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 444 049)	(1 290 575)
Valor acrescentado bruto		3 486 632	3 209 662
Gastos com o pessoal	23	(1 138 451)	(1 053 599)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	8	( 37 222)	( 39 510)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	9	( 215 740)	( 143 036)
Provisões	13	5 352	-
Aumentos/reduções de justo valor	4	24 993	-
Outros rendimentos e ganhos	24	169 232	203 037
Outros gastos e perdas	25	( 411 620)	( 366 143)
Resultado antes de depreciações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		1 883 176	1 810 411
Gastos de depreciação e de amortização	26	(1 269 599)	(1 226 238)
Resultado operacional (antes de perdas / ganhos de financiamento e impostos)		613 577	584 173
Juros e gastos similares suportados	27	( 162 706)	( 145 755)
Resultado antes de impostos		450 870	438 419
Imposto sobre o rendimento do exercício	17	( 102 088)	( 154 418)
Resultado líquido do exercício		348 783	284 000
Resultado por acção básico	28	0.35	0.28

A DIRECÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS  
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

RÚBRICAS	Período		
	Notas	31/12/2022	31/12/2021
		Valores	Valores
<b>Método Directo</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	10	5 286 653	5 102 470
Pagamentos a fornecedores	17	(1 831 889)	(1 501 799)
Pagamentos ao pessoal		(1 139 273)	(1 071 763)
Fluxos gerados pelas operações		2 315 491	2 528 907
Pagamento do imposto sobre o rendimento		( 193 925)	( 112 929)
Outros recebimentos / pagamentos		82 208	( 113 232)
Fluxos das atividades operacionais [1]		2 203 774	2 302 746
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		( 909 892)	( 714 654)
Ativos intangíveis		(1 167 655)	(1 812 889)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		870	532
Fluxos das atividades de investimento [2]		(2 076 677)	(2 527 011)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	14	1 151 031	1 843 937
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	14	(1 067 409)	(1 431 605)
Juros e gastos similares	27	( 89 055)	( 91 646)
Dividendos	18	( 106 015)	( 99 073)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		( 111 448)	221 614
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		15 649	( 2 651)
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		( 6 524)	( 21 327)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	11	260 357	284 335
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	11	269 483	260 357

A DIRECÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO






**CABO VERDE TELECOM, S.A.**

NIF: 2001 06 481

SEDE: Rua Cabo Verde Telecom - Cidade da Praia - Santiago

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS**

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos - mCVE)

Descrição	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total	Total do capital próprio
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício		
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	<b>1</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 167 293</b>	<b>3 047 682</b>	<b>207 280</b>	<b>6 746 906</b>	<b>6 746 906</b>
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	284 000	284 000	284 000
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	-	-	-	-	<b>284 000</b>	<b>284 000</b>	<b>284 000</b>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	( 103 640)	( 103 640)	( 103 640)
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3</b>	-	-	-	-	<b>( 103 640)</b>	<b>( 103 640)</b>	<b>( 103 640)</b>
Outras variações no capital próprio		-	-	103 640	-	( 103 640)	-	-
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>4</b>	-	-	<b>103 640</b>	-	<b>( 103 640)</b>	-	-
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	<b>1+2+3+4</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 270 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>284 000</b>	<b>6 927 266</b>	<b>6 927 266</b>
<b>POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	<b>1</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 270 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>284 000</b>	<b>6 927 266</b>	<b>6 927 266</b>
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	348 783	-	348 783
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	<b>2</b>	-	-	-	-	<b>348 783</b>	<b>348 783</b>	<b>348 783</b>
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições de dividendos		-	-	-	-	( 142 000)	( 142 000)	( 142 000)
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>3</b>	-	-	-	-	<b>( 142 000)</b>	<b>( 142 000)</b>	<b>( 142 000)</b>
Aplicação de resultados do exercício anterior		-	-	142 000	-	-	142 000	142 000
<b>OUTRAS OPERAÇÕES</b>	<b>4</b>	-	-	<b>142 000</b>	-	<b>( 142 000)</b>	-	-
<b>POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2022</b>	<b>1+2+3</b>	<b>1 000 000</b>	<b>324 651</b>	<b>2 412 933</b>	<b>3 047 682</b>	<b>348 782</b>	<b>7 134 049</b>	<b>7 134 049</b>

A DIREÇÃO FINANCEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO






IV - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31  
DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”) e as suas empresas participadas (CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. – “CV Móvel” e CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A. – “CV Multimédia”) (em conjunto “Grupo” ou “Empresa”) operam no sector de telecomunicações e multimédia em Cabo Verde.

A Cabo Verde Telecom, S.A. (“Empresa” ou “CVT”) foi criada pelo Decreto-lei nº 9-A/95, de 16 de fevereiro, que determinou, enquadrado no então Programa de Reestruturação do Setor Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas atividades principais: Telecomunicações, fundamento para constituição da CVT, e Correios, atividade afeta à sociedade Correios de Cabo Verde, SA.

O capital social da CVT, no valor de mCVE 1 000 000 (ver Nota 13), é detido por entidades públicas e privadas.

O objeto social da CVT, definido pelos seus atuais Estatutos, consiste (i) na prestação de serviços de telecomunicações no território nacional, (ii) assegurar as telecomunicações internacionais de Cabo Verde, bem como a execução das convenções, acordos e regulamentos internacionais ligados à área das telecomunicações, (iii) em exercer também a atividade de operador de rede de distribuição por assinaturas, no território nacional e o exercício de outras atividades que se incluam no âmbito do objeto das concessões de que for titular e (iv) na importação de bens e equipamentos necessários ao exercício da sua atividade.

A Empresa exerce a sua atividade ao abrigo do Contrato de Concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, cujas cláusulas principais se resumem como segue:

- (i) O contrato tem por objeto (a) o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, (b) a prestação serviços, na modalidade de Serviço Universal, conforme estabelecido no Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas, nomeadamente, ligação à rede telefónica pública num local fixo e acesso aos serviços telefónicos acessíveis ao público num local fixo, disponibilização de Internet em banda larga independentemente do tipo de tecnologia de acesso, a prestação do Serviço de Circuitos Alugados e a prestação do Serviço de Acesso e Capacidade;
- (ii) A Concessionária exerce a sua atividade no território nacional, bem como as ligações internacionais, incluindo as ligações em trânsito por Cabo Verde;
- (iii) Os serviços concessionados são prestados em regime concorrencial, nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas;
- (iv) À Concessionária é conferida a posse das infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, para a prestação dos serviços concessionados, abrangendo: a) os meios que integram o sistema fixo de acesso de utilizador final; b) os meios que integram a rede de transmissão; c) Os nós de concentração, comutação ou processamento afetos à prestação do serviço fixo de telefone;
- (v) Consideram-se ainda afetos à concessão, os bens imóveis ou parte deles, onde se implantam as infraestruturas da concessão, outros bens imóveis ou partes destes onde se encontrem instalados serviços da Concessionária para o desenvolvimento das atividades concessionadas e os bens móveis utilizados para a exploração das atividades concessionadas;
- (vi) Os bens próprios da Concessionária essenciais ao desenvolvimento das atividades concedidas só podem ser alienados ou onerados mediante comunicação prévia ao Concedente e desde que a

- Concessionária garante a existência de bens funcionalmente aptos e adequados à prossecução daquelas atividades;
- (vii) Prazo de concessão de 20 anos, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado sucessivamente por períodos de 15 anos;
  - (viii) A Concessionária é obrigada a dispor de um sistema de contabilidade analítica;
  - (ix) A Concessionária é obrigada a manter atualizado um inventário do património afeto à concessão, devendo o mesmo contemplar, nomeadamente, a perfeita distinção entre os Bens do Domínio Público e os demais bens afetos à concessão;
  - (x) Por forma a permitir ao Concedente a verificação da perfeita adequação entre os desenvolvimentos das infraestruturas e dos serviços e os níveis de evolução tecnológica e de qualidade dos serviços fixados no presente Contrato, bem como das subseqüentes alterações que venham a ser fixadas, a Concessionária obriga-se a elaborar e a disponibilizar, até ao final do terceiro trimestre de cada ano civil, um plano de desenvolvimento para os 3 (três) anos subseqüentes, a estabelecer os objetivos a prosseguir no domínio da melhoria da qualidade, extensão das redes e das infraestruturas sob sua gestão e exploração, bem como dos serviços objeto da presente concessão;
  - (xi) A renda anual da concessão é fixada em mCVE 41 000 (até 2020 a renda correspondia a 2,5% das receitas líquidas obtidas nos serviços concessionados);
  - (xii) Carece de autorização do Concedente (a) a alteração do objeto da sociedade, (b) transformação, fusão, cisão ou dissolução da sociedade, (c) redução do capital social e (d) suspensão ou cessação, temporária ou definitiva, total ou parcial, de qualquer dos serviços concessionados ou que esteja obrigada a prestar.
  - (xiii) O Concedente atribuirá à Concessionária, nos termos e condições a definir por acordo, uma indemnização compensatória quando, excepcionalmente, por razões de interesse público devidamente justificadas e fora do contexto do presente contrato, sejam impostas a esta obrigações que impliquem a prestação de serviços em condições incompatíveis com uma exploração rentável.
  - (xiv) A Concessionária terá de estabelecer uma divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores, operacionalmente independente para gerir e explorar a Rede Backbone inter-ilhas e o Hub Internacional e disponibilizar a todos os operadores produtos e serviços de acesso nos mesmos termos e condições em que os disponibiliza às suas divisões internas de retalho;
  - (xv) A concessão extingue-se por acordo entre o Concedente e a Concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do respetivo prazo;
  - (xvi) Em caso de rescisão, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão reverte a favor do Estado, sem qualquer indemnização e sem prejuízo da responsabilidade civil em que incorre a Concessionária e das sanções previstas na lei ou no presente Contrato;
  - (xvii) O Concedente poderá resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, mediante notificação à Concessionária com a antecedência mínima de um ano, decorridos que sejam pelo menos 12 anos a contar da data do início do respetivo prazo;
  - (xviii) No termo da concessão, reverte gratuita e automaticamente para o Concedente, a universalidade constituída por todos os bens e direitos afetos à concessão, obrigando-se a Concessionária a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste resultante da sua utilização e livres de quaisquer ónus ou encargos, não podendo a Concessionária invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção.

Até ao final de 2005, exercia a sua atividade em regime de concessão exclusiva, tendo o Decreto Legislativo nº 7/2005, de 24 de novembro alterado unilateralmente o contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, ao impor (i) a liberalização dos serviços de telecomunicações entre Cabo Verde e outros países e a prestação de serviço fixo de circuitos alugados, a partir de 1 de Janeiro de 2006, e (ii) a prestação de serviço fixo de telefone e a instalação, estabelecimento e exploração de redes de telecomunicações que o suportam, a partir de 1 de Janeiro de 2007. Adicionalmente, de acordo com o Decreto-Lei nº 21/2005, de 14 de março, foi decretada a obrigatoriedade de autonomização dos serviços de telecomunicações então prestados pela Empresa e licenciados ao abrigo da lei das telecomunicações de Cabo Verde, tendo sido definida a data de 1 de janeiro de 2006 para início de atividade da nova sociedade detida pela Empresa para explorar o serviço móvel.

A CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. (CV Móvel) foi constituída em 9 de dezembro de 2005, tendo como objeto social a exploração dos serviços complementares de telecomunicações móveis, serviço móvel terrestre e implementação e exploração de redes de telefonia celular. É detida em 100% pela CVT.

A CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A. (CV Multimédia) foi criada pelo Decreto-lei nº 21/2005, de 14 de março, que decretou a obrigatoriedade de autonomização a partir de 1 de janeiro de 2006 dos serviços de telecomunicações até então prestados pela Cabo Verde Telecom, S.A. (“Cabo Verde Telecom”), nomeadamente, a prestação de serviços de telefonia fixa, móvel, e Internet service provider. É detida em 100% pela CVT.

O objeto social da CV Multimédia, definido pelos seus atuais Estatutos, consiste (i) na distribuição de sinais de televisão e áudio em regime de subscrição, na prestação de serviços de vídeo (vídeo on demand e pay per view), internet e a instalação e operação de um sistema de telecomunicações público, (ii) na exploração da atividade publicitária, a prestação de serviços de formação profissional e assistência técnica, a comercialização de patrocínios de programação e de tempos de estúdio, produção e montagem, a gravação, edição, emissão e comercialização de publicações, áudio e vídeo de outros produtos relacionados com a sua atividade, a cedência de canal e de tempos de canal, a prestação de serviços de aquisição por visualização em casa e (iii) na importação de produtos, equipamentos e mercadorias relacionados com a sua atividade.

Na sequência da publicação do Decreto Legislativo nº36/2021, de 14 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo 75/2021, de 2 de novembro, o qual permite a convergência dos serviços, bem como a atribuição de uma autorização geral a qualquer operadora de comunicações eletrónicas e põe termo à obrigatoriedade de separação entre os serviços concessionados e os demais serviços de valor acrescentado, obriga a estabelecer divisão autónoma de produtos e serviços grossistas para operadores de telecomunicações, operacionalmente independente para gerir e explorar a rede Backbone inter-ilhas e o Hub internacional, deu-se início ao processo de fusão das três empresas, por incorporação na Cabo Verde Telecom, S.A. Prevê-se que a fusão ocorra no ano de 2023. A fusão será por incorporação, sendo a CVT a sociedade incorporante e a CV Móvel e CV Multimédia as sociedades incorporadas.

## 1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CVT foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas no Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

O SNCRF visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos (mCVE).

Foram utilizadas, na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as mesmas políticas contabilísticas e critérios de reconhecimento e apresentação adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, não ocorreram outras alterações significativas nas principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial e outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Refira-se, entretanto, o processo em curso de fusão das três empresas (ver Nota introdutória), pelo que as operações atualmente exercidas pela CV Móvel e pela CV Multimédia passarão a ser integralmente asseguradas pela CVT, enquanto entidade incorporante.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em 05 de abril de 2023 pelo Conselho de Administração da CVT.

### 1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas, a CV Móvel e a CV Multimédia.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessar.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das participadas para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo.

Todas as transações e saldos entre subsidiárias e entre a CVT e as subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação.

As perdas não realizadas são também eliminadas, mas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

Dado que a CVT detém a totalidade do capital social das subsidiárias, CV Móvel e CV Multimédia, não existem interesses minoritários.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

### 2.1. Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 4, em relação às quais a CVT não detém controlo e não exerce influência significativa. São valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das perdas de imparidade estimadas, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor.

### 2.2. Reconhecimento do rédito

O rendimento proveniente da venda de bens, nomeadamente equipamentos terminais, é reconhecido no período em que ocorre, quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os réditos originados com serviço móvel pré-pago são inicialmente diferidos no balanço, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que as chamadas são efetivamente realizadas

Os réditos relacionados com tráfego nacional e internacional originado na rede de outros operadores são reconhecidos com base em dados captados pela plataforma de comunicações (NGIN).

As receitas de roaming são reconhecidas com base no tempo efetivo de utilização de rede, ao preço contratado com cada um dos operadores.

Os rendimentos originados com o serviço de internet e televisão por cabo (tráfego telefónico que é gerado no serviço de acesso à internet e à televisão por cabo), são reconhecidos no mês a que se refere a assinatura do serviço ou no período em que o tráfego é efetuado.

Os rendimentos provenientes da prestação de serviços, essencialmente referentes a tráfego telefónico, são reconhecidos no período em que o tráfego telefónico é efetuado. Adicionalmente, os rendimentos com tráfego de interligação são reconhecidos no mês em que as chamadas são efetuadas.

Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativos, são registados no período subsequente.

**2.3. Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações, exceto nas situações em que existem contratos de fixação de taxas de câmbio, em que é utilizada a taxa definida nos mesmos. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apurados nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio para converter, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, para escudos Cabo-Verdianos, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dólar americano	103,380	97,356
Euro	110,265	110,265

**2.4. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos**

Os impostos sobre o rendimento e impostos diferidos são apurados na esfera de cada empresa que integra o Grupo CVT.

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,4%. Havendo, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2018 a 2022 podem vir a ser corrigidos, sendo, no entanto, convicção da Administração que em caso de fiscalização não surgirão correções significativas.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Em cada data de relato é efetuada uma revisão



desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos são classificados como Não correntes.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. São registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, casos em que são igualmente registados no capital próprio.

## 2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou de produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas de imparidade (ver Notas 2.8 e 3), sendo acrescidos os respetivos encargos financeiros durante o período de construção e/ou instalação.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As taxas de depreciação praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	25 - 50
Equipamento básico	4 - 20
Equipamentos de transporte	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 5

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados. As taxas de depreciação utilizadas estão em alinhamento com a portaria nº 42/2015, de 24 de agosto.

O ganho e a perda resultantes da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, são reconhecidos em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

## 2.6. Propriedades de Investimento

Compreendem terrenos detidos para valorização do capital a longo prazo. Inicialmente valorizados ao custo de aquisição, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnico independente e especializado, a última efetuada em 2022.

## 2.7. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis compreendem, nomeadamente, as infraestruturas concessionadas e os programas de computador, entre outros.

Conforme referido na Nota Introdutória, a CVT exerce a sua atividade ao abrigo do Contrato de Concessão, pelo que as infraestruturas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais constituem bens do domínio público, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 5). Sendo as Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standard (IAS)/ International Financial Reporting Standard (IFRS)) subsidiárias do SNCRF, e não havendo no SNCRF normativo relativo ao tratamento das concessões, é aplicado aos ativos da concessão o definido no International Financial Report Interpretation Committee 12 (IFRIC 12). Com base neste IFRIC, os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pelo concedente, não são objeto de registo, e os investimentos afetos à concessão, postos em concessão pela CVT, os quais no final da concessão reverterem para o Estado de Cabo Verde, são registados como Ativos Intangíveis (ver Nota 5) pelo valor do investimento efetuado. Não é reconhecida qualquer margem correspondente aos serviços de intermediação e controlo de empreitada relativamente à construção dos bens afetos à concessão.

Os investimentos de expansão (aqueles que provocam um aumento do negócio) são tratados da mesma forma que os investimentos postos em concessão pela CVT. Não são estimados investimentos de substituição da responsabilidade da CVT até ao final da concessão.

As amortizações são calculadas de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015, de 24 de agosto, podendo a vida útil variar entre a mínima e a máxima que corresponde ao dobro da vida mínima, conforme o artigo 4º, nº 2 da referida portaria e da vida útil esperada para o ativo. Nos casos em que a vida ultrapassa o período da concessão é reduzido o período de amortização para coincidir com a data limite da concessão. Não é registado o investimento futuro relacionado com substituição até ao final da concessão.

A manutenção, reparação e substituição dos bens afetos à concessão são da responsabilidade da Empresa durante o período do contrato de concessão.

Relativamente aos programas de computador e outros ativos intangíveis, são registados ao custo de aquisição. As taxas de amortizações utilizadas pela Empresa estão em alinhamento com o artigo 6º da Portaria nº 42/2015, de 24 de agosto.

## **2.8. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis com vista a determinar se existe algum indício de que possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Sempre que o valor contabilístico do ativo for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

## 2.9. Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva, sendo valorizadas ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização esperado. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

Os consumos são apurados segundo o método do custo médio ponderado.

Os ajustamentos em inventários são calculados por referência a critérios de avaliação técnico-comercial (ver Nota 9).

## 2.10. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 2.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um derivado.

### *Clientes e outras contas a receber e imparidade*

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 9 e 10). Os riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objeto de ajustamento por imparidade.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### *Fornecedores e outras contas a pagar*

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

#### *Empréstimos Obtidos*

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Quando são diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são capitalizados enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

#### 2.12. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, efetuada na esfera de cada empresa do Grupo, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelos acionistas.

#### 2.13. Gestão de riscos financeiros

A exposição do Grupo a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

##### (v) Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as compras ao estrangeiro, (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos e (c) os financiamentos obtidos são igualmente em Escudos.

##### (vi) Risco da taxa de juro

Os empréstimos, a grosso modo, vencem juros a taxas fixas. Apenas um empréstimo em sindicato bancário é remunerado a taxas variáveis, com um risco muito reduzido de variação da taxa de juro.

##### (vii) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito. O agravamento das condições económicas globais ou

adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da Empresa para saldar as suas obrigações.

Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

(viii) Risco de liquidez

As empresas do Grupo CVT, anualmente, recorrem a financiamentos para suprir as suas necessidades de tesouraria, com vista a realização do plano de investimentos (CAPEX).

2.14. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, bem como de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

2.15. Classificação de balanço

São classificados como correntes os ativos que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou que são detidos com a intenção de transação em prazo inferior a um ano e os passivos cuja exigibilidade a Empresa não detenha um direito incondicional de diferir para um período superior a um ano da data do balanço.

2.16. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.17. Regime de acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime de acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são faturados.

2.18. Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos decompõem-se como segue (em mCVE):

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	18 012	1 207 405	9 075 981	372 321	1 101 531	199 480	475 207	12 449 936
Depreciação acumulada	-	(920 258)	(5 655 357)	(302 940)	(1 053 907)	(186 773)	-	(8 119 236)
<b>Valor líquido</b>	<b>18 012</b>	<b>287 146</b>	<b>3 420 623</b>	<b>69 381</b>	<b>47 623</b>	<b>12 707</b>	<b>475 207</b>	<b>4 330 700</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>								
Valor líquido inicial	18 012	287 146	3 420 623	69 381	47 623	12 707	475 207	4 330 700
Aquisições	-	-	39 276	25 899	16 060	785	632 635	714 654
Transferências	-	3 989	640 192	-	1 335	1 064	(606 161)	40 420
Regularizações	-	-	(449)	-	-	-	-	(449)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(327)	(4 080)	-	-	-	(4 407)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	-	181	4 080	-	-	-	4 261
Depreciação do exercício	-	(26 965)	(452 791)	(20 351)	(16 541)	(4 794)	-	(521 442)
<b>Valor líquido</b>	<b>18 012</b>	<b>264 170</b>	<b>3 646 706</b>	<b>74 929</b>	<b>48 478</b>	<b>9 762</b>	<b>501 681</b>	<b>4 563 736</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	18 012	1 211 393	9 754 673	394 140	1 118 926	201 329	501 681	13 200 154
Depreciação acumulada	-	(947 223)	(6 107 967)	(319 211)	(1 070 448)	(191 567)	-	(8 636 417)
<b>Valor líquido</b>	<b>18 012</b>	<b>264 170</b>	<b>3 646 706</b>	<b>74 929</b>	<b>48 478</b>	<b>9 762</b>	<b>501 681</b>	<b>4 563 736</b>
<b>VARIAÇÕES EM 2022</b>								
Valor líquido inicial	18 012	264 170	3 646 706	74 929	48 478	9 762	501 681	4 563 737
Aquisições	2 940	-	107 556	54 014	27 382	1 022	716 978	909 892
Transferências	-	36 527	558 005	-	89 166	607	(881 766)	(197 461)
Regularizações	(120)	-	(95 561)	-	-	(122)	-	(95 803)
Regularizações - depreciação acumulada	-	-	16 035	-	-	-	-	16 035
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	(48 662)	(6 554)	(106 574)	-	-	(161 790)
Abates/alienações - depreciação acumulada	-	-	841	6 554	106 574	-	-	113 969
Depreciação do exercício	-	(26 220)	(453 476)	(20 361)	(19 210)	(4 902)	-	(524 169)
<b>Valor líquido</b>	<b>20 833</b>	<b>274 476</b>	<b>3 731 443</b>	<b>108 582</b>	<b>145 816</b>	<b>6 366</b>	<b>336 893</b>	<b>4 624 410</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado	20 833	1 247 920	10 276 011	441 600	1 128 900	202 836	336 893	13 654 992
Depreciação acumulada	-	(973 444)	(6 544 568)	(333 018)	(983 084)	(196 469)	-	(9 030 582)
<b>Valor líquido</b>	<b>20 833</b>	<b>274 476</b>	<b>3 731 443</b>	<b>108 582</b>	<b>145 816</b>	<b>6 366</b>	<b>336 893</b>	<b>4 624 410</b>

As adições em Equipamento básico compreendem, essencialmente, a aquisição de equipamentos terminais de televisão e internet.

As aquisições em Ativos Fixos tangíveis em curso relacionam-se essencialmente com a aquisição de equipamentos para a ampliação de rede de acesso e de capacidades 3G e 4G.

As transferências relacionam-se, essencialmente, com a conclusão de investimentos referentes aos equipamentos de Rede Rádio e rede de acesso de fibra ótica, dos quais mCVE 197 46, líquidos, para Ativos intangíveis (ver Nota 5).

4. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTOS

O detalhe dos valores escriturados em Propriedades de Investimento é apresentado no quadro seguinte:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Achada Grande – Palha Sé 15 lotes com 52.613 m <sup>2</sup>	205 168	188 736
Várzea da Companhia – Barraca Costa 1 lote com 3.870 m <sup>2</sup>	104 495	96 667
Achada Fátima – Redonda 1 lote com 2.115 m <sup>2</sup>	9 518	8 785
	<b>319 181</b>	<b>294 188</b>

Inicialmente registados pelo custo de aquisição, no valor total de mCVE 152 941, os terrenos listados acima, detidos para valorização do capital a longo prazo, passaram a ser valorizados pelo justo valor, baseado em avaliações efetuadas por técnico independente e especializado.

Em 2022 os referidos terrenos foram reavaliados, tendo originado um aumento de justo valor de mESC 24 993. Para determinação do justo valor foi utilizado o Método de Comparação de Mercado.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	Direitos de exploração - infraestruturas concessionadas	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
<b>POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	15 385 998	6 349 054	129 929	1 790 379	2 143 396	25 798 755
Amortização acumulada	<u>(12 935 556)</u>	<u>(5 889 326)</u>	<u>(124 879)</u>	<u>(1 149 570)</u>	-	<u>(20 099 330)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>2 450 442</u>	<u>459 728</u>	<u>5 050</u>	<u>640 809</u>	<u>2 143 396</u>	<u>5 699 425</u>
<b>VARIAÇÕES EM 2021</b>						
Valor líquido inicial	2 450 442	459 728	5 050	640 809	2 143 396	5 699 425
Aquisições	61 516	-	-	-	1 757 436	1 818 952
Transferências	77 170	257 925	-	355 830	(731 344)	(40 420)
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	-	-	-
Abates/alienações - amortização acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	<u>(257 679)</u>	<u>(258 644)</u>	<u>(300)</u>	<u>(188 172)</u>	-	<u>(704 796)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>2 331 449</u>	<u>459 009</u>	<u>4 750</u>	<u>808 466</u>	<u>3 169 488</u>	<u>6 773 162</u>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	15 524 684	6 606 978	129 929	2 146 208	3 169 488	27 577 287
Amortização acumulada	<u>(13 193 235)</u>	<u>(6 147 970)</u>	<u>(125 179)</u>	<u>(1 337 742)</u>	-	<u>(20 804 126)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>2 331 449</u>	<u>459 009</u>	<u>4 750</u>	<u>808 466</u>	<u>3 169 488</u>	<u>6 773 162</u>
<b>VARIAÇÕES EM 2022</b>						
Valor líquido inicial	2 331 449	459 009	4 750	808 466	3 169 488	6 773 162
Aquisições	-	7 641	-	7 113	1 152 901	1 167 655
Transferências	2 922 924	710 465	-	58 636	(3 494 563)	197 461
Regularizações	-	-	-	(1 773)	-	(1 773)
Regularizações - depreciação acumulada	-	-	-	369	-	369
Abates/alienações - valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	-	-	-
Abates/alienações - amortização acumulada	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	<u>(324 487)</u>	<u>(257 418)</u>	<u>(300)</u>	<u>(163 225)</u>	-	<u>(745 430)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>4 929 886</u>	<u>919 696</u>	<u>4 450</u>	<u>709 586</u>	<u>827 826</u>	<u>7 391 444</u>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado	18 447 608	7 325 084	129 929	2 210 183	827 826	28 940 630
Amortização acumulada	<u>(13 517 722)</u>	<u>(6 405 388)</u>	<u>(125 479)</u>	<u>(1 500 598)</u>	-	<u>(21 549 186)</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>4 929 886</u>	<u>919 696</u>	<u>4 450</u>	<u>709 586</u>	<u>827 826</u>	<u>7 391 444</u>

A Empresa goza do direito de exploração dos investimentos efetuados nas infraestruturas concessionadas que integram a Rede de Comunicações Eletrónicas do Estado, as quais no final da concessão reverterem para o Estado de Cabo Verde, sendo, por isso, registados como Ativos Intangíveis.

As transferências relacionam-se com a conclusão dos investimentos que se encontravam em curso, com destaque para o projeto da Conectividade Optica Ellalink, no montante de mCVE 2 569 028, e incluem ainda mCVE 197 461, líquidos, reclassificados de Ativos fixos tangíveis (ver Nota 3).

Os ativos afetos às infraestruturas concessionadas são amortizados de acordo com o art. 6º da Portaria nº 42/2015, em função do número de anos que restam do período de concessão, quando aquele não for inferior ao seu período mínimo de vida útil.

O EllaLink é um avançado sistema de cabos submarinos que oferece conectividade segura de alta capacidade numa única rota transatlântica de baixa latência que atende às crescentes necessidades dos mercados latino-americano e europeu. A rede EllaLink liga diretamente o Brasil e a Europa, unindo os principais centros de São Paulo e Fortaleza a Lisboa, Madrid e Marselha. Entro em funcionamento em (mês) de 2022.

O saldo de infraestruturas concessionadas compreende ainda o cabo submarino internacional WACS (West



Africa Cable System), cujo saldo líquido contabilístico ascende a mCVE 543 392 (2021: mCVE 601 613), resultante de um investimento de mCVE 1 934 218, o que equivale a uma participação da Empresa no Consórcio de 3,1685%.

Os Outros ativos intangíveis compreendem, essencialmente, (i) mCVE 260 952 referentes à Licença 3G atribuída pela então ANAC - Agência Nacional de Comunicações, em concurso público de novembro de 2011, (ii) mCVE 196 730 referentes à Licença Rede Móvel da 4ª Geração – 4G, atribuída pela ARME - Agência Reguladora Multissetorial da Economia, em concurso público de abril de 2019, e (iii) mCVE 97 943 referente a contratos de suporte e manutenção da rede de telecomunicações (afetos à concessão e manutenção de CSI).

Os Ativos Intangíveis em curso decompõem-se como segue:

Ativos intangíveis em curso	mCVE	
	2022	2021
Construção de Estação Terminal Ellalink	411 398	321 998
Eficiência Energética	266 138	-
Fusão & Unidade Wholesale	38 022	-
Rebranding Grupo CVT	31 865	7 579
Backhaul Dinâmico Wacs-Ellalink	31 351	-
Participação Proc. Up.Grade 4 Sist.Wacs	12 235	-
Upgrade Capacidade Ellalink 200G para 400 GBPS	10 333	104
Cabos Fibra Optica Terrestre e Submarino	6 295	-
Conectividade Optica Ellalink	-	2 569 028
Beneficiação de Edifícios	-	91 264
Descentralização de Data Center	-	81 519
Aplicação e remodelação de rede móvel	-	54 923
Modernização da Rede NGN	-	22 837
Serviços Definição Estratégia Digital	-	9 289
Outros activos intangíveis em curso	20 188	10 947
	<b>827 826</b>	<b>3 169 488</b>

## 6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

### Participação valorizada segundo o MEP

Refere-se à participação de 40% na Directel Cabo Verde, Lda., valorizada segundo o MEP porque a CVT exerce influência significativa, por via de participação no Conselho de Administração desta participada. Apresenta saldo nulo em 31 de dezembro de 2022 (2021: mCVE 3 334) dado que a Directel apresenta capital próprio negativo em 2022. A quota parte no resultado do exercício de 2021 foi de mCVE 19 123 negativos.

### Participações valorizadas ao custo de aquisição

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas abaixo, em relação às quais a CVT não detém controlo e não exerce influência significativa.

	Custo de aquisição	Imparidade acumulada	Saldo em		Participação	Sede
			31.12.21	31.12.22		
SISP	10 000	-	10 000	10 000	10,00%	Praia
Tudo Directo	11 303	(11 303)	-	-	45,36%	Praia
RASCOM	5 942	-	5 942	5 942	0,28%	Praia
	<b>27 245</b>	<b>(11 303)</b>	<b>15 942</b>	<b>15 942</b>		

Tudo Directo apresentava um capital próprio negativo de mCVE 18 413 em 2007, últimas demonstrações financeiras disponíveis, pelo que a participação financeira se encontra ajustado por imparidade.

Em 2022 a SISP distribuiu dividendos relativos ao exercício de 2021 no montante de mCVE 9 980, não tendo em 2021 distribuído dividendos relativos ao exercício de 2020 (ver Nota 30).

As informações financeiras das participadas à data de 31 de dezembro de 2022 resumem-se como segue (em mCVE):

	Saldos 2022				
	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Directel Cabo Verde, Lda	159 312	165 274	( 5 962)	147 591	( 20 319)
SISP	1 943 315	566 944	1 376 371	1 349 447	292 208
Tudo direto					a)
Raskon					a)
	<b>2 102 627</b>	<b>732 218</b>	<b>1 370 409</b>	<b>1 497 038</b>	<b>271 889</b>

a) Demonstrações financeiras não disponíveis

## 7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2022	2021
<b>Corrente</b>			
Ministério das Finanças	(i)	347 692	270 257
RTC - Rádio Televisão Cabo-verdiana	(ii)	208 189	208 189
Pessoal	(iii)	36 547	41 528
ARME	(iv)	18 070	16 137
Estado - CCI		16 000	16 000
Devedores por acréscimos de rendimentos		14 970	18 598
Correios de Cabo Verde		10 472	6 569
Huawei Marine Networks Co. Ltd		1 410	174 034
Telefónica Argentina		-	31 070
Outros, inferiores a mCVE 5 000		<u>177 558</u>	<u>199 472</u>
		<b><u>830 909</u></b>	<b><u>981 853</u></b>
<b>Não corrente</b>			
Ministério das Finanças	(i)	67 641	99 964
Pessoal	(iii)	<u>9 622</u>	<u>8 610</u>
		<b><u>77 263</u></b>	<b><u>108 574</u></b>
		<b><u>908 172</u></b>	<b><u>1 090 427</u></b>

**(vii) Ministério das Finanças**

O saldo resulta, essencialmente, (i) dos pagamentos efetuados pela CVT ao fornecedor Huawei no âmbito do projeto “Cidade Segura”, no montante de mCVE 427 306, com recurso ao empréstimo contraído para o efeito junto do Banco BAI (ver Nota 15 (C), deduzido de encontros de contas efetuados com o Estado (mCVE 190 254), acrescido de juros vencidos do referido empréstimo, no montante de mCVE 78 131, e (ii) dos serviços prestados pela CVMultimédia também âmbito do projeto “Cidade Segura” (mCVE 71 051) e (iii) dos serviços de conectividade, no montante de mCVE 29 099.

Nos termos da carta conforto do Estado de Cabo Verde, o saldo será regularizado por encontro de contas com as dívidas relativas à renda de concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 ascende a mCVE 206 542 (ver Nota 17), sendo a renda anual de mCVE 41 000.

**(viii) RTC - Radiotelevisão Cabo-verdiana**

O saldo corresponde ao débito de juros de mora, registados por contrapartida de Diferimentos passivos (ver Nota 20), atendendo à incerteza de cobrança dos mesmos.

**(ix) Pessoal**

O saldo corresponde essencialmente aos empréstimos, não remunerados, concedidos aos colaboradores, no âmbito da responsabilidade social do Grupo, os quais podem assumir três vertentes:

- Empréstimo para habitação: tem limite máximo de mCVE 360, reembolsáveis em 36 prestações mensais fixas e sucessivas;

- Empréstimo para encargos extraordinários: tem como limite máximo dois salários brutos, podendo ser reembolsado em 12 prestações mensais fixas e sucessivas;
- Empréstimo para doença: tem limite máximo de mCVE 480, reembolsáveis em 40 prestações mensais fixas e sucessivas.

São elegíveis os colaboradores com vínculo contratual sem termo ou com contrato a prazo há mais de dois anos e apresentam pelo menos um fiador que seja igualmente colaborador da Empresa.

**(x) ARME**

O saldo corresponde a adiantamentos efetuados à ARME relativos a taxas de regulação e de utilização do espetro radioelétrico e contribuições.

**8. INVENTÁRIOS E GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS**

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Mercadorias	435 479	513 792
Perdas por imparidade acumuladas em mercadorias	<u>55 466</u>	<u>64 884</u>
	<u>380 013</u>	<u>448 908</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	760 392	920 549
Perdas por imparidade acumuladas em matérias primas	<u>29 015</u>	<u>20 156</u>
	<u>731 377</u>	<u>900 394</u>
	<b><u>1 111 391</u></b>	<b><u>1 349 302</u></b>

As mercadorias referem-se, essencialmente, a cartões de recarga e telemóveis e “Set-top-boxes”, “Routers” e “PC’s”.

As Matérias primas, subsidiárias e de consumo compreendem, essencialmente, materiais para a montagem de torres, antenas e outros equipamentos de telecomunicações, no âmbito dos projetos de ampliação e melhoria da rede 4G e a cabos de fibra para expansão da rede.

As perdas por imparidade em inventários foram, no exercício de 2022, reforçadas em mCVE 37 222 (2021: mCVE 39 510) e utilizadas em mCVE 37 781 (2021: mCVE 5 095). O saldo assim resultante é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.

**Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas:**

Decompõem-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Existências iniciais	1 434 342	1 039 122
Compras	755 714	1 047 923
Cedências de equipamentos	( 52 236)	( 37 086)
BTS Móvel	( 73 999)	( 7 033)
Regularizações	( 531 877)	( 362 531)
Existências finais	<u>(1 195 872)</u>	<u>(1 434 342)</u>
	<b><u>336 071</u></b>	<b><u>246 054</u></b>

As regularizações referem-se, essencialmente, à incorporação de matérias-primas, subsidiárias e de consumo em trabalhos efetuados para a própria entidade, relacionados, nomeadamente, com ampliação e substituição da rede de telecomunicações, bem como expansão de infraestruturas e modernização da rede.

**9. CLIENTES**

		<b>mCVE</b>	
		<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Corrente</b>			
Partes relacionadas		237	3 169
RTC	(i)	190 105	214 116
Unitel T+	(ii)	94 478	127 778
Distribuidores	(iii)	209 125	91 873
Roaming	(iv)	109 282	73 826
Rede do Estado		27 664	29 410
Transportes Aereos de Cabo Verde		21 325	26 487
Outras empresas e particulares		<u>2 571 596</u>	<u>2 597 947</u>
		<b><u>3 223 811</u></b>	<b><u>3 164 605</u></b>
Perdas por imparidade acumuladas	(v)	<u>( 1 997 066)</u>	<u>( 1 781 592)</u>
		<b><u>1 226 745</u></b>	<b><u>1 383 014</u></b>
<b>Não corrente</b>			
RTC	(i)	20 169	72 000
		<b><u>1 246 914</u></b>	<b><u>1 455 014</u></b>
Adiantamentos		<u>6 222</u>	<u>6 110</u>

**(i) RTC - Radiotelevisão Cabo-verdiana, S.A.**

O saldo a receber resulta de serviços de telecomunicações, cedência de espaço e energia.

Em 2017, o Grupo CV Telecom acordou com a RTC um plano de regularização da dívida em prestações anuais de mCVE 36 000 até 2024, o qual vem sendo cumprido parcialmente. Assim, a parcela de mCVE 20 169 relativa ao ano 2024 foi classificada como Não corrente.

**(ii) Unitel T+**

O saldo a receber da Unitel T+, resulta, essencialmente, de serviços de interligação, circuitos e instalação de WACS. São efetuados encontros de contas trimestralmente entre as partes.

**(iii) Distribuidores.**

Saldos a receber dos revendedores das recargas (grossistas).

**(iv) Roaming**

Compreende valores a receber de diversos operadores estrangeiros respeitantes a comunicações “roaming”, através da plataforma de gestão de chamadas internacionais (“Clearing House”), entidade que funciona como câmara de compensação entre os operadores.

**(v) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade acumuladas registaram os seguintes movimentos:

	mCVE	
	2022	2021
Saldo inicial	1 781 592	1 681 233
Reforço	215 740	147 165
Reversão	-	( 4 129)
Utilização	( 265)	( 42 678)
<b>Saldo final</b>	<b>1 997 066</b>	<b>1 781 592</b>

O saldo resultante é considerado adequado, por referência a critérios de avaliação comercial.

**10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

		mCVE	
		2022	2021
Armando Cunha S.A.	(i)	114 989	-
IT Lop	(ii)	50 606	22 464
ETCP	(iii)	37 491	-
Huawei International Co. Limited	(iv)	31 993	76 664
FUSI	(v)	4 200	30 000
Elospare, Lda	(vi)	25 974	72 697
Aveicellular - Comunicações e Acess		2 041	64 769
Electra Sul		-	133 000
Outros		132 869	132 636
		<b>400 164</b>	<b>532 230</b>

**(i) Armando Cunha S.A.**

O saldo desta rubrica consiste em adiantamentos para trabalhos na estrutura das instalações do cabo Ellalink.

**(ii) IT Lop**

Relacionam-se com aquisição de equipamentos terminais (telemóveis) e acessórios.

**(iii) ETCP**

Esta rubrica consiste num adiantamento efetuado para compra de equipamentos de manutenção da rede básica de telecomunicação.

**(iv) Huawei International Co. Limited**

Os adiantamentos à Huawei relacionam-se com o fornecimento de equipamentos de tecnologias e infraestrutura de telecomunicações.

**(v) FUSI - Fundo do Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação**

Nos termos acordados em 2020, a Empresa efetuou o adiantamento de mCVE 30 000 (sendo 85% da CV Móvel, 14% da Cabo Verde Telecom e 1% da CV Multimédia) a título de contribuição para o referido fundo.

**(vi) Elospare, Lda**

Destinam-se à aquisição de materiais de telecomunicações, com destaque para equipamentos terminais e interligações através de fibra ótica para o projeto FTTH e VDSI.

**11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa	2 128	204
Depósitos à ordem Nacional	242 746	236 483
Depósitos à ordem Estrangeiro	24 609	23 670
	<b>269 483</b>	<b>260 357</b>

**12. CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos registados em 2022 e em 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

**(a) Capital realizado**

De acordo com o artigo 5º dos estatutos da Empresa, o capital social, no montante mCVE 1 000 000, representado por 1.000.000 de ações com o valor nominal unitário de mCVE 1, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

O capital é detido pelas seguintes entidades:

	<b>%</b>	<b>mCVE</b>
Instituto Nacional de Previdência Social	57.9	579 000
ASA, S.A	20.0	200 000
Privados nacionais	13.7	137 000
Sonangol CV	5.0	50 000
Estado de Cabo Verde	3.4	34 000
	<b>100.0</b>	<b>1 000 000</b>

**(b) Reservas Legais**

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para (i) cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

**(d) Outras Reservas**

Compreendem (i) Reservas livres, no montante de mCVE 1 619 128 (2021: mCVE 1 477 128), disponíveis para distribuição aos acionistas, (ii) Reservas para investimentos (mCVE 611 320), correspondentes à parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhes forem destinadas; se reinvestidas nos 3 anos seguintes ao da



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

sua constituição, em instalações ou equipamentos novos, de interesse para o fomento da economia nacional, poderão ser deduzidos dos lucros tributáveis, mediante despacho favorável do Ministério das Finanças, (iii) Reservas gerais (mCVE 133 943) previstas no anterior normativo contabilístico (Plano Nacional de Contabilidade), para as quais não se encontravam definidas regras de constituição e/ou utilização, e (iv) Reservas para fins sociais (mCVE 48 543), destinadas exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização coletiva e de serviços coletivos aos trabalhadores, bem como a bonificações de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente dos trabalhadores; não se encontram definidas regras de utilização para esta reserva.

Os movimentos de mCVE 142 000 em 2022 e de mCVE 103 460 em 2021 registados em Reservas livres resultam da aplicação dos resultados dos exercícios de 2021 e de 2020, respetivamente, aprovada em Assembleia Geral, como segue:

	mCVE	
	2022	2021
Distribuição de dividendos	142 000	103 640
Reservas livres	142 000	103 640
	<b>284 000</b>	<b>207 280</b>

Os dividendos foram distribuídos aos seguintes acionistas:

	Número de acções	Percentagem de participação	mCVE	
			2022	2021
Estado de Cabo Verde	33 695	3%	4 260	3 492
Instituto Nacional de Previdencial Social	579 220	58%	82 360	60 030
ASA, SA	200 000	20%	28 400	20 728
Outros accionistas (privados e trabalhadores CVT)	187 085	19%	26 980	19 390
	<b>1 000 000</b>	<b>100%</b>	<b>142 000</b>	<b>103 640</b>

**(e) Resultados transitados**

O saldo desta rubrica resulta da aplicação dos resultados líquidos dos exercícios anteriores, no montante de mCVE 2 151 764, e do excedente de revalorização em decorrência do processo de inventariação e avaliação do património da CVT efetuado em 1997 (mCVE 895 918).

**13. PROVISÕES**

	mCVE	
	2022	2021
<b>Corrente</b>		
Plano de Reforma Antecipada	36 618	34 433
<b>Não Corrente</b>		
Desmantelamento de ativos	48 860	46 513
Plano de Reforma Antecipada	57 417	6 293
Processos judiciais e riscos e encargos diversos	3 000	11 424
Investimentos financeiros	-	8 352
	<b>109 276</b>	<b>72 582</b>
	<b>145 894</b>	<b>107 015</b>

**Plano de reforma antecipada**

A provisão para o Plano de Reforma Antecipada representa o valor descontado dos encargos totais com a reforma antecipada acordada com 23 trabalhadores, 1 em 2017, 4 em 2019, 10 em 2020, 4 em 2021 e 4 em 2022. A taxa de desconto utilizada foi de 12,91%. Desses trabalhadores, 21 já passaram à reforma.

A parcela não corrente será regularizada até 2029.

**Desmantelamento de ativos**

Conforme se refere na Nota 2.9, o saldo diz respeito à provisão constituída pela CV Móvel para fazer face aos encargos com o desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos espaços de localização. A atualização financeira da provisão, à taxa de 3,36%, atingiu em 2022 o montante de mCVE 1 353 (2021: mCVE 1 219), registados em Juros e perdas similares suportados (ver Nota 18), tendo sido aumentada a provisão para novos ativos em mCVE 994 (2021: mCVE 3 229).

**Processos judiciais e riscos e encargos diversos**

A provisão representava a melhor estimativa possível (baseada em informações dos serviços jurídicos) dos encargos em que a Empresa poderá eventualmente vir a incorrer a respeito de litígios, em que é parte interveniente, em curso de tramitação à data do balanço.

Os movimentos ocorridos na rubrica Provisões foram os seguintes:

	<b>Processos Judiciais em curso</b>	<b>Plano de Reforma Antecipada</b>	<b>Investimentos financeiros</b>	<b>Gastos de desmantelamento</b>	<b>TOTAL</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>					
Saldo inicial	11 424	77 741	8 352	42 065	139 582
Reforço	-	11 813	-	4 448	16 261
Utilização	-	( 48 828)	-	-	( 48 828)
<b>Valor escriturado</b>	<b>11 424</b>	<b>40 726</b>	<b>8 352</b>	<b>46 513</b>	<b>107 015</b>
<b>POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>					
Saldo inicial	11 424	40 726	8 352	46 513	107 015
Reforço	3 000	92 187	-	2 347	97 534
Reversão	( 11 424)	-	( 8 352)	-	( 19 776)
Utilização	-	( 38 878)	-	-	( 38 878)
<b>Valor escriturado</b>	<b>3 000</b>	<b>94 035</b>	<b>-</b>	<b>48 860</b>	<b>145 894</b>

Os reforços de provisões para o Plano de Reforma antecipada são registados por contrapartida de Despesas com o pessoal (ver Nota 23).

**14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Financiamentos obtidos” apresentava a seguinte composição (em mCVE):

		2022			2021		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Caixa Económica de Cabo Verde</b>	<b>A</b>						
Financiamento mCVE 500 000		71 429	285 714	357 143	71 429	357 143	428 571
Financiamento mCVE 400 000		57 143	57 142	114 285	57 143	114 285	171 428
Financiamento mCVE 200 000		28 571	57 143	85 714	28 571	85 714	114 286
<b>Banco Caboverdiano de Negócios</b>	<b>B</b>						
Financiamento mCVE 500 000		71 429	428 571	500 000	-	490 000	490 000
Financiamento mCVE 200 000 jun17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
Financiamento mCVE 200 000 out17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
Financiamento mCVE 200 000 abr18		28 571	57 143	85 714	28 571	85 714	114 285
Financiamento mCVE 350 000		50 000	100 000	150 000	50 000	150 000	200 000
<b>Banco BAI Cabo Verde</b>	<b>C</b>						
Financiamento mCVE 620 000		-	-	-	88 571	-	88 571
Financiamento mCVE 550 000		74 599	74 599	149 199	74 599	149 199	223 798
Financiamento mCVE 200 000 abr17		28 571	28 571	57 143	28 571	57 143	85 714
Financiamento mCVE 200 000 out22		166 667	-	166 667	-	-	-
<b>Ecobank</b>	<b>D</b>						
Financiamento mCVE 250 000		-	-	-	229 536	-	229 536
Financiamento mCVE 500 000		71 429	428 571	500 000	-	-	-
<b>International Investment Bank Financiamento mCVE 250 000</b>	<b>E</b>						
		-	-	-	35 714	-	35 714
<b>Sindicato BCA/BI</b>	<b>F</b>						
Financiamento - mCVE 500 000 - 2021		71 429	357 143	428 571	71 429	428 571	500 000
Financiamento - mCVE 500 000 - 2019		71 429	214 286	285 714	71 429	285 714	357 143
<b>Banco Europeu de Investimento</b>	<b>G</b>						
1ª Tranche - mCVE 968 196		71 718	788 900	860 618	71 718	860 618	932 336
2ª Tranche - mCVE 687 153		50 900	585 353	636 253	25 450	661 703	687 153
3ª Tranche - mCVE 623 937		46 218	577 720	623 937	-	623 937	623 937
4ª Tranche - mCVE 141 031		-	141 031	141 031	-	-	-
<b>Empréstimo Obrigacionista</b>	<b>H</b>						
INPS - mCVE 300 0000		37 500	243 750	281 250	-	-	-
<b>Total de Empréstimos</b>		<b>1 054 745</b>	<b>4 482 780</b>	<b>5 537 525</b>	<b>989 875</b>	<b>4 464 028</b>	<b>5 453 902</b>

Os financiamentos não correntes têm a seguinte maturidade:

	CECV	BCN	BAI	Sindicato BCA/BI	BEI	ECOBANK	Total
2024-2025	332 142	357 142	103 171	285 714	359 369	142 857	1 580 395
2026-2027	217 857	142 857	-	214 286	359 369	142 857	1 077 226
Após 2028	93 750	142 857	-	71 430	1 374 265	142 857	1 825 159
	643 749	642 856	103 171	571 430	2 093 003	428 571	4 482 780

### **(A) Caixa Económica de Cabo Verde**

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Respetivamente, (i) foram obtidos em janeiro de 2020, novembro de 2017 e outubro de 2018, (ii) vencem juros à taxa anual de 5%, 5,8% e 5,75%, e (iii) são reembolsáveis em 7 prestações anuais de mCVE 71 429, mCVE 57 143 e mCVE 28 571.

### **(B) Banco Caboverdiano de Negócios**

Representam os saldos remanescentes dos financiamentos obtidos, garantidos por livranças em branco.

O financiamento de mCVE 500 000, sob forma de linha de crédito, foi obtido em junho de 2021, com um prazo de utilização de 6 (seis) meses e é reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429, com início em janeiro de 2023. Vence juros à taxa anual fixa de 4,5%.

Os dois financiamentos, obtidos em junho e novembro de 2017, vencem juros à taxa anual fixa de a 5,8%, sendo reembolsáveis em prestações anuais de mCVE 28 571.

O financiamento de abril de 2018, contraído pela CV Multimédia, é reembolsável em 7 prestações anuais de capital no montante mCVE 28 571. Vence juros à taxa fixa anual de 5,5%.

O financiamento de mCVE 350 000, cujo saldo remanescente ascende a mCVE 150 000, foi contraído pela CV Móvel. É reembolsável em 7 prestações anuais de capital de mCVE 50 000 e vence juros à taxa fixa anual de 5,5%.

### **(C) Banco BAI Cabo Verde**

O financiamento de mCVE 620 000 foi obtido em 2015, em duas tranches de mCVE 105 000 e mCVE 515 000, ambas com a maturidade de 7 anos, foi totalmente amortizado em 2022. Venciam juros à taxa anual de 5% e 5,3%, respetivamente.

O financiamento de mCVE 550.000, sob a forma de linha de crédito, obtido em agosto de 2017, vence juros à taxa variável indexada à taxa de cedência de liquidez do BCV acrescida de um spread de 1,0%, com um floor de 5,0%, a qual ascendeu a 5,5% em 2021 (2020: 5%). É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 74 599. Encontra-se garantido por (i) livrança em branco, (ii) domiciliação de receitas, provenientes do contrato de concessão com o Estado de Cabo Verde, referente ao projeto cidade segura, (iii) domiciliação das receitas provenientes do fundo do turismo no âmbito do projeto cidade segura, (iv) carta de conforto emitido pelo Estado de Cabo Verde e (v) incremento de domiciliação geral receitas no valor de mCVE 50.000.

O financiamento de mCVE 200.000, obtido em abril de 2017, vence juros à taxa anual de 5,3%, taxa de juro alterada em 2020 (a taxa anterior era de 5,5%). O empréstimo encontra-se garantido por livrança em branco subscrita pela Empresa, pela domiciliação de receitas no valor mensal de mCVE 75.000 milhares e de receitas de dois (2) "Point of Sale" adicionais.

O financiamento de mCVE 200 000, sob forma de conta corrente caucionada, obtido em outubro de 2022, vence juros à taxa anual de 3,1%, reembolsável no prazo máximo de 12 meses, com prestações mensais de mCVE 16 667. Tem como garantia livrança em branco subscrita pela empresa.

**(D) Ecobank**

O financiamento obtido em novembro de 2021, com um prazo de 12 meses, vencendo juros à taxa anual fixa de 3,95% foi totalmente amortizado em 2022.

O financiamento de mCVE 500 000, sob a forma de linha de crédito, obtido em março de 2022, vence juros à taxa fixa de 4,0%. É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429. O empréstimo encontra-se garantido por uma livrança em branco subscrita pela Empresa e pela domiciliação mensal de receitas no valor mínimo de mCVE 50 000.

**(E) International Investment Bank**

O financiamento obtido em dezembro de 2015, com um período de maturidade de 7 anos, remunerado à taxa anual de 5% foi totalmente amortizado em 2022.

**(F) Sindicato Banco Comercial Atlântico e Banco Interatlântico**

O financiamento de mCVE 500 000, obtido em abril de 2021, vence juros à taxa de juros variável indexada sobre o BCA Index 6 meses, deduzido de um spread de 2,2%, a qual ascendeu a 3,8%. É reembolsável em 7 prestações anuais de mCVE 71 429 e encontra-se garantido por duas livranças em branco subscritas pela Empresa.

O Financiamento de mCVE 500 000, obtido em agosto de de 2019, vence juros à taxa de juros variável indexada sobre o BCA Index 6 meses, deduzido de um spread de 2%, a qual ascendeu a 4%. É reembolsável em 14 prestações semestrais mCVE 35 714 e encontra-se garantido por duas livranças em branco subscritas pela Empresa.

**(G) Banco Europeu de Investimento**

Em abril de 2019 foi celebrado um contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento, no montante total equivalente a mCVE 2 420 317, destinado a financiar o projeto do cabo de fibra ótica Ellalink. O financiamento foi desembolsado em quatro tranches, como segue:

- (v) Novembro de 2019, no montante de 8,78 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 968 196), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 35 859. Vence juros à taxa anual de 1,28%.
- (vi) Julho de 2020, no montante de 6,232 milhões de Euros (equivalentes a mCVE mCVE 687 153), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 25 450. Vence juros à taxa anual de 1,192%.
- (vii) Novembro de 2021, no montante de 5,659 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 623 937), reembolsável em 27 prestações semestrais de mCVE 23 109. Vence juros à taxa anual de 1,493%.
- (viii) Março de 2022, no montante de 1,410 milhões de Euros (equivalentes a mCVE 141 031), reembolsável em 26 prestações semestrais de mCVE 5 424. Vence juros à taxa anual de 2,03%.

O Empréstimo é garantido através do contrato de fiança assinado entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento, datado de 14 junho de 2019, em que o estado garante o cumprimento das obrigações inerentes ao financiamento em caso de impossibilidade da CVT não poder honrar com os compromissos de financiamento.

**(H) Empréstimo obrigacionista (INPS)**

Corresponde à parcela remanescente de um financiamento contratado em 2022 através de uma Oferta Particular de Subscrição de Obrigações, no montante de mCVE 300 000.

Os principais termos e condições do empréstimo resumem-se como se segue:

- (i) Maturidade de 8 anos a contar da data de subscrição, com amortização semestral e em iguais prestações de capital a partir do 1º cupão, inclusive, no montante de 1/16 do valor emitido, correspondente a mCVE 18 750.
- (ii) Taxa de juro fixa de 3,2% ao ano, devidos semestral e postecipadamente;
- (iii) O empréstimo tem como garantia a consignação de uma parte das receitas através de um contrato com um banco liquidatário;
- (iv) A emissão das obrigações destina-se ao co-financiamento do *Business Plan* do Grupo.

## 15. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os passivos por impostos diferidos relacionam-se com ganhos de justo valor, no montante de mCVE 166 277, resultantes da avaliação das propriedades de investimento (ver Nota 4).

## 16. FORNECEDORES

O saldo decompõe-se como segue:

		mCVE	
		2022	2021
<b>Fornecedores, contas correntes:</b>			
Partes relacionadas (ver Nota 30)			
	DIRECTEL	44 528	44 583
	ASA	2 950	2 202
	Huawei International Co. Limited (i)	522 305	314 850
	Altice (ii)	59 123	65 289
	A1 Telekom Austria (iii)	37 182	-
	Electra	30 426	32 507
	Elospare	25 845	41 546
	Ellalink Irland	21 867	-
	Divultec	17 223	-
	ARME	14 938	14 938
	Aveicellular, Lda	-	64 157
	Huawei Technologies Senegal	-	52 570
	Outras entidades	204 569	539 770
<b>Fornecedores - faturas em recepção e conferência</b>			
	ETCP (iv)	41 569	-
	IT LOP, Lda	24 798	-
	Huawei International Co. Limited	1 972	410 709
	Outros	69 254	73 575
<b>Fornecedores por acréscimos de gastos</b>			
Partes relacionadas (ver Nota 30)			
	ARME (v)	728 219	605 708
	Partner's roaming	92 659	105 170
	Outros	123 656	174 332
		<b>2 063 083</b>	<b>2 541 904</b>

**(i) Huawei International Co. Limited**

O saldo relaciona-se com aquisição de equipamentos de tecnologia e infraestruturas de telecomunicações.

**(ii) Altice**

O saldo desta rubrica refere-se à manutenção e suporte técnico de software (SIBEL e BRM) para gestão de produtos e clientes.

**(iii) A1 Telekom Austria**

Compreende valores a pagar de operações de comunicação “roaming” e acordos de fidelização, através da plataforma de gestão de chamadas internacionais.

**(iv) ETCP**

Esta rubrica refere-se a compra de equipamentos de manutenção da rede básica de telecomunicação.

**(v) ARME**

O saldo compreende, essencialmente, taxas de regulação estimadas e direitos de utilização de frequência 4G a pagar a ARME nos montantes de mCVE 1 093 344 (2021: mCVE 858 965) e mCVE 154 371 (mCVE 154 371), respetivamente, deduzidos adiantamentos efetuados no montante de m CVE 493 696.

Os adiantamentos à ARME foram realizados por conta das taxas de regulação, uma vez que as faturas emitidas não estão em conformidade com a lei nº 100/VIII/2015 que aprova o Regime Jurídico das Taxas e Contribuições. Sendo assim, as partes acordaram que a Empresa faz pagamentos a título de adiantamentos, devendo a regularização ocorrer posteriormente. O reconhecimento do gasto do exercício a título do qual o adiantamento é feito é registado em Outros gastos e perdas. O valor apurado para 2022 ascende a mCVE 208 455 (ver Nota 25).

## **17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

O saldo decompõe-se como segue (em mCVE):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-Verdianos)

	2022		2021	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Renda de concessão	-	206 542	-	165 542
Imposto Rendimento Pessoas Colectivas				
Estimativa de imposto	-	-	-	40 659
Imposto a recuperar	77 517	-	25 161	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	28 474	-	38 570
Contribuições para ao Instituto da Previdência Social	-	16 022	-	15 925
Imposto Rendimento Pessoas Singulares (IRPS)	-	15 248	-	25 833
Outros	-	765	-	2 724
	<u>77 517</u>	<u>267 050</u>	<u>25 161</u>	<u>289 253</u>

**Estado de Cabo Verde – renda de concessão**

Compreende as rendas relativas aos anos de 2018 a 2022, pendentes de pagamento, dos quais mCVE 41 000 referentes ao exercício de 2022 (2021: mCVE 41 000). Conforme referido na Nota Introdutória, com as alterações introduzidas no contrato de concessão, a renda anual da concessão foi fixada em mCVE 41 000 (até 2020 correspondia a 2,5% das receitas líquidas obtidas nos serviços concessionados).

**Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC)**

O saldo devedor do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) de mCVE 77 517 resulta, essencialmente, do saldo líquido credor mCVE 15 498, transitado do exercício anterior, acrescido do imposto estimado relativo ao exercício de 2022, no montante de mCVE 102 088, e deduzido de pagamentos por conta de mCVE 93 662 e de pagamentos do IRPC efetuados em 2022 no montante de mCVE 100 263.

Refira-se que o imposto sobre o rendimento é estimado na esfera de cada empresa do Grupo CVT. Assim, o encargo do exercício de mCVE 102 088 (2021: mCVE 154 418) compreende os encargos das subsidiárias CV Móvel e CV Multimédia, nos montantes de mCVE 78 953 (2021: mCVE 131 853) e mCVE 10 312 (2021: mCVE 12 677), respetivamente, adicionados da tributação autónoma das três empresas, no montante de mCVE 11 536 (2021: mCVE 9 888) e do efeito do imposto diferido passivo na CV Telecom de mCVE 1 286.

Os encargos dos exercícios de 2022 e de 2021, evidenciados na Demonstração dos resultados líquidos, foram calculados como segue (em mCVE):



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes de impostos	435 424	641 074
A adicionar	14 791	5 300
A deduzir	<u>(52 403)</u>	<u>(2 300)</u>
Matéria coletável	397 812	644 074
Taxa nominal de imposto	<u>22,44%</u>	<u>22,44%</u>
	<b>89 269</b>	<b>144 530</b>
Tributação Autónoma	<u>11 532</u>	<u>9 888</u>
Encargo com o Imposto sobre o rendimento	<u><b>100 801</b></u>	<u><b>154 418</b></u>

Os resultados antes de impostos evidenciados no quadro acima referem-se aos resultados da CV Móvel e da CV Multimédia, uma vez que a CV Telecom apresenta prejuízos fiscais nos exercícios de 2022 e 2021.

Relativamente à CV Telecom, os prejuízos fiscais apurados acumulados de 2016 a 2022, no montante total de mCVE 766 800, geram impostos diferidos ativos de cerca de mCVE 172 070, os quais não foram contabilizados devido à imprevisibilidade da sua recuperação.

O saldo de mCVE 102 087 evidenciado na Demonstração de resultados inclui mCVE 100 801 acima referidos e o efeito do imposto diferido passivo do exercício no montante de mCVE 1 286.

## 18. ACIONISTAS

O saldo desta rubrica respeita a dividendos por pagar aos acionistas.

**19. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

O saldo decompõe-se como segue:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Não corrente</b>		
Contributos para a Sociedade de Informação	47 921	62 847
<b>Corrente</b>		
Outros credores		
Contributos para a Sociedade de Informação	20 572	8 369
Fornecedores de investimentos	47 822	14 726
Pessoal	8 179	13 046
ARME	5 000	5 000
Outros	51 094	70 048
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	70 144	70 211
	<b>202 811</b>	<b>181 400</b>
	<b>250 732</b>	<b>244 248</b>

**Contributos para a Sociedade de Informação**

O saldo desta rubrica corresponde ao contravalor descontado de mCVE 68 493 da responsabilidade assumida pela Empresa em efetuar investimentos a título de contributos para a Sociedade de Informação até ao ano de 2034 (12 anos), decorrente das atribuições da Licença de Operador Móvel 3ª Geração – 3G, em 2011, e da Licença de Operador Móvel 4ª Geração – 4G, em 2019. A taxa de desconto utilizada foi de 12,91%. A atualização é anualmente registada como perdas financeiras, ascendendo o valor referente ao exercício de 2022 a cerca mCVE 67 607 (2021: mCVE 49 418), dos quais cerca de mCVE 31 600 referem-se à regularização da provisão relativamente aos exercícios anteriores (ver Nota 23).

A parcela não corrente tem a seguinte maturidade:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Até 1 ano	15 810	7 772
Entre 1 a 5 anos	22 140	31 056
A mais de 5 anos	9 972	24 019
	<b>47 921</b>	<b>62 847</b>

**20. DIFERIMENTOS**

O saldo compreende, essencialmente, (i) mCVE 214 406 referentes à venda de capacidade (IRU) no cabo submarino Ellalink à Huawei Marine Networks Co. Ltd (ver Nota 8), (ii) mCVE 208 159 correspondentes aos juros de mora debitados à RTC, registados nesta rubrica dada a incerteza de cobrança dos mesmos ((ver Nota 7), e

(iii) mCVE 306 040 relativos ao serviço móvel pré-pago e cartões de recarga não prestado à data do balanço (chamadas não realizadas).

21. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Vendas de mercadorias</b>	<b>259 837</b>	<b>186 037</b>
<b>Prestação de serviços</b>		
Pré-pago	2 717 180	2 542 024
Circuitos alugados	1 462 871	1 102 697
Internet	1 211 247	1 089 176
Telefone Fixo	378 564	440 632
Pós-pago	343 922	332 173
Lacete Local - ORALL	261 444	128 833
VOIP	174 717	155 711
Roaming	148 497	99 749
Contratos Empresariais	139 117	94 418
Interligação	99 769	168 529
TV/DSL	68 852	69 237
Aluguer de equipamentos	76 615	64 144
	<u>7 082 794</u>	<u>6 287 322</u>
<b>Anulação das transações intra-grupo</b>	<b>( 1 673 770)</b>	<b>( 1 253 309)</b>
	<u><b>5 409 024</b></u>	<u><b>5 034 013</b></u>
<b>Descontos e abatimentos</b>		
Pré-pago	( 197 602)	( 251 796)
Pós-pago	( 93 737)	( 90 415)
Circuitos alugados	( 59 175)	( 54 733)
Telefone Fixo	( 10 773)	( 11 983)
Outros	( 37 488)	( 51 772)
	<u><b>( 398 775)</b></u>	<u><b>( 460 699)</b></u>
<b>Total de vendas e prestação de serviços</b>	<b><u>5 270 087</u></b>	<b><u>4 759 351</u></b>

As vendas de mercadorias correspondem, essencialmente, a equipamentos terminais e cartões recarregáveis.

**22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Conservação e reparação	252 153	266 428
Electricidade	302 882	228 910
Subcontratos	189 153	199 213
Trabalhos especializados	151 041	127 204
Comissões	114 945	105 657
Publicidade e propaganda	103 914	91 766
Rendas e alugueres	86 105	72 678
Vigilância e Segurança	62 250	48 784
Renda ao estado	41 000	41 000
Combustíveis	27 733	17 543
Seguros	16 661	13 330
Comunicação	212	2 337
Deslocações e estadas	15 810	6 524
Outros fornecimentos e serviços	80 189	69 201
	<u>1 444 049</u>	<u>1 290 575</u>

Os subcontratos representam gastos de prestações de serviços de telecomunicações, nomeadamente interligação e aluguer de circuitos, por outros operadores de telecomunicações nacionais e internacionais.

**23. GASTOS COM O PESSOAL**

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Remunerações do pessoal	866 181	858 827
Encargos sobre remunerações	137 787	136 384
Indemnizações	92 407	18 582
Remunerações dos órgãos sociais	15 023	20 265
Outros gastos com o pessoal	27 053	19 542
	<u>1 138 451</u>	<u>1 053 599</u>
Número médio de empregados	<u>427</u>	<u>416</u>

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Diferenças de câmbio favoráveis	29 113	24 827
Alienações de equipamento de rede	11 297	-
Rendimentos prémios de seguros	1 017	13 391
Outros Rendimentos	127 805	164 819
	<u>169 232</u>	<u>203 037</u>

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Taxas e impostos	226 972	235 857
Donativos	126 684	77 199
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17 170	23 676
Perdas em inventários	9 966	-
Outras perdas	30 829	29 411
	<u>411 620</u>	<u>366 143</u>

As Taxas e impostos compreendem, essencialmente, mCVE 185 189(2021: mCVE 216 824) referentes à taxa de regulação devida à ARME, sendo mCVE 170 189 (2021: mCVE 186 108) (ver Nota 16 (v)) referentes à taxa de terminação móvel e mCVE 15 000 (2021: 30 176) referentes à taxa FUSI.

26. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

	<b>mCVE</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depreciações dos ativos fixos tangíveis (Nota 3)	524 169	521 441
Amortizações dos ativos intangíveis (Nota 5)	745 430	704 796
	<u>1 269 599</u>	<u>1 226 238</u>

**27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS**

Compreendem o seguinte:

	<b>mCVE</b>	
	<b>2021</b>	<b>2021</b>
Juros de financiamentos Suportados	89 216	91 646
Actualização dos empréstimos a colaboradores	4 531	3 559
Actualização da contribuição para a Sociedade de Informação	67 607	49 331
Actualização da provisão para desmantelamento de activos	1 353	1 219
	<b>162 706</b>	<b>145 755</b>

Os juros dos empréstimos bancários descritos na Nota 15 ascenderam a cerca de mCVE 185 000 (2021: mCVE 190 000), dos quais cerca de mCVE 89 000 (2021: mCVE 90 000) foram capitalizados relativamente a investimentos em curso e cerca de mCVE 7 000 (2021: mCVE 9 000) foram imputados ao Estado de Cabo Verde no âmbito do financiamento do projeto cidade segura.

**28. RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO**

O resultado por ação básico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi determinado conforme segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Resultado Líquido do exercício (mCVE)	348 783	284 000
Número de ações (Nota 12)	1 000 000	1 000 000
Resultado por ação básico (mCVE)	<b>0,35</b>	<b>0,28</b>

**29. GARANTIAS**

À presente data, as garantias prestadas pela Empresa relacionam-se com os financiamentos obtidos, conforme se descreve na Nota 15.

**30. PARTES RELACIONADAS**

- (i) Não existem transações com os Administradores.
- (ii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de despesas com o pessoal ascendem a mCVE 15 023 (2021: mCVE 15 031).

(iii) Os saldos com partes relacionadas resumem-se como segue (em mCVE):

	2022	
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 16)
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	11	44 528
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	591	2 950
INPS	237	0
	<u>839</u>	<u>47 478</u>

	2021	
	Clientes (Nota 9)	Fornecedores (Nota 16)
Directel Cabo Verde - Serviços e Comunicações, Lda.	-	44 583
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	2 956	4 062
	<u>2 956</u>	<u>48 645</u>

(iv) As transações com as partes relacionadas sumarizam-se como segue (em mCVE):

	2022			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 22)	Outros gastos e perdas (Nota 25)	Prestações de serviços (Nota 21)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 24)
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	107 818	-	1 034	820
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	1 909	14	17 883	-
INPS	-	-	1 925	-
	<u>109 727</u>	<u>14</u>	<u>20 842</u>	<u>820</u>

	2021			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 22)	Outros gastos e perdas (Nota 23)	Prestações de serviços (Nota 21)	Outros rendimentos e ganhos (Nota 24)
Directel Cabo Verde, Serviços e Comunicações, Lda.	104 720	136	878	901
ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AEREA	3 538	5	21 169	1 606
INPS	-	-	2 345	-
	<u>108 258</u>	<u>136</u>	<u>24 392</u>	<u>2 507</u>

**31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS**

Não existem passivos contingentes de valor significativo e cujo exfluxos de caixa são considerados prováveis, nem ou compromissos contratuais não reconhecidos que mereçam divulgação.

**32. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

As remunerações dos auditores externos e do Conselho Fiscal ascenderam a mCVE 6 100 e mCVE 2 016 (2021: mCVE 6 100 e mCVE 2 016), respetivamente.

Não existem outras divulgações exigidas por diplomas legais.

**33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

Na sequência das últimas alterações ao Regime Jurídico das Comunicações Eletrónicas, removendo a obrigatoriedade de segregar e autonomizar, juridicamente, os serviços concessionados dos demais serviços prestados pela CVTelecom, encontra-se em curso, o processo de fusão, pela integração da CVMóvel e CVMultimédia na CVTelecom, processo que deverá ficar concluído no decorrer de 2023, mas sem implicações na continuidade dos negócios, atualmente realizados pelas três empresas do Grupo CVTelecom.

Não ocorreram outros factos ou eventos subsequentes à data do balanço e que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

A DIRECÇÃO FINANCEIRA



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





V - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE E RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL

## V.I - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE – CVTELECOM SA



## Relatório do Auditor Independente

### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Cabo Verde Telecom, S.A. (a Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Cabo Verde Telecom, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

### Bases para a opinião com reservas

a) A Empresa exerce a sua atividade ao abrigo de um contrato de concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, cujas cláusulas principais e condicionismos encontram-se descritos na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras. As cláusulas do contrato de concessão determinam que a aplicação supletiva da IFRIC 12 - International Financial Reporting Interpretation Committee - Service Concession Arrangements não deve ser mantida, uma vez que o concedente não tem controlo sobre o preço dos serviços prestados no âmbito da concessão e, como, tal não "controla ou regulamenta os serviços que a concessionária deve prestar com as infraestruturas", uma das condições exigidas para a aplicação da IFRIC 12. No entanto, as cláusulas do contrato de concessão continuam a atribuir ao concedente o "controlo sobre qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final do contrato" através da reversão gratuita e continuam a exigir o controlo e planeamento dos investimentos durante o período da concessão. Verificamos, contudo, que encontra-se em curso a aprovação pelas partes de um inventário atualizado do património afeto à concessão, o que conduz ao não reconhecimento das responsabilidades com os investimentos de substituição, e as depreciações são calculadas por referência a taxas fiscais. Nas circunstâncias, não se encontra disponível informação suficiente e adequada que permita concluir sobre os efeitos, que se estimam ser significativos, nas demonstrações financeiras anexas, associados aos factos referidos.

b) Conforme referido nas Notas 8, 10, 17 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, a Empresa tem valores líquidos a receber da sua subsidiária CV Multimédia, Sociedade Unipessoal S.A., no montante de cerca de milhares de Escudos (mCVE) 3 475 000 (2021: cerca de mCVE 3 129 000), transitados maioritariamente de exercícios anteriores, os quais não foram objeto de análise de imparidade. Adicionalmente, as dívidas de entidades públicas e privadas ascendendo a cerca de mCVE 200 000 (2021: mCVE 330 000), dos quais cerca de mCVE 173 000 (2021: cerca de mCVE 200 000) referentes à Rádio Televisão Cabo-verdiana, S.A. (ver Nota 10 do anexo às

*Joc*

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C. P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde  
Tel: +238 281 5834/5, Fax: +238 281 6028, www.pwc.com/cv/pt/  
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 282682902/420181217  
NIF: 282 682 902, Capital Social: CVE 1 500 000  
Inscrita na lista da OPAAC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cuja uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

demonstrações financeiras), com antiguidade significativa e cuja recuperabilidade se afigura difícil, não se encontram ajustados por imparidade. Não existindo acordos de regularização para esses montantes, consideramos que não se encontram reunidas todas as condições que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade dessas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

c) Conforme referido nas Notas 2.5 e 2.7 do Anexo às demonstrações financeiras, as taxas utilizadas para a depreciação dos ativos fixos tangíveis e para a amortização dos ativos intangíveis estão em alinhamento com a portaria nº42/2015, de 24 de agosto. Não tendo sido confirmada a razoabilidade dessas taxas face à vida útil económica dos bens, não estamos em condições de (i) avaliar a razoabilidade dos Gastos de depreciação e de amortização evidenciados na Demonstração dos resultados por naturezas, no valor de mCVE 571 708 (2021: mCVE 563 072), e (ii) determinar o respetivo impacto nas depreciações e amortizações acumuladas e, consequentemente, no capital próprio inicial por efeito daquelas depreciações e amortizações em anos anteriores.

d) A Empresa detém 100% do capital da CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A. e da CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A., respondendo, por isso, pelas suas obrigações para com terceiros. Em relação a ambas as subsidiárias, (i) verifica-se a mesma situação referida no parágrafo c) acima, pelo que não pudemos avaliar a razoabilidade dos Gastos de depreciação e de amortização no valor total de mCVE 697 891 (2021: mCVE 663 165) e determinar o respetivo impacto nas depreciações e amortizações acumuladas e, consequentemente, no capital próprio inicial por efeito daquelas depreciações e amortizações em anos anteriores, (ii) não nos foi possível (a) aferir sobre a recuperabilidade de valores a receber no montante total de cerca de mCVE 288 000 (2021: mCVE 346 000), com antiguidade elevada e sem qualquer ajustamento por imparidade, e (iii) não nos foi possível testar com o necessário rigor as quantidades de inventários em armazém em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, pelo que não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade do saldo líquido de Inventários no valor total de mCVE 743 539 (2021: mCVE 1 075 124), nem, consequentemente, sobre os Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, no montante total de mCVE 301 788 (2021: mCVE 218 278). Ainda em relação à CV Móvel, os serviços não terminaram, em 2021, o processo de conciliação da diferença entre os saldos passivos de mCVE 663 571 registados no balanço e os respetivos saldos confirmados por fornecedores, no montante de mCVE 97 332, pelo que não pudemos concluir em que medida a conciliação desses valores poderia afetar as demonstrações financeiras. A conclusão do processo em 2022, permitiu concluir que em 2021 as rubricas de Fornecedores, de Outras contas a receber e de Ativos fixos tangíveis encontravam-se sobreavaliados em cerca de mCVE 181 000, mCVE 108 000 e cerca de mCVE 73 000, respetivamente. Esta situação não afeta os montantes apresentados em 2022 mas somente os valores apresentados para efeitos comparativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de

demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

#### **Outra informação – relatório de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Empresa para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que



influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; e
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

12 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda  
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado

V.II - RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE – CVTELECOM SA  
CONSOLIDADO





## Relatório do Auditor Independente

### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Cabo Verde Telecom, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias apresentadas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Cabo Verde Telecom, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro.

### Bases para a opinião com reservas

a) A Empresa exerce a sua atividade ao abrigo de um contrato de concessão, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 36/2021, de 14 de abril, cujas cláusulas principais e condicionalismos encontram-se descritos na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras. As cláusulas do contrato de concessão determinam que a aplicação supletiva da IFRIC 12 - International Financial Reporting Interpretation Committee – Service Concession Arrangements não deve ser mantida, uma vez que o concedente não tem controlo sobre o preço dos serviços prestados no âmbito da concessão e, como, tal não "controla ou regulamenta os serviços que a concessionária deve prestar com as infraestruturas", uma das condições exigidas para a aplicação da IFRIC 12. No entanto, as cláusulas do contrato de concessão continuam a atribuir ao concedente o "controlo sobre qualquer interesse residual significativo nas infraestruturas no final do contrato" através da reversão gratuita e continuam a exigir o controlo e planeamento dos investimentos durante o período da concessão. Verificamos, contudo, que encontra-se em curso a aprovação pelas partes de um inventário atualizado do património afeto à concessão, o que conduz ao não reconhecimento das responsabilidades com os investimentos de substituição, e as depreciações são calculadas por referência a taxas fiscais. Nas circunstâncias, não se encontra disponível informação suficiente e adequada que permita concluir sobre os efeitos, que se estimam ser significativos, nas demonstrações financeiras anexas, associados aos factos referidos.

b) Conforme referido nas Notas 7 e 9 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tem valores líquidos a receber de entidades públicas e privadas ascendendo a cerca de Milhares de Escudos (mCVE) 488 000 (2021: mCVE 680 000), com antiguidade significativa e cuja recuperabilidade se afigura difícil, os quais não foram objeto de análise de imparidade. Não existindo acordos de regularização para esse montante, consideramos que não se encontram reunidas todas

*Boil*

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.  
Edifício BAI Center, Piso 2 Dto, Avenida Cidade de Lisboa, C.P. 303 Cidade da Praia, República de Cabo Verde  
Tel. +238 261 5934/5, Fax: +238 261 6028, www.pwc.com/cv/pt/  
Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o nº 262862902/420191217  
NIF: 282 882 902, Capital Social: CVE 1.500.000  
Inscrita na lista da OPACC sob o nº 6

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda., pertence à rede de entidades que são membros do PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

as condições que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade dessas dívidas, nem sobre o efeito do desfasamento temporal relativo à data prevista para o seu recebimento.

c) Conforme referido nas Notas 2.5, 2.7, 3 e 5 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as taxas utilizadas para a depreciação dos ativos fixos tangíveis e para a amortização dos ativos intangíveis estão em alinhamento com a portaria nº42/2015, de 24 de agosto. Não tendo sido confirmada a razoabilidade dessas taxas face à vida útil económica dos bens, não estamos em condições de (i) avaliar a razoabilidade dos Gastos de depreciação e de amortização evidenciados na Demonstração dos resultados por naturezas, no valor de mCVE 1 269 599 (2021: mCVE 1 226 238), e (ii) determinar o respetivo impacto nas depreciações e amortizações acumuladas e, consequentemente, no capital próprio inicial por efeito daquelas depreciações e amortizações em anos anteriores.

d) Não nos foi possível testar com o necessário rigor as quantidades de inventários em armazém em 31 de dezembro de 2022, pelo que não estamos em condições de concluir sobre a razoabilidade do saldo líquido de mCVE 1 111 391 (2021: mCVE 1 349 302) de Inventários, nem, consequentemente, sobre os Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, no montante de mCVE 336 071 (2021: mCVE 246 054), evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

e) Em 2021, não foi possível aos serviços terminar o processo de conciliação da diferença entre os saldos passivos de mCVE 674 114 registados no balanço e os respetivos saldos confirmados por fornecedores, no montante de mCVE 104 509, pelo que não pudemos concluir em que medida a conciliação desses valores poderia afetar as demonstrações financeiras. A conclusão do processo em 2022, permitiu concluir que em 2021 as rubricas de Fornecedores, de Outras contas a receber e de Ativos fixos tangíveis encontravam-se sobreavaliados em cerca de mCVE 181 000, mCVE 108 000 e cerca de mCVE 73 000, respetivamente. Esta situação não afeta os montantes apresentados em 2022 mas somente os valores apresentados para efeitos comparativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Somos independentes do Grupo de acordo com os requisitos do código de ética do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no código de ética do IESBA.

#### **Ênfase**

Conforme referido na Nota Introdutória e na Nota 33 - Acontecimentos após a data do balanço do anexo às demonstrações financeiras, perspetiva-se para o ano de 2023 a conclusão do processo de fusão, por incorporação na Cabo Verde Telecom, S.A. das subsidiárias CV Multimédia, Sociedade Unipessoal, S.A. e CV Móvel, Sociedade Unipessoal, S.A.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### **Outra informação – relatório de gestão**

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras consolidadas, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade do Grupo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar o Grupo ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Grupo.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que

influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

12 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde  
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda  
representada por:



Armando José C. Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado



**RELATÓRIO E CONTAS 2022**

